

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

HARRISON ALMEIDA MARTINS

**TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM CÁCERES-MT:
POTENCIALIDADES E DILEMAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA FRONTEIRA
BRASIL-BOLÍVIA**

**CÁCERES-MT
2018**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

HARRISON ALMEIDA MARTINS

**TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM CÁCERES-MT:
potencialidades e dilemas nos assentamentos rurais da fronteira Brasil-Bolívia**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Paula da Silva

**CÁCERES-MT
2018**

FICHA CATALOGRÁFICA

Walter Clayton de Oliveira CRB 1/2049

M379t	MARTINS, Harrison Almeida. Territorialização e Resistência Camponesa em Cáceres-Mt: Potencialidades e Dilemas Nos Assentamentos Rurais da Fronteira Brasil-Bolívia / Harrison Almeida Martins – Cáceres, 2018. 114 f.; 30 cm.(ilustrações) Il. color. (sim) Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Geografia, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2018. Orientador: Tânia Paula da Silva 1. Assentamentos Rurais. 2. Território Camponês. 3. Desafios e Potencialidades. I. Harrison Almeida Martins. II. Territorialização e Resistência Camponesa em Cáceres-Mt: Potencialidades e Dilemas Nos Assentamentos Rurais da Fronteira Brasil-Bolívia: . CDU 911.373(817.2)
-------	--

HARRISON ALMEIDA MARTINS

**TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM CÁCERES-MT:
potencialidades e dilemas nos assentamentos rurais da fronteira Brasil-Bolívia**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Esta dissertação foi julgada e aprovada como parte de requisitos para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Cáceres-MT, 03 de abril de 2018.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Tânia Paula da Silva - UNEMAT
Orientadora-Presidente

Prof. Dr. Evaldo Ferreira - UNEMAT
Membro do PPGGEO

Profa. Dra. Vivian Lara Cáceres Dan - UNEMAT
Membro Interno

Prof. Dr. Jacob Binsztok - UFF
Membro Externo

**CÁCERES - MT
2018**

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Bernardino dos Santos Martins (*in memoriam*) e Carissa Severina de Almeida Martins, por tudo que me ensinaram.

AGRADECIMENTOS

À Deus na pessoa de Jesus Cristo, razão de tudo, e a Virgem Maria pela intercessão.

Aos camponeses (as), assentados (as) na fronteira Brasil-Bolívia em Cáceres-MT, que cultivam o sonho da terra; grato pela confiança e pela disposição em participar ativamente da pesquisa.

A minha orientadora Dra. Tânia Paula da Silva por acreditar em meu potencial e pela disposição e dedicação em me orientar nesta pesquisa.

A Jucilene, Vivian Cristina, Laura e Valéria Loyola pelas contribuições/apoio em campo e pelos diálogos estabelecidos no decorrer da elaboração desta dissertação.

À Universidade do Estado de Mato Grosso, por meio do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), pela oportunidade oferecida.

À FAPEMAT por me auxiliar financeiramente com a bolsa de pesquisa.

Aos amigos da segunda turma do Mestrado em Geografia (PPGGEO) pela oportunidade de compartilhar conhecimentos.

Aos professores que direta e indiretamente contribuíram nesse processo de construção de conhecimento: Evaldo Ferreira, Aumeri Bampi, José Carlos Soares, Luciana Pinheiro Viegas (pelas orientações no primeiro momento de minha vida como pós-graduando).

A minha mãe pelo apoio constante, minha eterna gratidão. Aos demais familiares e amigos pelo incentivo direto e indireto, meus agradecimentos.

À banca examinadora professores Jacob Binsztok, Luciana Pinheiro Viegas e Vivian Lara Cáceres Dan e Evaldo Ferreira por aceitar dialogar sobre meu trabalho na qualificação e defesa da dissertação, grato pelas contribuições.

Em Provérbios 17:17 Deus diz: *“O amigo ama em todos os momentos; é um irmão na adversidade”*. Com essa frase agradeço ao amigo e irmão de todas as horas José Alves, uma amizade que começou a ser construída ao longo do mestrado, meus agradecimentos por ser apoio em todas as horas, pelo incentivo, pela força e companheirismo r momentos de desânimo e alegria, a luta continua.

Meu **MUITO OBRIGADO** a tod@s!!!

LISTA DE TABELAS

TABELA 01. Metas do PNRA para o período de 1985-1989	41
TABELA 02. Produção da Lavoura temporária em Mato Grosso- 2015	54
TABELA 03. Rebanho bovino, suínos e galináceos de Mato Grosso em 2015	55
TABELA 04. Produção da lavoura permanente em Mato Grosso 2015	56
TABELA 05. Estrutura Fundiária de Mato Grosso	65
TABELA 06. Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários em Mato Grosso- 2006	67
TABELA 07. Área colhida do Arroz, Milho, Mandioca e Abóbora em MT	68
TABELA 08. Produção da Pecuária e Derivados em MT-2006	69
TABELA 09. Dados da População de Cáceres	71
TABELA 10. Composição do Produto Interno Bruto de Cáceres	72
TABELA 11. Estrutura Fundiária de Cáceres	75
TABELA 12. Efetivo de Rebanhos da Pecuária em Cáceres-MT	76
TABELA 13. Projetos de Assentamentos em Cáceres	77
TABELA 14. Projetos de Assentamentos em Área, Número de Lotes e Famílias	83

LISTA DE SIGLAS

ABIEC - Associação Nacional das Indústrias Exportadoras de Carne
CEB'S - Comunidades Eclesiais de Base
CONTAG - Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
DCT - Departamento de Terras e Colonização
FASE - Federação de Assistência Social e Educacional
FEISOL - Feira de Economia Solidária e Agroecológica
GEFRON - Grupamento Especial de Fronteira
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDEA- Instituto de Defesa Agropecuária
MAPA - Ministério da Agricultura
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PIB - Produto Interno Bruto
PIN - Programa de Integração Nacional
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
POLOAMAZONIA - Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.
POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento do Cerrado
PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras
SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso
SOMECO - Sociedade de Melhoramentos e Colonização.
SUDAM - Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia
SUPRA - Superintendência Regional da Reforma Agrária
UDR - União Democrática Ruralista
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	Evolução da Estrutura Fundiária (1992 – 2003)	35
QUADRO 02	Processos de Reforma Agrária do Século XX	36
QUADRO 03	Programas de Incentivo a Ocupação	63

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01. Localização dos Assentamentos pesquisados	18
FIGURA 02. Número de Assentamentos Rurais criados entre 1985-2015	46
FIGURA 03. Evolução dos Assentamentos entre 1985 e o golpe de 2016	47
FIGURA 04. Localização do Município de Cáceres	80
FIGURA 05. Linha do Tempo de criação dos Assentamentos e Distância em Relação a Cáceres-MT	87
FIGURA 06. Placas Identificando a Entrada dos Assentamentos na Fronteira	81
FIGURA 07. Aspectos Residenciais nos Assentamentos	83
FIGURA 08. Equipamentos de Trabalho dos Assentados	84
FIGURA 09. Prática Agrícola nos Assentamentos	91
FIGURA 10. Criação de Gado e Pequenos Animais nos Assentamentos	93
FIGURA 11. Distribuição de Água nos Assentamentos	98
FIGURA 12. Festa da água no Assentamento Rancho da Saudade	100

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Caminhos da pesquisa	18
1.2 Estrutura da dissertação	20
2. ESPAÇO, TERRITÓRIO E FRONTEIRA: QUESTÕES TEÓRICO – POLÍTICAS	22
2.1 Espaço Geográfico	22
2.2 Do Espaço ao Território	25
2.3 Do Território a Fronteira	30
3. REFORMA AGRÁRIA E CAMPESINATO: DILEMAS E PERSPECTIVAS NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL	33
3.1 Conceituação e Pressupostos Históricos da Reforma Agrária no Brasil	33
3.2 Campesinato e os Assentamentos Rurais	48
4. DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS EM MATO GROSSO: UM TERRITÓRIO EM CONSTANTE DISPUTA	54
4.1 Aspectos Geográficos e Censitários de Mato Grosso	54
4.2 Processo Histórico de Formação de Mato Grosso	57
4.3 Dinâmicas Socioterritoriais em Mato Grosso: Agronegócio e Agricultura Camponesa	64
4.4 Cáceres-MT: aspectos geográficos e históricos	70
4.4.1 Aspectos Geográficos e Históricos	70
4.4.2 Dinâmica Socioterritorial em Cáceres- MT	75

5. TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM CÁCERES/MT: POTENCIALIDADES E DILEMAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA	79
5.1 Caracterização dos Assentamentos da Fronteira	79
5.2 A Luta pela Terra na Fronteira	85
5.3 As Potencialidades dos Assentamentos da Fronteira	89
5.4 Dilemas e Desafios nos Territórios de Esperança	95
5.4.1 A Falta de Água nos Assentamentos	95
5.4.2 Dos dilemas e desafios a preponderância dos sonhos nos territórios da esperança	103
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

RESUMO

Esse estudo objetiva analisar e compreender o processo de territorialização e estratégias de resistência dos camponeses nos assentamentos rurais localizados na fronteira Brasil-Bolívia, no município de Cáceres- MT. Para chegar ao objetivo proposto valemo-nos da problemática relacionada ao processo de reprodução de vida e trabalho dos camponeses assentados nesse território, questionando as potencialidades produtivas desses assentamentos, bem como os dilemas e desafios vivenciados pelos assentados, inseridos no contexto de luta, manutenção e permanência na terra. Para tanto, elencamos os seguintes objetivos específicos: analisar o processo de territorialização camponesa na fronteira por meio dos assentamentos; inseridos no contexto da luta pela/na terra; analisar as estratégias de resistência por meio das potencialidades dos assentamentos; identificar e discutir os principais dilemas vivenciados pelos assentados. O caminho metodológico dessa pesquisa tomou como referência o processo de criação e recriação camponesa, tendo como base os setes assentamentos rurais, localizados na fronteira do Brasil com a Bolívia, no município de Cáceres-MT. Dessa maneira foi preciso dialogar dialeticamente frente a essas transformações, para tanto, o materialismo histórico e dialético tornou-se o método mais adequado, pois permitem analisar o campo de forças que atuam nos assentamentos, os pressupostos históricos e as realidades dos camponeses, inseridos na ótica de apropriação pelo capital, ou seja, o modo de os camponeses resistirem frente à expansão capitalista e garantir seu modo de vida e sua forma de produzir. Deste modo, a metodologia deste trabalho compreendeu três enfoques: o de natureza bibliográfica, documental e trabalho de campo. Os resultados apontam que os camponeses assentados no território da fronteira Brasil-Bolívia, em Cáceres-MT, têm adotado diferentes estratégias de sobrevivência, manutenção e permanência na terra, isso porque a vida nos assentamentos é uma luta constante para assegurar condições melhores de vida e trabalho, bem como para driblar os dilemas e desafios impostos pelo capital nos assentamentos rurais mato-grossense.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais. Território Camponês. Luta na Terra. Desafios e Potencialidades.

ABSTRACT

His study aims to analyze and understand the process of territorialization and resistance strategies of peasants in rural settlements located in the Brazil-Bolivia border, in the municipality of Cáceres-MT. In order to arrive at the proposed objective, we address the problems related to the process of reproduction of life and work of peasants settled in this territory, questioning the productive potential of these settlements, as well as the dilemmas and challenges experienced by settlers, inserted in the context of struggle, maintenance and permanence on earth. In order to do so, we set out the following specific objectives: to analyze the process of peasant territorialization at the border through settlements; inserted in the context of the struggle for the land; analyze the strategies of resistance through the potential of the settlements; identify and discuss the main dilemmas experienced by the Settlers. The methodological path of this research took as reference the process of peasant creation and recreation, based on the seven rural settlements, located in the border of Brazil and Bolivia, in the municipality of Cáceres-MT. Dialectical and dialectical materialism became the most appropriate method, since it allowed us to analyze the field of forces that work in the settlements, the historical assumptions and the realities of the peasants, inserted in the capital appropriation, that is, the way peasants resist in the face of capitalist expansion and guarantee their way of life and their way of producing. In this way, the methodology of this work comprised three approaches: bibliographical, documentary and fieldwork. The results show that the peasants settled in the territory of the Brazil-Bolivia border in Cáceres-MT have adopted different strategies for survival, maintenance and permanence in the land, because the life in the settlements is a constant struggle to ensure better conditions of life and work, as well as to overcome the dilemmas and challenges posed by capital in rural Mato Grosso

Key words: Rural Settlements. Peasant Territory. Earth Struggle. Challenges and Potentialities.

1. INTRODUÇÃO

O estudo da questão agrária nos permite dizer que a concentração da terra e do poder político e econômico no Brasil é uma construção histórica tendo suas raízes no processo de colonização, isto é, a partir do momento em que os povos indígenas foram expropriados de seu território pelos exploradores europeus. Assim sendo, observa-se que nesses quinhentos e dezessete anos de exploração, a terra se constituiu para seus principais beneficiários, os latifundiários, como um equivalente de capital, um elemento de poder vinculado ao modo de produção capitalista e sujeita às especulações do mercado. E aí interesses inconciliáveis emergiram entre os proprietários dos meios de produção/capitalistas e os trabalhadores, contribuindo para a manutenção da desigualdade que caracteriza o Brasil, bem como para a promoção da pobreza e desintegração do campesinato no campo brasileiro.

Autores como Oliveira (1997, 2001, 2004 e 2007), Almeida (2006, 2010), Paulino (2003, 2010), Fernandes (2000, 2005), entre outros, apontam ainda que historicamente os diversos fatores que determinam a questão agrária no Brasil sempre privilegiam o latifúndio e o agronegócio, negligenciando o campesinato. Isso significa dizer que “[...] embora o latifúndio possa ter sofrido alterações, na prática jamais veio abaixo, pois a oligarquia agrária participa do pacto hegemônico desde o período colonial” (ALMEIDA e PAULINO, 2010, p. 14).

Situação também verificada em Mato Grosso, pois quando se analisa a estrutura fundiária do Estado verifica-se que a terra se encontra altamente concentrada e o agronegócio tem contribuído ainda mais para essa concentração em face do avanço da “fronteira agrícola”¹

No município de Cáceres, *lócus* da nossa pesquisa, tal situação não é diferente, pois a formação territorial do município se apoiou na tradição latifundiária, influenciada, no decorrer de sua história, por latifúndios que se formaram ainda no século XVIII, de maneira tal que, na atualidade, de acordo com os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) sua estrutura fundiária se mostra altamente concentrada. Isso porque, a pecuária é a atividade que impera no campo cacerense, sendo esse município um dos maiores

1 De acordo com Graziano da Silva a fronteira agrícola pode ser entendida no interior do desenvolvimento capitalista, sendo resultado da ‘modernização dolorosa’ no campo, agregando novas áreas para serem usadas de forma intensiva. (SILVA e SILVA, 2008).

criadores de gado do estado de Mato Grosso. Portanto, é fato notório que mesmo a pecuária sendo uma atividade tradicional nas áreas do cerrado e do pantanal mato-grossense, muitos camponeses foram expropriados de seu território, em decorrência do processo de apropriação capitalista do campo que culminou dentre outros fatores, com o fenômeno do êxodo rural.

No entanto, se historicamente houve monopolização do território cacerense pelo capital, ocorreu concomitantemente a resistência camponesa, ou seja, as disputas territoriais entre camponeses e capitalistas tanto pela terra como para nela permanecer. E, essa resistência camponesa pela conquista ou reconquista de sua terra e para nela permanecer culminou, na atualidade, na implantação de 21 projetos de assentamentos no município de Cáceres.

Isso implica em admitir que a territorialização camponesa em Cáceres tem permitido a dinamização do espaço conquistado, seja por meio da produção, a partir do cultivo agrícola e da criação de animais variados, seja pela sua forma de organização social, pois para esses camponeses o território de assentamentos é espaço de reprodução da vida e do trabalho camponês (SILVA, 2014).

Desses vinte e um assentamentos, sete estão localizados na fronteira do município com a Bolívia e constitui o recorte dessa pesquisa, a qual objetiva analisar e compreender o processo de territorialização e estratégias de resistência dos camponeses nos assentamentos rurais localizados na fronteira Brasil-Bolívia, no município de Cáceres-MT. Busca-se então compreender a realidade concreta dos sujeitos que vivem no campo, isto é, a dimensão da vida, do trabalho e da luta dos camponeses no território da fronteira.

Isto porque acreditamos, assim como Shanin (2008, p. 28-29), que:

Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade das respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar aquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações. [...] Não temos que ensinar os camponeses como viver, nós é que temos que aprender com eles como viver e como resolver problemas nos quais parte da população está envolvida. Especialmente aprender a partir da criatividade e multiplicidade de respostas dos camponeses em situações de crise e de sua capacidade para usar a família como instrumento para se defender de calamidades.

E, mais, estudar especificamente os assentamentos da fronteira se faz importante em face das diferentes concepções que se tem dessa área, vistas muitas vezes no senso comum como uma região insalubre e perigosa, que ganha atenção muito mais por questões relacionadas à segurança pública, do que a socioeconômica e cultural. A nosso ver, a fronteira se afirma como um território em constante movimento, seja no campo das relações sociais, econômicas, culturais ou políticas, multi-identitário, com diferentes culturas, condições sociais distintas, de atores sociais que criam e recriam diferentes estratégias de sobrevivência; e os assentamentos rurais constituem-se como parte importante do processo de organização deste espaço fronteiriço.

Portanto, para a compreensão da realidade da vida cotidiana dos camponeses se fez necessário estudarmos os processos contraditórios e conflituosos da sociedade no modo de produção capitalista. Neste contexto, elencamos os seguintes objetivos específicos: analisar o processo de territorialização camponesa na fronteira por meio dos assentamentos, inseridos no contexto da luta pela/na terra; analisar as estratégias de resistência por meio da análise das potencialidades dos assentamentos; identificar e discutir os principais dilemas e desafios vivenciados pelos camponeses para manutenção e permanência na terra.

A hipótese da pesquisa é a de que mesmo diante dos dilemas e desafios vivenciados pelos camponeses assentados na fronteira, o território dos assentamentos continua sendo para eles um espaço de vida e trabalho; um espaço onde os conflitos “pipocam” cotidianamente na luta pela manutenção e permanência na terra, mas que não os exclui, pelo contrário, os fortalece a partir da criação de diferentes formas de adaptação e relacionamento com o mundo, pela afirmação de seus territórios como sua face identitária.

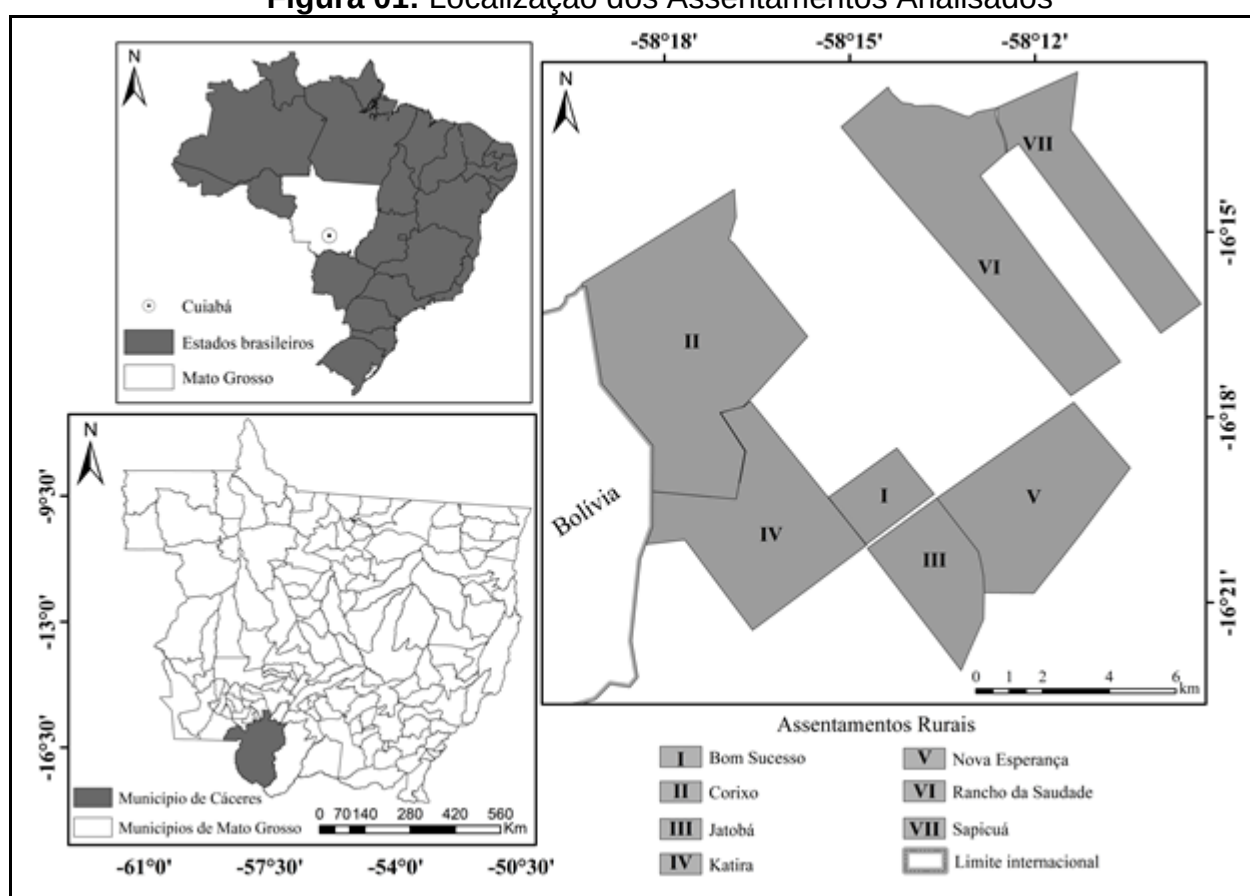
O diálogo com os sujeitos, a vivência e observação *in loco* dos elementos que pudessem nos indicar o movimento de reprodução social e espacial dos camponeses, seu modo de vida, como se reproduzem social e espacialmente, suas relações de trabalho, o modo como se apropriam da natureza, como constroem suas resistências, entre outras consideradas processos fundamentais na pesquisa qualitativa, foram de fundamental importância na construção das questões a serem refletidas nesta pesquisa. Assim sendo, o que se pretende com essa dissertação é ressaltar e contribuir com as diferentes

pesquisas que enfocam a luta pela manutenção e permanência dos camponeses nas terras mato-grossense.

1.1. Caminhos da Pesquisa

O caminho metodológico dessa pesquisa tomou como referência o processo de criação e recriação do camponês tendo como base os setes assentamentos rurais, localizados na fronteira do Brasil com a Bolívia, no município de Cáceres-MT, sendo esta a área de estudo (figura 01).

Figura 01: Localização dos Assentamentos Analisados



Fonte: Oliveira (2017)

Silva (2014) assinala que os assentamentos rurais têm transformado o território mato-grossense, uma vez que latifúndios tem-se transformado em território camponês, provocando mudanças no que diz respeito à redistribuição de terras e “dinamização das reproduções sociais e econômicas”.

Dessa maneira foi preciso dialogar dialeticamente frente a essas transformações, para tanto, o materialismo histórico e dialético, do autor Karl Marx e Engels, tornou-se o método mais adequado, pois permite analisar o campo de forças que atuam no território dos assentamentos rurais, os pressupostos históricos e realidades dos camponeses, inseridos na ótica de apropriação pelo capital, ou seja, o modo dos camponeses resistirem frente à expansão territorial do sistema capitalista e garantir seu modo de vida e sua forma de produzir e se reproduzir nas contradições do capital.

Isso porque a dialética, com abordagem qualitativa, permite que o pesquisador interprete o “mundo real a partir das perspectivas subjetivas dos próprios sujeitos sob estudo [...] o pesquisador tem que sentir dentro de si mesmo a experiência do sujeito” (OLIVEIRA, 2001, p. 116).

Assim sendo, o instrumental metodológico da pesquisa obedeceu a natureza desta com vistas a atingir os objetivos propostos. Portanto, a pesquisa desenvolveu-se através de três enfoques de estudos, sendo a primeira a pesquisa bibliográfica que consistiu na análise de fontes secundárias: livros, teses, boletins, dissertações, trabalhos científicos, artigos, ou seja, seleção e análise de obras relativas à temática em questão, tendo como referência estudiosos que discutem a questão agrária, destacando-se dentre outros, autores da contemporaneidade brasileira dentre os quais: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Bernardo Mançano Fernandes, José de Souza Martins, Rosemeire Aparecida de Almeida, Eliane Tomiasi Paulino, dentre outros.

O segundo campo de estudo compreendeu a pesquisa documental, ou de fontes primárias, onde recorreu-se aos seguintes órgãos: Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para obter informações oficiais sobre os assentamentos, suas características e processo de implantação; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a coleta e sistematização de dados disponibilizados no site do órgão referentes a estrutura fundiária e de produção; além desses para complementos das informações foram analisados documentos disponibilizados pela Prefeitura Municipal e pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres.

O terceiro campo de estudo foi o trabalho de campo, com vivências e observações *in loco* no território dos assentamentos, por meio de participação nas festas sociais, na visita familiar, na escola, nos processos de discussão e luta para manutenção e

permanência na terra, entre outros momentos. Neste momento, foram realizadas entrevistas orais orientadas por questionários e registros fotográficos.

Os sujeitos da pesquisa são camponeses e camponesas que concebem os assentamentos como espaço de vida e trabalho, pessoas engajadas na luta pela/na terra, por seu pedaço de chão. Foram entrevistadas 101 famílias assentadas nos sete assentamentos localizados na fronteira Brasil-Bolívia, em Cáceres-MT. Esses camponeses foram selecionados para a entrevista de forma aleatória, mas buscou-se variar entre homens, mulheres e jovens a fim de obter uma diversidade de visões relacionados a pesquisa.

Além da entrevista, as rodas de conversas e participação nas atividades sociais e culturais desenvolvidas no território dos assentamentos nos trouxeram informações preciosas sobre o potencial dos assentamentos, os dilemas e desafios e o modo de produção e reprodução de vida dos assentados.

As questões semiestruturadas foram elaboradas tendo por base o contexto de luta, manutenção e permanência na terra, subdivididas em temáticas que contemplam o processo de acesso à terra, as condições de vida dos camponeses e suas perspectivas como assentados, os desafios e dilemas ali vivenciados. Ressalta-se que, por questões éticas, optamos por não identificar o nome dos entrevistados no corpo do texto.

Por fim, foi realizada de forma qualitativa a transcrição, análise e discussão dos dados coletados no território dos assentamentos rurais da fronteira Brasil-Bolívia, em Cáceres-MT.

1.2 Estrutura da Dissertação

O caminho metodológico desenvolvido permitiu estruturar o trabalho em cinco (05) capítulos.

O primeiro capítulo compreende a introdução, onde realizamos a contextualização e problematização sobre o tema de pesquisa, bem como versamos sobre a estrutura da dissertação e as estratégias metodológicas utilizadas para auxiliar na análise e compreensão do objeto de estudo.

No segundo capítulo apresenta-se uma discussão teórica sobre três categorias chave da Geografia: o espaço, o território e a fronteira. Essas reflexões permitiram

ampliar o conhecimento de como o homem se reproduz no espaço e vão criando novas territorialidades e demarcando fronteiras, sejam elas físicas ou culturais.

O conteúdo do terceiro capítulo aborda reflexões teóricas importantes acerca dos pressupostos da Reforma Agrária, do Camponato e dos Assentamentos Rurais no Brasil, bem como as Políticas Públicas voltadas nesse sentido, no período pós – democratização do País.

No quarto capítulo apresentamos Mato Grosso, fazendo uma análise histórica e geográfica de suas dinâmicas socioterritoriais, com ênfase na discussão sobre as potencialidades da agricultura familiar camponesa. Discutimos dentro desse capítulo ainda o município de Cáceres no contexto do estado de Mato Grosso, fazendo uma relação de sua tradição latifundiária com a implantação de assentamentos rurais a partir da década de 1990.

Assim, o quinto capítulo compõe-se de análise dos resultados da pesquisa de campo na área de estudo, nele apresenta-se e discute-se sobre o processo de territorialização e resistência camponesa organizado pelos assentados da fronteira Brasil-Bolívia, no campo mato-grossense.

Por fim, apresenta-se algumas reflexões sobre o que foi analisado com a pesquisa e o referencial bibliográfico.

2. ESPAÇO, TERRITÓRIO E FRONTEIRA: QUESTÕES TEÓRICO-POLÍTICAS

Este capítulo apresenta contribuições teóricas-políticas, investigadas à luz da Geografia e aplicadas aos estudos sobre o campo brasileiro. As discussões enfocam a análise dos conceitos de espaço, território e fronteira a partir de autores que por meio de seus trabalhos refletem dialeticamente o processo de reprodução socioespacial no âmbito geral da ciência geográfica, bem como no campo brasileiro em virtude das transformações nele ocorridas a partir da reflexão da importância do território e seus processos (territorialização e desterritorialização) para os diferentes sujeitos.

Nesse processo, os movimentos sociais e as ações do Estado merecem destaque por serem meios de transformações territoriais no espaço e serão abordados a partir das discussões sobre Reforma Agrária, Assentamentos Rurais e Agricultura Familiar Camponesa, bem como os agentes e políticas públicas envolvidos no processo.

Para compreender tais questões primeiramente será feita uma discussão sobre o espaço geográfico a partir de alguns autores que se destacam por problematizarem a dialética espacial, são eles: Santos (1978, 1997 e 2009), Moreira (1994), Silva (2001), Silva et. al (2006), Braga (2007), Saquet e Silva (2008), Massay (2008), Cavalcante e Viadana (2010). Em seguida, realizamos uma reflexão sobre o conceito de Território, tendo por base os autores Raffestin (1983 e 1993), Heidrich (1998), Andrade (2002), Haesbaert (2002 e 2011), Santos (2002, 2004 e 2012), Blume (2005), Silva et. al. (2006), Haesbaert e Limonad (2007) Silva (2014) e Saquet. Por fim, abordamos a conceito de Fronteira, com base em Janúario (2004), Bandeira (2004), Machado (2004) Martins (2009) e Ferrari (2014).

Tais conceitos e discussões são extremamente importantes para se pensar a pesquisa que ora se apresenta, ou seja, sobre a territorialização e estratégias de resistência: dilemas e potencialidades vivenciadas pelos camponeses nos assentamentos rurais da fronteira Brasil-Bolívia, em Cáceres-MT.

2.1 Espaço Geográfico

A Geografia entendida como a ciência de interface entre a sociedade e natureza tem no espaço geográfico seu principal objeto de estudo, palco das manifestações humanas em um dado momento histórico. Assim, podemos entender o espaço geográfico

como alicerce da organização socioespacial, pois é sobre esse estatuto epistemológico que a Geografia se erigiu e constitui-se como ciência.

O espaço como objeto geográfico central é uma construção filosófica, compreendida e percebida de modos distintos. Para Cavalcanti e Viadana (2010) a filosofia constrói o embasamento conceitual das atividades humanas a partir dos fundamentos do pensamento, no plano das ideias, incluindo as ciências, as artes e as técnicas, a partir de um enquadramento geral e abstrato.

Segundo Santos (1997, p.71) “o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais”, partindo da compreensão que é um conjunto inseparável daquilo que ele chama de sistemas de objetos (residências, logradouros, empresas, lavouras, indústrias) e sistemas de ações (ação do homem transformando o objeto).

Nessa perspectiva, o espaço geográfico se materializa a partir da relação dialética entre a sociedade e a natureza considerando o fator histórico. Tem o homem como principal agente transformador, a partir da dinamização e construção do espaço a fim de atender suas necessidades.

Moreira (1994) define o espaço geográfico como aquele produzido pelo processo do trabalho, ou seja, “resultado e agente impulsor do desenvolvimento da história dos homens”, historicamente produzido, na qual a sociedade se revela por inteiro.

O espaço é uma completude, todavia, seu conceito pode ser utilizado de modos distintos, portanto, muitas vezes a sua utilização não é compreensível. Fala-se de um espaço multidimensional e como parte da realidade é uma totalidade, “formado pelos elementos da natureza e pelas dimensões sociais”, é produzido pelas relações diversas entre os indivíduos (SILVA *et. al*, 2006).

Segundo Saquet e Silva (2008), o espaço, dessa maneira, é construído processualmente e contém uma estrutura organizada por formas e funções que podem mudar historicamente em consonância com cada sociedade. Ainda de acordo com Santos (1978, p.122).

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida [...]; o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente [...]; o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por

uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções.

Santos (2009) diz que o espaço se tornou mercadoria universal por excelência e se converteu numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica e política que agem de forma isolada ou em conjunto. Nessa perspectiva, o espaço é contraditório e assim sendo, implica relações sociais desiguais.

Para Santos (1978, p. 145), “o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada e subordinante. É como as outras instâncias, o espaço, embora submetido à lei da totalidade, dispõe de certa autonomia”.

Massey (2008) afirma que o espaço é produto das inter-relações, compreendido como de uma pluralidade e que está sempre em construção. Nesse sentido, o espaço é dinâmico e por sua multiplicidade abarca diferentes atores. Na compreensão dessa discussão, Santos (2009) discorre que o mesmo espaço-tempo que une os homens, os separa, isso se dá por sua característica dinâmica e contraditória.

O espaço é visto através de uma ação cultural, através de um regramento político, podendo ser visto como uma configuração social, sendo a ação e relação entre o mundo físico e o mundo social permeado por questões subjetivas. Nesse sentido, o espaço geográfico contém todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que o transformam, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares por meio da intencionalidade.

Assim sendo, as relações sociais por meio de sua intencionalidade criam leituras do espaço estabelecidas por meio do campo de forças nele atuantes e em constantes disputas, podendo ser dominante ou não, produzindo, dessa forma, um espaço geográfico específico: o território (SILVA *et. al.* 2006).

Tais relações sociais tendo por base o espaço e o território são vivenciados cotidianamente no espaço – território de Mato Grosso, sendo o mesmo um campo de frequentes disputas territoriais, no qual as forças capitalizadas se sobrepõem aos camponeses. Contudo, na atualidade, percebe-se mudanças na configuração socioterritorial do Estado construída por meio da luta e recriação camponesa, sendo os assentamentos parte importante desse processo, pois contribuí para a transformação de muitos latifúndios mato-grossenses em espaço de vida camponês, que territorializa-se

(re)criando novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais para se manter e permanecer no campo.

2.2 Do Espaço ao Território

Refletir sobre o território na atualidade é uma tarefa árdua em face da gama de estudos e visões de mundo defendidas pelos estudiosos que se contrastam (SILVA, 2014). No âmbito geográfico, vários estudiosos têm se dedicado a esta temática destacando-se neste trabalho: Raffestin (1983 e 1993), Heidrich (1998), Andrade (2002), Haesbaert (2002 e 2011), Santos (2002, 2004 e 2012), Blume (2005), Silva *et. al.* (2006), Haesbaert e Limonad (2007), Saquet (2008 e 2009), entre outros.

O espaço pode ser compreendido a partir da síntese do território, sendo uma acumulação histórica resultante das relações sociais nele inseridos. Nesse sentido, para a compreensão do espaço, sendo esta uma categoria filosófica, necessário é compreender seus elementos mais concretos dentre os quais, o território.

Etimologicamente território deriva do latim *terra* e *torium*, significa terra pertencente a alguém, num sentido de apropriação (CORREA, 1996). Portanto, as relações que se estabelecem perpassam pelo domínio dos entes que visam homogeneizar o espaço em sua totalidade, contudo, com relação aos territórios, cada vez mais fragmentado.

Na concepção de Santos (2002, p. 16) “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado”, ou seja, apropriado e transformado pelo homem regido pelas relações sociais em seus diferentes âmbitos. O referido autor discorre ainda que os territórios se formam a partir de lugares contíguos e lugares em rede, sendo os mesmos lugares, mas que contém funções diferentes, divergente ou opostas.

Nessa perspectiva, na visão de Haesbaert e Limonad (2007) território pode ser compreendido como apropriação e domínio de um espaço socialmente partilhado. Espaço e território não se confundem, enquanto aquele é visto a partir de um viés filosófico, este se concretiza no espaço social, portanto, uma construção histórica, identificado pela posse e as relações de poder neles inseridos.

Silva *et. al.* (2006, p. 26) argumentam que “o território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de

poder”. Nessa perspectiva o território é a fração espacial dotado de abstração e de concretude decorrente das relações sociais. E, mais:

São as relações sociais que transformam o espaço em território e vice versa, sendo o espaço um a priori e o território um a posteriori, assim sendo, o espaço é perene e o território é intermitente, ou seja, o espaço estará aqui para ser transformado ao passo que o território é criado e recriado a partir do espaço, satisfazendo as necessidades humanas da mesma forma que o espaço e o território são fundamentais para a realização das relações sociais, estas produzem continuamente espaços e territórios de formas contraditórias, solidárias e conflitivas cujos vínculos são indissociáveis (SILVA, *et. al* 2006, p. 26).

Portanto, o território é determinado pelas relações de poder oriundas das condições políticas, econômicas, sociais e culturais. Para Santos (2012) no território como um todo, o número avultado e a extensão dos movimentos diários se organizam na anarquia da produção capitalista. Nessa perspectiva, a apropriação do território se determina primordialmente pelas relações do capital.

Raffestin (1993) considera que o território se forma a partir do espaço, sendo resultado de uma ação conduzida por atores que realiza um programa. O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Raffestin (2011) considera ainda que o território é diferente do espaço, pois este é anterior ao território; o homem “territorializa” o espaço, de tal forma que a territorialidade vai refletir a “multidimensionalidade” do espaço vivido pela sociedade, onde tal processo se consolida por meio das relações existenciais e produtivas e da natureza com a sociedade, ou seja, trata-se de relações de poder.

Segundo Andrade (2002) o território e seus derivados, territorialidade e desterritorialização são de uso antigo nas ciências sociais. Para o referido autor quando da formação do território, as pessoas que nele habitam adquirem a consciência de sua participação, portanto, cria o sentimento de territorialidade. Nessa perspectiva:

A expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita à gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, de integrar um território (ANDRADE, 2002, p. 214).

A expansão do território ocorre dialeticamente e na medida de sua expansão, conforme a territorialidade vai se consolidando, ocorre o fenômeno inverso que provoca a desterritorialidade, absorvida pelos grupos sociais mais prejudicados, que são excluídos no processo. No contexto desta pesquisa falamos dos camponeses, que inversamente promovem a reterritorialização, ou seja, tem ocupado espaços do agronegócio, transformando-os em seus espaços de vida.

Haesbaert (2011, p. 122) afirma que desterritorialização consiste num movimento de abandono do território, podendo ela ser relativa, quando diz respeito ao abandono dos territórios criados e sua reterritorialização; ou absoluta, que segundo o autor “remete-se ao próprio pensamento, à virtualidade do devir e do imprevisível”, porém, são movimentos que se relacionam e entrelaçam entre si.

Aquilo que se compreende por desterritorialização está ligado, principalmente, a questões econômicas. Entretanto, Haesbaert (2002, p. 130-132) aponta que além das questões econômicas outros fatores interferem nesse processo, dentre os quais o fator cartográfico, o domínio da imaterialidade, o esvaziamento das fronteiras e o fator culturalista.

Decorrente da desterritorialização e como forma de resistência a este, configura no território o processo de reterritorialização. Blume (2005, p. 11) ressalta que “a reterritorialização ocorre pelo sentimento de pertença a um lugar”, conferindo ao espaço uma configuração que diferencia de outros territórios, uma vez que naquele há um entendimento das particularidades e valorização das diversidades territoriais.

Saquet (2009, p. 87) discorre que “Redes, poderes, territórios, apropriações, tempos, produções, territorialidades, atores, todos são elementos e movimentos sempre presentes historicamente, na territorialização, na desterritorialização e na reterritorialização”. O autor ainda reforça que o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização devem ser apreendidos de forma “concomitantes e complementares”, ou seja:

Os processos de mobilidade dos indivíduos e as mudanças-permanências (continuidades-descontinuidades) sociais e territoriais que estão presentes em qualquer apropriação e arranjo espacial, seja no campo, seja na cidade. Processos que acontecem no mesmo lugar ou entre lugares

diferentes, no mesmo período ou entre períodos históricos distintos (SAQUET, 2009, p. 89-90).

Assim sendo, o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização analisados a partir do campo e sob a ótica dos assentamentos ocorre em uma perspectiva dinâmica onde os agentes que territorializam (camponeses e latifundiários) estão em perspectivas opostas, onde o primeiro ao longo do processo histórico e ocupação do Brasil se insere na ótica da desterritorialização, mas por meio das lutas e da resistência tem-se reterritorializado.

Corrêa (1996) fala do território através da apropriação, possuindo nesse sentido, um significado de pertencimento. Na perspectiva do autor, a desterritorialização implica necessariamente na perda do território, de modo que a reterritorialização consiste na criação ou apropriação de novos territórios representando dessa maneira, a conquistas de novos espaços e lugares.

Corroborando com essas definições, Blume (2005) destaca a perspectiva da dinâmica territorial embasada nos fundamentos teóricos da territorialização, desterritorialização e reterritorialização incorporando o território com base nas discussões oriundas da Geografia. Em sua perspectiva, territorialização é a maneira pelo qual o espaço passa a ser apropriado através da ação e se transforma em território (BLUME, 2005). Assim sendo, temos as contribuições de Saquet (2009) para as discussões relacionadas a territorialização, para o autor:

A territorialização constitui e é substantivada, por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. A territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhado através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades. (SAQUET, 2009, p. 83).

Nesse sentido, o território existe quando se define uma relação de apropriação por uma determinada coletividade e uma organização de relações de modo a particularizar a coletividade em comunidade que constituirá a diferença em relação a outras comunidades. Dessa maneira, a constituição do território se dá pela instauração do domínio do homem sobre o espaço (HEIDRICH, 1998).

O processo de territorialização se concretiza no aspecto de pertencimento de determinada sociedade ou comunidade para com seu território. Da mesma maneira que há o processo de territorialização, há o processo de desterritorialização, que segundo Blume (2005) pode ser visto com o sentido de exclusão, constituindo-se como uma das mais perversas imposições resultantes da globalização econômica.

No que se refere ao campo brasileiro ocorrem três movimentos concomitantemente: por um lado a territorialização pelo capital que implicará o movimento de desterritorialização, ambos gerando exclusão do processo produtivo de parcela da população cuja consequência concreta são os conflitos marcados pela violência, mortes, mas também pela organização dos movimentos sociais de luta pela terra que, por outro lado, promovem o movimento de reterritorialização; “territorializaram através dos acampamentos, das ocupações e dos assentamentos” construindo novos espaços e socializando politicamente (MEDEIROS, LINDNER, 2014, p. 14). Nesse contexto, entendemos o território como “resultado de um processo histórico de construção do espaço por agentes sociais que lhe imprimem suas características socioculturais”. Uma construção histórica, construídas pelos habitantes do campo, por meio das identidades territoriais e identidades sociais no território a partir da relação de apropriação do homem com o espaço, apoiada em dois campos, na ideia e na realidade concreta. (SILVA, 2014; SAQUET, 2008; HAESBAERT, 1999).

Portanto, ao analisarmos o território no contexto da questão agrária em Mato Grosso, especificamente em Cáceres, observa-se que sua configuração são traços da apropriação e expropriação ocorridos no país decorrente de um processo histórico que envolveu territorialização, desterritorialização, e reterritorialização, e revela as marcas dos agentes sociais que a imprimiram.

Em Mato Grosso esse processo se evidencia por meio da expansão/territorialização da agricultura capitalista (Agronegócio), principalmente no norte e médio norte mato-grossense e mais recentemente expandindo com a monocultura da soja na região do pantanal; situação que provoca um processo de desterritorialização e reterritorialização da agricultura familiar camponesa na medida em que expropriados de seus territórios, esses agentes tem conquistado terras do latifúndio por meio da política de assentamentos rurais (SILVA, 2014).

2.3 Do Território a Fronteira

A espacialidade produz diferentes formas de produção inseridas em temáticas variadas a partir de conceitos que a forma. Deste modo, assim como o território se reproduz a partir de elementos espaciais homogêneos ou não, nele está inserido intimamente o entendimento de fronteiras, não somente como um conceito que explicita os limites de determinados territórios, mas como algo mais amplo, inserido no contexto histórico-político.

A origem do termo fronteira está no latim, usado para indicar parte do território situado a frente. Contudo, o uso desta palavra não estava associado a nenhum marco legal, não sendo essencialmente político ou intelectual. Surgiu como fenômeno espontâneo da vida social, adquirindo um caráter político a partir do momento em que os padrões civilizatórios foram se desenvolvendo acima de seu nível de subsistência (FERRARI, 2014; MACHADO, 2005).

Na Geografia, em seus primórdios enquanto ciência moderna, um de seus formuladores mais sistemático foi Friedrich Ratzel, para ele, esse termo estava intimamente associado ao Estado Nacional; bem como, dotado de elevada importância simbólica (elementos culturais e infraestruturais), compreendido sua importância como um elemento de coesão nacional. (CESAR, SILVEIRA, 2012).

Becker (2009) ao fazer uma discussão na Geografia da origem do termo fronteira, também analisa a contribuição de Ratzel. Segundo esse importante teórico alemão, as fronteiras são dotadas de mobilidade, ou seja, extrapola a rigidez em que o termo “limite” se condiciona. Machado (2000) faz uma distinção clara de fronteira e limite: para ele, o limite foi criado como condição de poder para controlar determinadas interações e atividades, já a fronteira se concebe como um espaço construtivo social.

Diante do ápice da globalização a questão da fronteira tem ganhando espaço nos debates acadêmicos falando-se inclusive em seu fim. Contudo, são variadas as formas de fronteiras que estão surgindo, observando-se os diversos conjuntos espaciais (BECKER, 2009). Diante disso, para analisar a fronteira não se deve atentar apenas a questões de ordem política, como também as dinâmicas sociais, culturais e econômicas do território.

Bandeira (2004) ao prefaciar a obra de Januário (2004), intitulado de “Caminhos da Fronteira” analisa que no âmbito da Geografia, “fronteira”, pode ser compreendida de diferentes maneiras; consiste não somente nos limites entre os entes jurídicos e políticos,

pois não se traduz apenas a contornos e limites como também, sendo uma construção humana, implica necessariamente em um espaço diverso, contraditório, onde se permeiam inclusões, mas também exclusão, solidariedade, e também intolerância.

No contexto da luta pela terra, Martins (2009) nos apresenta a fronteira como um campo de batalha, onde as disputas pelo poder se apoiam em duas frentes: pela frente pioneira, representado pela forte presença capitalista no modo de produção e apropriação da terra; e pela frente de expansão, entendido como sendo aqueles que lutam pela terra e dela se usufrui contrária ao viés mercantilista.

Para o referido autor, a discussão da fronteira no Brasil é compreendida a partir da situação de conflito social possuindo um caráter litúrgico e sacrificial, uma vez que no jogo do poder, o outro é degradado, viabilizando a existência de quem domina.

Nesse contexto, Graziano da Silva (1982) discorre que a fronteira é resultante de uma “modernização dolorosa” no campo, intrinsicamente ligada a produção da agricultura, sendo que pelo viés político representa uma “válvula de escape” ancorada no pacto estabelecido pela burguesia industrial e o latifúndio, cuja consequência é a manutenção da estrutura agrária e o impedimento de ações destinadas a tornar o acesso da posse da terra mais democrática.

Ainda no que se refere a fronteira, Machado *et. al.* (2005) faz uma diferenciação de zona de fronteira e faixa de fronteira. Para o autor faixa de fronteira está associada aos limites territoriais onde determinado Estado exerce seu poder, já zona de fronteira está relacionado a um espaço de interação onde as diferenças se entrelaçam e marcam uma paisagem específica.

No caso do Brasil, por exemplo, geograficamente, a faixa de fronteira compreende uma faixa de até 150 km de largura, abrangendo 588 municípios em 11 estados federativos ao longo de 15.719 km de fronteira terrestre (Lei nº 6.634 de 2 de maio de 1979), dentre os quais o município de Cáceres em Mato Grosso está inserido, por fazer fronteira com a Bolívia. Nesse sentido, os assentamentos aqui pesquisados estão na zona de fronteira, espaço de interação com a Bolívia, marcados por relações socioculturais intensas.

Coy e Kohlhepp (2017) no trabalho intitulado “*De fronteir até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-ecológico*”, fazem uma importante análise da fronteira, partindo do ideário de uma

fronteira em movimento. Os autores apontam a importância da pesquisa geográfica em fronteira, pois:

Oferece, em suas tradições, conceitos diversos e experiências regionais empíricas, possibilidades da comparação da continuidade e descontinuidade e, por final e, sobretudo, a possibilidade do aprendizado mútuo. Estas experiências de um fenômeno espaço-temporal são caracterizadas pela dinâmica, fragilidade, volatilidade e transições (COY e KOHLHEPP, 2017, p 14).

Em seu trabalho intitulado “Caminho das Fronteiras”, Januário (2004) traz uma definição que melhor se enquadra nessa pesquisa, em função de trabalharmos com a fronteira Brasil/Bolívia. Para o autor, sua visão não se traduz apenas nos marcos que separam esses países, para ele:

A fronteira é entendida como encontro e proximidades entre diferenças, como passagens entre diversos mundos, como comunicação entre diferentes culturas, etnias e ambientes, enfim, a fronteira deve ser pensada como um “espaço em movimento” um espaço em permanente ressignificação, um universo dinâmico que mantém a sua originalidade e especificidade. Compreender que não existe apenas a “fronteira”, mas sim “várias fronteiras” (JANUÁRIO, 2004, p. 96).

Diante disso, nesta pesquisa se concebe a noção da fronteira em movimento, onde as relações de solidariedade e as diferenças se entrelaçam, criam condições para uma formação identitária, multicultural e quebram determinados discursos arraigados na sociedade, especialmente aqueles que concebem a fronteira com um espaço de constantes conflitos.

Isso porque, no território dos assentamentos rurais, localizados na fronteira Brasil-Bolívia, em Cáceres-MT, constata-se uma diversidade de sujeitos, culturas e modos de vida, resultando em um espaço de interação entre as famílias que ali vivem; permitindo a criação e recriação do camponês como forma de resistência, definindo suas territorialidades em um espaço onde a hegemonia do capital impera por meio dos latifúndios que os circundam

3. REFORMA AGRÁRIA E CAMPESINATO: DILEMAS E PERSPECTIVAS NO PROCESSO DE REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL

Falar de Reforma Agrária no Brasil requer uma análise do processo histórico que foi moldando o quadro agrário brasileiro. Neste sentido, no presente capítulo será realizada uma contextualização sobre a Questão Agrária a partir do modelo exploratório de ocupação de terra no país que se caracterizou como latifúndio. Bem como apresentaremos uma reflexão sobre os camponeses, porque acreditamos que estes sujeitos têm contrariado os prognósticos sobre o seu desaparecimento, desafiando não só intelectuais e militantes, mas também setores autoritários da sociedade, com sua recriação contraditória, a qual envolve a luta pelo controle de frações do território para sua reprodução social.

Para esta análise teórico-metodológica e política sobre a Reforma Agrária e o Camponato no contexto da reprodução ampliada do capital partimos do diálogo com autores renomados da Geografia Agrária, entre eles Shanin; Almeida, Paulino, Fernandes, Oliveira, Martins, entre outros.

3.1 Conceituação e Pressupostos Históricos da Reforma Agrária no Brasil

O latifúndio no Brasil é uma marca histórica do território, do capitalismo burguês, em um primeiro momento formado em decorrência da necessidade do abastecimento das metrópoles europeias, funções que permaneceram no tempo, porém atualmente, fazendo parte da cadeia produtiva comandada pelo agronegócio, sob a ótica do capitalismo financeiro mundial.

O modelo de ocupação da terra no Brasil desde a apropriação do território pelos colonizadores portugueses está calcado no modelo capitalista de produção. Nessa perspectiva, a estrutura fundiária vigente nada mais é que consequência do modelo colonial português de apropriação do território, conforme aponta Bernardes (1961, p. 381).

Há quantos se têm interessado pelos problemas rurais brasileiros não escapou a forte persistência na estrutura agrária das características coloniais de origem. Persistência que se faz sentir em um triplice aspecto: tanto na organização fundiária e nos regimes de exploração, de tão profundas consequências sociais, quanto nas modalidades principais de utilização da terra.

Desta maneira, a ocupação e uso da terra obedeceram a critérios voltados para a grande lavoura comercial com a exagerada concentração de terras que constituiu o latifúndio agrário. A opção por esse modelo foi adotada como meio de ocupar rapidamente o território, institucionalizada por meio do regime sesmario (BERNARDES, 1961).

O processo de territorialização do espaço agrário por meio da grande propriedade abarcou diferentes momentos históricos. Nessa perspectiva, as políticas territoriais de ocupação do espaço agrário no Brasil produziram o acesso desigual as terras brasileiras, característica que se permeia da colonização até os dias atuais. Essa afirmação corrobora com Viegas (2006, p. 24) ao dizer que “a ocupação do território brasileiro ocorreu através da exploração de terras devido a sua grande disponibilidade e os empreendedores dessa exploração mais tarde comporiam a classe dominante”.

Diante disso, pode-se afirmar que a concentração de terras no país sempre esteve nas mãos da classe dominante, que se apropriou do território brasileiro nos primórdios da colonização e dele foram tomando posse, numa tentativa de homogeneizar o espaço agrário. O monopólio fundiário existente no Brasil pode ser comprovado pelos dados do Censo Agropecuário 2006, onde constata-se que 86% dos estabelecimentos no Brasil ocupam 21,4% das terras, enquanto que 0,9% dos estabelecimentos controlam 44,4% das terras brasileiras.

Essa homogeneização se intensifica na medida em que o latifundiário se insere no processo capitalista de produção. Nesse sentido, o campo se redefine em aspectos ligados à modernização tecnológica, à expansão da produção e à interligação da produção agrária, redefinindo dessa maneira, novas territorialidades que se comunicam com outras. Fernandes et. al. (2012) ressalta que o Brasil possui uma desigualdade tão grande quanto ao seu território, e mantém, dessa maneira, uma das estruturas agrárias mais concentradas do planeta, responsáveis em grande parte pela desigualdade imperante no país.

Assim sendo, constata-se que a história da luta pela terra no Brasil é antiga, de modo que, ela começa com a resistência indígena frente ao colonizador, o qual resultou na expropriação daqueles de seu território, e perpassa por diferentes momentos na medida em que, a concentração de terras vai aumentando. Essa concentração se expressa nos dados sobre a estrutura fundiária brasileira, onde se observa que mesmo

diante da conquista da terra pelo campesinato a grande propriedade tem aumentado seu território de forma desproporcional.

Assim, de acordo como banco de dados do Dataluta (figura 1) quando se analisa a estrutura fundiária entre 1992 e 2003, a territorialização camponesa avançou 36.510.186,6 hectares, ao passo que o latifúndio e agronegócio avançou para uma área duas vezes maior com 71.942.393,5 hectares, ou seja, nessa escala temporal, o avanço do campesinato fez uma área média de 30 hectares e a do agronegócio uma média de 753 hectares por imóvel, o que comprova que mesmo diante das conquistas do campesinato, a concentração de terras se mantém predominante. (DATALUTA, 2003).

Quadro 01: Evolução da Estrutura Fundiária – (1992-2003)

Classe de área (ha)	Diferença do número de imóveis 1992-2003		Diferença da área (ha) total dos imóveis 1992-2003	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta (ha)	Relativa (%)
Menos de 1	34.961	74,3	18.926,0	77,3
1 a menos de 2	53.073	60,0	70.583,1	58,6
2 a menos de 5	216.302	63,0	705.784,2	60,4
5 a menos de 10	197.697	46,1	1.413.762,6	45,4
10 a menos de 25	305.465	38,0	4.953.256,9	37,9
25 a menos de 50	215.778	45,2	7.587.288,7	45,5
50 a menos de 100	166.700	52,2	11.276.027,5	50,8
100 a menos de 200	80.905	42,2	10.484.557,6	40,3
MENOS DE 200 (PEQUENA)	1.270.881	47,1	36.510.186,6	44,3
200 a menos de 500	48.413	36,3	14.889.886,3	36,2
500 a menos de 1000	20.099	41,1	13.994.995,4	41,4
1000 a menos de 2000	12.907	57,7	17.943.436,7	58,3
200 A MENOS DE 2000 (MÉDIA)	81.419	39,8	46.828.318,4	44,3
2000 a menos de 5000	12.359	88,4	36.390.131,4	88,3
5000 a menos de 10000	2.590	81,2	19.362.839,5	86,4
10000 a menos de 20000	-552	-46,5	-7.668.797,8	-47,1
20000 a menos de 50000	-243	-45,3	-7.108.479,6	-45,5
50000 a menos de 100000	-81	-71,7	-5.422.590,8	-71,3
100000 e mais	-46	-67,6	-10.439.027,6	-55,7
2000 E MAIS (GRANDE)	14.027	73,5	25.114.075,1	20,6
TOTAL BRASIL	1.366.327	46,7	108.452.580,1	35,0
Dados: DATALUTA-Estrutura Fundiária / Cadastro do INCRA				
Org.: Eduardo Paulon Girardi				

Fonte: DATALUTA - Atlas da Questão Agrária Brasileira.

Assim sendo, a relação do homem com a terra é vista desde os primórdios como uma das mais importantes, pois considerando o contexto histórico, é uma das principais fontes de produção contribuindo para a organização do espaço em suas diversas

transformações, sendo uma atividade que se dá a partir de movimentos dialéticos consistentes em disputas territoriais em dimensões variadas, de maneira que a terra passa a ser entendida como sinônimo de poder a partir do grau de sua concentração.

Para Ranieri (2003) a Reforma Agrária é um termo usado para descrever diferentes processos visando o acesso a posse da terra, bem como aos seus meios de produção àqueles que com ela possuem ligação. O referido autor destaca ainda que, apesar de ser realizada no campo a Reforma Agrária impacta diferentes setores da sociedade, da política e da economia, ocorrendo através de quatro maneiras: Reformas Agrárias inconclusas e/ou abortadas, Reformas Agrárias impostas, Reformas Agrárias convencionais e Reformas Agrárias revolucionárias (quadro 02); e ao extrapolar as fronteiras do campo atinge a nação como um todo, sendo que seu balanço final é sempre positivo, pois traz ganhos sociais e desenvolvimento econômico. Esses ganhos estão representados pela maior parte da comida da população brasileira advir da agricultura camponesa, que produz produtos variados.

Quadro 02: Processos de Reforma Agrária do Século XX

Reformas agrárias inconclusas e/ou abortadas.	Realizadas em países onde houve mudanças significativas decorrente da participação de forças populares, mas que não se consolidaram.
Reformas agrárias impostas.	São os casos típicos das reformas agrárias, impostas pelos americanos ocorridas no leste asiático após a II guerra mundial, foram reformas básicas e que mudaram substantivamente o perfil de distribuição de terras.
Reformas agrárias convencionais	São aquelas realizadas dentro dos marcos legais existentes ou dos acordos entre as diversas forças sociais, sem a ocorrência de rupturas. O alcance dessas reformas é bastante variado, sendo, em geral, relativamente pouco abrangente, localizado e não alterando significativamente o perfil de distribuição da propriedade da terra, como por exemplo, aquelas realizadas por meio do Crédito fundiário.
Reformas agrárias revolucionárias	São aquelas que ocorreram associadas a um processo muito mais amplo de transformações sociais e que alteraram profundamente o perfil de distribuição da terra, quase sempre no contexto de revoluções socialistas, por meio da luta de movimentos sociais organizados como por exemplo o MST.

Fonte: Adaptado de Ranieri (2003 p. 8-9)

Dessa forma faz-se importante a Reforma Agrária no país, pois partimos da lógica que o campo é um espaço de vida, onde o camponês se reproduz como tal, em face de sua íntima ligação com a terra. Além disso, partimos do pressuposto que uma Reforma Agrária consistente, feita com qualidade, traria ganhos sociais tanto no campo quanto na cidade, pois na cidade aliviaria dos muitos problemas sociais com que vive, especialmente os de marginalização, e no campo promoveria a conquista da terra de muitos expropriados dando dignidade e melhor condições de vida para as famílias.

Nesse sentido, aferimos que o principal obstáculo para as políticas de Reforma Agrária no Brasil é o modelo de desenvolvimento adotado pelo país, que tem por base a produção monocultora em grande escala e para exportação, ou seja, o “agronegócio”. A elite agrária (bancada ruralista, pecuaristas, latifundiários da soja e outros) que implementa e controla este modelo de desenvolvimento faz parte das alianças que apoiam os diferentes governos nos últimos anos, seja os de direita, de centro ou de esquerda no Brasil e na América latina, e tem exercido pressão junto aos governos e corporações, para manutenção e reprodução deste sistema em detrimento das lutas empreendidas pelos movimentos sociais em prol de uma sociedade mais justa (FERNANDES, 2008).

Portanto, as políticas fundiárias no Brasil se deram na perspectiva de manutenção do *status quo*, ou seja, nunca houve uma alteração na concentração de terras do país por meio do Estado, embora as estratégias tenham se modificado ao longo do tempo. Pelo contrário, na medida em que se vê a necessidade de reafirmar a sua justa distribuição, mais desigual e mais concentrada elas ficam excetuando-se alguns avanços observados na última década, por meio da implantação dos assentamentos de Reforma Agrária, conquista efetiva das lutas dos povos do campo.

Dessa maneira, o Brasil possui uma tradição latifundiária, como se observou no Brasil colonial por meio da produção de cana de açúcar com o predomínio do café no início do período republicano e, na atualidade, o predomínio da monocultura da soja, produtos destinados à exportação, e nas regiões de assentamentos o predomínio da pecuária.

Nesse contexto, o acesso à terra pelos camponeses (assentados, colonos do sul do país, o caipira do interior, seringueiros, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, meeiros,

posseiros, agricultores familiares, etc.) é resultado de intensas lutas firmadas pelos diversos movimentos sociais no território brasileiro.

Conforme Oliveira (2001), os povos indígenas foram às primeiras vítimas do processo de desterritorialização promovidos pelo colonizador, pois foram submetidos a um “etno/genocídio” que começou há mais de 500 anos e vigora até hoje; nesse processo de luta e resistência, seus territórios foram sendo apropriados e hoje representa um percentual mínimo por meio de “reservas indígenas”, política estatal que fraciona o “território capitalista para aprisionar o liberto indígena”.

De igual maneira, o jugo senhoril capitalista em terras brasileiras permitiu a desterritorialização de diversos povos africanos que arrancados de suas terras serviram como escravos aos senhores coloniais. A resistência desses povos fez nascer os quilombos, “verdadeiras terras de liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial” (OLIVEIRA, 2001).

Oliveira (2001) aponta ainda os posseiros, que historicamente, tem lutado contra a expropriação e contra os jagunços que estão a serviço dos latifundiários e, muitas vezes, do Estado. O autor cita os movimentos de resistência de Canudos, Contestado, dos colonos nos cafezais, de Trombas e Formoso, como exemplo das muitas histórias travadas no campo brasileiro pela terra e pela liberdade, lutas que memorizam a resistência e construção social desses movimentos, mas que também traz à tona a capacidade destruidora dos agentes capitalistas e estatais que historicamente tem realizado “falcatruas” contra os camponeses no país.

Nesse contexto de luta pela desconcentração de terras e contra a expropriação, surgem o movimento das Ligas Camponesas, entendido como “[...] manifestação nacional de um estado de tensão e injustiças a que estavam submetidos os trabalhadores do campo e as profundas desigualdades nas condições gerais do desenvolvimento capitalista no país” (OLIVEIRA, 2001, p. 23).

Nesse contexto, as Ligas movimentaram o campo no Nordeste e, a partir dela, apesar da violência presente no processo de luta, nasceram vários movimentos organizados, dentre os quais a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (Ultab) e a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag). Estes movimentos lutaram pela construção inicial de um processo de Reforma Agrária no governo de João Goulart, que foi sufocado pelo golpe militar de 1964 (OLIVEIRA, 2001).

Nessa perspectiva de luta e resistência são impostas novas formas de dominação, exclusão e expropriação que na outra ponta fazem surgir novas formas de lutas como se deu a partir do surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Oliveira (2001) discorre que o MST é o movimento social rural mais organizado da história recente do Brasil; representa mais um passo dos camponeses em sua luta e resistência, luta de expropriados que em algum momento tiveram contato com a terra, mas que expulsos para a cidade experimentaram a servidão urbana e rural e as pobreza que elas geraram e optaram por lutar por um futuro cuja base é a negação do “*status quo*”. Nesse sentido:

Não se trata, portanto, de uma luta que apenas revela uma nova opção para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas, muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma sociedade dotada de justiça. Dignidade e cidadania (OLIVEIRA 2001, p. 195).

Dessa forma, o foco da luta do MST está na conquista do território camponês, por meio de diversas ações, visto como condição essencial de sua organização, disputado com seu principal oponente, o Agronegócio.

As lutas do MST pela Reforma Agrária são abrangentes, na visão de Fernandes (2008) é uma “luta ampla, multidimensional e complexa”, que abrange todas as dimensões do território, tais como o mercado, a educação, a tecnologia e a saúde; é uma luta contra o agronegócio e a mercantilização da terra, que em constantes movimentos, avançam sobre o território camponês.

Em meio as efervescências dos movimentos sociais no campo por meio da luta pela Reforma Agrária, o Estado criou, minimamente, mecanismos para fazer tal reforma. Desse modo, políticas de Reforma Agrária pensadas pelo Estado de forma mais efetivas surgem no governo de João Goulart (1961-1964), com a criação da Superintendência Regional da Reforma Agrária (SUPRA) que tardiamente promoveu algumas desapropriações destinadas à Reforma Agrária, porém a ação reformista desse governo é rapidamente sufocada pelo golpe civil/militar que implantou a ditadura no Brasil.

A marca da política agrária pensada pelos governos militares estava na inserção da agricultura brasileira na chamada revolução verde, ou seja, a inserção do campo no processo capitalista. Desta forma, os problemas de concentração de terras nesse período

se acentuou, em face das políticas de colonização privadas implantadas para a ocupação do Centro-Oeste e Norte do país, bem como pelos incentivos destinados a capitalização do agronegócio.

Após a tomada do poder, os militares aprovaram a Lei N.º 4.504 que instituiu o Estatuto da Terra, extinguiram a SUPRA e em sua substituição criaram o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). Com o intuito de realizar a Reforma Agrária foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio do decreto nº 1.100 de 09 de Julho de 1970, cuja missão é “executar a Reforma Agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional”.

Segundo Filho (2005) a política fundiária dos governos militares ancorado no Estatuto da Terra nada mais foi que uma estratégia dissimulatória de discurso de Reforma Agrária, pois passou a atuar como instrumento de controle dos conflitos sociais; além disso, era contraditória, visto que do mesmo modo que pregava as desapropriações por interesse sociais, pregava a compra, venda e doação de terras, ou seja, a lógica da política fundiária do governo militar era a desconcentração de terras, mas atuou muito mais na expropriação territorial de povos indígenas e tradicionais por meio da implantação dos projetos de colonização, tais como o Programa de Integração Nacional (PIN).

Na atualidade, ainda vivenciamos as mazelas históricas dessas tomadas de decisão, isso porque, a despeito das intervenções feitas pelo Estado brasileiro ao longo do tempo, com o objetivo de democratizar o acesso à terra, a estrutura de posse e uso da terra no Brasil pouco mudou. Verifica-se ainda, na contemporaneidade, que um pequeno número de proprietários rurais continua a se apropriar da grande maioria das terras, enquanto milhões de camponeses não têm terra ou a possuem em pequena quantidade, dificultando sua reprodução social e econômica.

Em face de tudo isso e das mudanças que podem ser geradas pela Reforma Agrária no país, tanto no processo de democratização do acesso à terra, no aumento da produção de alimentos, fortalecimento do mercado interno, como também no fortalecimento da agricultura familiar camponesa, calcado em uma política de desenvolvimento rural sustentável, reafirmamos sua necessidade para a transformação social do país.

Na reinstauração da ordem democrática no país, novas perspectivas se abriram para a Questão Agrária. Os movimentos sociais, especialmente o MST, estava consolidado e passos importantes eram esperados por meio da assembleia nacional constituinte cercada de expectativas para a elaboração da nova constituição. Porém, no campo político a morte inesperada do presidente eleito Tancredo Neves trouxe dúvidas sobre as políticas até então pensadas, sendo empossado seu vice José Sarney.

No decorrer desse governo um passo importante foi dado por meio do decreto nº. 91.766 que aprovou o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Conforme a tabela 1, o referido plano previa assentar 1,4 milhões de famílias ao longo de quatro anos, contudo, o plano foi um fracasso com relação ao alcance de metas, visto que conseguiu o acesso a terra pouco mais de 140 mil. Tal fato se deu em face da forte pressão da União Democrática Ruralista (UDR) por meio da militarização dos latifúndios, o que se viu dessa forma, foi uma onda crescente da violência no campo como consequência da reação latifundiária (OLIVEIRA, 2001).

Tabela 1: Metas do PNRA para o período 1985-1989

Ano	Famílias	Área distribuída
1985-1986	100.000	4.620.000
1986-1987	300.000	9.240.000
1987-1988	450.000	13.860.000
1988-1989	550.000	15.370.000
Total	1.400.000	43.090.000

Fonte: Fleury, 2015

De acordo com Rocha (2008) apesar de o PNRA sofrer diversas alterações de acordo com os interesses do latifúndio, representado principalmente pela UDR e não ter conseguido atingir sua meta, seu ganho está no fato de a Reforma Agrária voltar à pauta de discussão política no país. Nesse sentido, nos governos seguintes as pautas agrárias continuaram sendo tratadas de forma contraditória, de um lado pressionado pela bancada ruralista e de outro pelos movimentos sociais, cada vez mais organizados.

Fracassado o primeiro PNRA os diferentes conflitos, lutas e debates envolvendo a questão agrária se tornam mais intensas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Segundo Fernandes (2008), os oito anos desse governo são

marcados por diferentes políticas de Reforma Agrária; num primeiro momento apostou-se fortemente na política de assentamentos, mas mantendo a estrutura agrária com o mesmo carácter estrutural; verificado o fracasso da primeira estratégia que consistia na eliminação da questão agrária partiu-se, num segundo momento, para o enfrentamento e criminalização das ocupações de terras.

Segundo Coelho (2016) a pauta da Reforma Agrária assumida pelo governo FHC se deu em face da pressão exercida pelos movimentos sociais e de grupos intelectuais simpatizantes da causa, porém, tais políticas nunca foram tratadas com prioridade. Dessa maneira, apesar do número recorde de famílias assentadas e da criação do Gabinete Extraordinário de Política Fundiária que mais tarde seria transformado no Ministério do Desenvolvimento Agrário, o governo FHC fortaleceu as políticas agrícolas voltadas para o agronegócio, persistindo a concentração de terras no país.

Outra face da política agrícola de FHC é aquela que se denominou de Reforma Agrária de mercado, que consistia numa política de governo que visava integrar o agricultor familiar ao mercado capitalista por meio de programas e ações fortemente apoiadas por instituições políticas internacionais como o Banco Mundial. Dentre esses programas o que mais se destacou foi o Banco da Terra, cuja finalidade era possibilitar aos trabalhadores rurais não proprietários e os proprietários, na qual a área não alcançasse a dimensão da propriedade familiar, o financiamento de imóveis rurais, infraestrutura básica e acesso à terra (COELHO, 2016; CAMARGO, MUSSOI, CAZELLA (2005).

Outro programa de destaque da política de Reforma Agrária de FHC foi o “Novo Mundo Rural”, cuja política era desenvolver o campo inserindo-o no mercado. Essa visão governamental visava fortalecer os agricultores familiares e levar qualidade de vida para os assentamentos por meio do produtor empreendedor, ou seja, os assentamentos passam a ser vistos como lugar de produção, não sendo considerado como espaço de vida e de reprodução social dos camponeses.

Para “simplificar” o processo de Reforma Agrária o governo FHC criou o programa de acesso direto à terra, também conhecido como Reforma Agrária pelos correios. Por meio de um acordo firmado entre o INCRA e os Correios, o interessado preenchia o formulário em uma agência, posteriormente o processo era montado pelo INCRA e os Correios avisariam o indivíduo quando da posse de terra, que no discurso do governo se

daria em quatro meses, ou seja, não precisava se mobilizar em movimentos sociais ou acampamentos para ter o acesso a terra (COELHO, 2016).

Dessa maneira, as intenções do governo FHC relacionados a questão agrária não era de mudanças em sua estrutura por meio da Reforma Agrária, mas a de atender as expectativas do mercado e da aliança que o levou ao poder, que sempre se beneficiaram das benesses conquistadas pela aliança entre o Estado e o capital privado, da qual muitos ruralistas faziam parte.

As políticas agrárias praticadas nesse governo, na qual buscou descaracterizar o espaço dos assentamentos da agricultura familiar camponesa como espaço de vida e inseri-los na ótica capitalista, além de beneficiar o capital colocava os camponeses em uma relação de dependência do mercado. Visou num primeiro momento, por meio das desapropriações assentar o maior número de famílias, em locais saturados onde os recursos haviam sido intensamente explorados pelo latifúndio.

O resultado não poderia ser outro, um grande número de assentados abandonou o campo. Dessa maneira, as lutas dos movimentos sociais, dentre os quais o MST, obrigou o governo a partir para outra estratégia, o da Reforma Agrária por meio da compra e venda, atendendo as diretrizes de instituições financeiras internacionais e que visavam dentre outros objetivos, esvaziar os espaços de lutas e embates e de criminalizar as ocupações e acampamentos, que dentre outros efeitos promoveu uma onda crescente de violência no campo.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva e a chegada do governo com pautas populares a presidência da república em 2002, com apoio da maioria dos movimentos sociais do campo, representou novas esperanças na consolidação da Reforma Agrária. Com o Governo Popular, os movimentos populares participaram ativamente das indicações de nomes para o cargo de segundo escalão do governo. Dessa maneira, o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) tiveram influência na indicação de cargos para o INCRA e a CONTAG influenciou em cargos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (FERNANDES, 2003).

Assim sendo, as análises nos permitem dizer que enquanto nos governos de FHC as mobilizações dos movimentos sociais, mesmo diante de sua criminalização, tiveram como consequência a criação massiva dos assentamentos, no governo Lula houve a

cooptação dos movimentos sociais, que trouxe como consequência a sua desmobilização, uma vez que o agronegócio continuou pautando a política agrária no Brasil.

Nessa conjuntura, o governo Lula não rompeu com os ruralistas, pois estes estavam representados no Ministério da Agricultura e outras esferas do governo, garantindo a implantação do modelo de desenvolvimento da agricultura na ditadura militar, reagindo as reformas da política fundiária e ao aumento de acampamentos e famílias acampadas (FERNANDES, 2003).

No âmbito das políticas públicas, durante o governo Lula foi concebido o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA), apoiado na concepção ampliada da Reforma Agrária que reconhecia a diversidade dos movimentos sociais no campo e previa ações, além da política distributivista, como promoção da garantia de gênero e dos direitos das comunidades tradicionais e ações para com as comunidades ribeirinhas.

Nesse sentido o II PNRA teve como meta ambiciosa o assentamento de 400.000 famílias entre 2003 a 2006, aumentando esse número progressivamente nos anos seguintes, além disso previa uma política fundiária associada na inserção das políticas de desenvolvimento regional, garantindo desde assistência técnica até acesso ao crédito. Dessa maneira, notamos a preocupação do governo com a qualidade dos assentamentos rurais expressados em programas como Luz para Todos, o Bolsa Família e investimentos em programas sociais, de infraestrutura e a regularização dos assentamentos. (II PNRA, 2004)

O governo de Dilma Rousseff, mesmo eleito a partir da pauta popular, ao longo de seu primeiro mandato se afastou dos movimentos sociais e populares que o ajudaram a eleger e se aproximou mais ainda do Agronegócio, sendo que sob o auspício do presidencialismo de coalisão, deixou-se pautar pelas políticas agrícolas com ênfase capitalista, relegando a segundo plano as políticas de Reforma Agrária elaboradas pelos governos anteriores.

Compreendemos que a consequência como se sabe foi desastrosa, culminando com o golpe partidário/parlamentar orquestrado por partidos políticos, a elite agrária e movimentos de rua financiados por setores conservadores da economia/mídia/agronegócio que destituíram a presidente eleita, colocando no poder o Michel Temer, que governa sob a influência do mercado internacional e nacional, usurpando uma série de direitos sociais anteriormente conquistados.

Essa mesma análise nos permite dizer que para as políticas voltadas ao campesinato o resultado não poderia ser mais desastroso, pois a partir do golpe a criminalização dos movimentos sociais, principalmente o MST se intensificaram. Além disso, o acesso ao crédito pelos camponeses foi restringido, ocorreu a extinção de programas de apoio aos agricultores como o PAA e o PNAE, a redução drástica de investimentos de infraestrutura dos assentamentos, bem como a paralização da política de criação de assentamentos. Por outro lado, o agronegócio como fiador do golpe está sendo amplamente beneficiado com a política de desestruturação dos pequenos agricultores, revogação de leis ambientais de proteção aos biomas, alteração da definição do trabalho escravo contemporâneo, entre outros, fatos esses comprovados pelas medidas tomadas pelo presidente.

Portanto, ao analisarmos a territorialização camponesa por meio da implantação de assentamentos rurais a nível de Brasil após o período da ditadura militar até 2015 (figura 02) compreendemos que eles surgiram das lutas dos movimentos campesinos que começavam a se fortalecer. De 1985 a 1989, período em que o Brasil era governado por José Sarney foram criados ao todo 505 projetos de Assentamentos, ressaltando-se que o país vivia nesse período, uma das mais sérias crises do capitalismo, trazendo como consequência a hiperinflação e o desemprego.

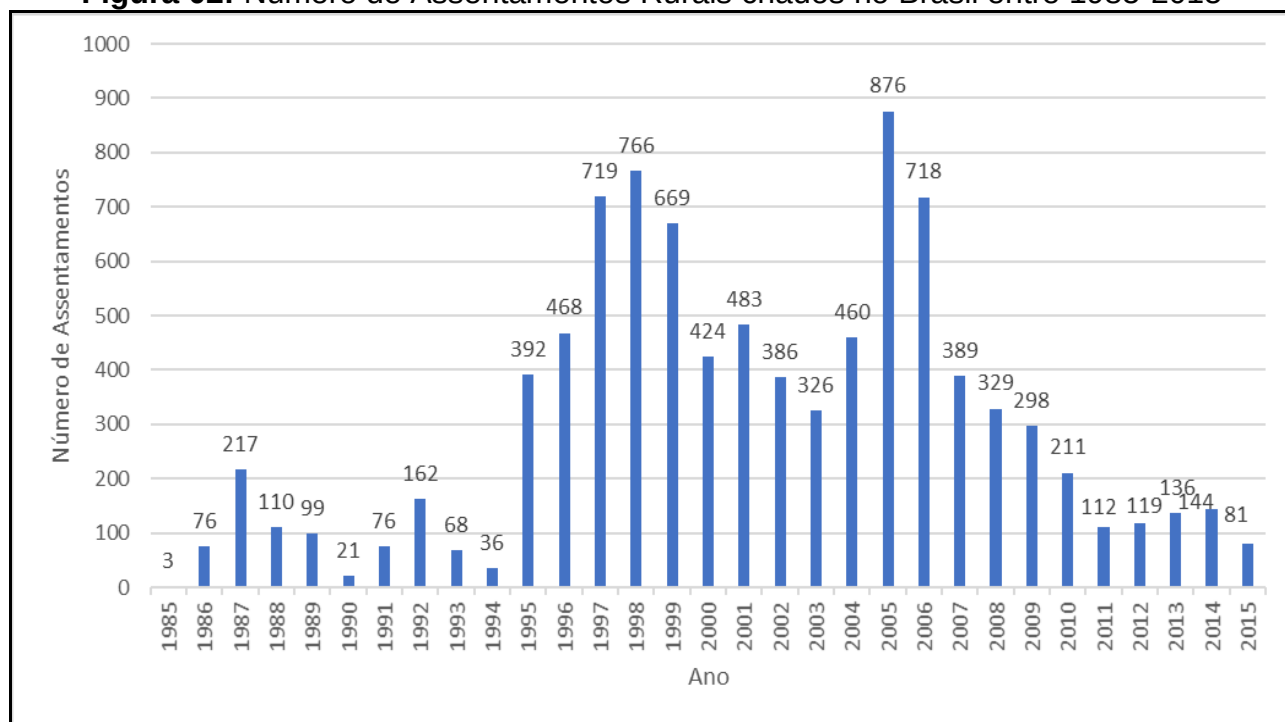
A partir da década de 1990, o Brasil passou por uma crise política que aliada aos ideais neoliberais refletiram diretamente na política agrária. Assim, nos governos Collor/Itamar (1990-1994) houve redução drástica na implantação de assentamentos rurais, pois nesse período foram implantados apenas 363 projetos (Figura 02).

O que chama atenção nos números é que durante os oito anos do governo FHC (1995-2002), houve uma implantação massiva de assentamentos salientando que essa era uma resposta desse governo aos movimentos sociais que promoveram diversas ações de luta pela terra. Contudo, ao analisarmos a evolução de assentamentos durante seu segundo mandato verifica-se que os números se mostram decrescentes. Nesse período foi forte a criminalização dos movimentos sociais.

Ao analisar os números durante o governo Lula aferimos que a política agrária desse governo não consubstanciava apenas em apresentar números, mas também de dotar os assentamentos já implantados de qualidade, nesse sentido foram criados vários programas que beneficiavam os camponeses assentados. Ainda, com relação aos

números em si, neste governo foram criados ao todo 3.607 projetos de assentamentos, número inferior aos criados no governo FHC (Figura 02, Figura 03).

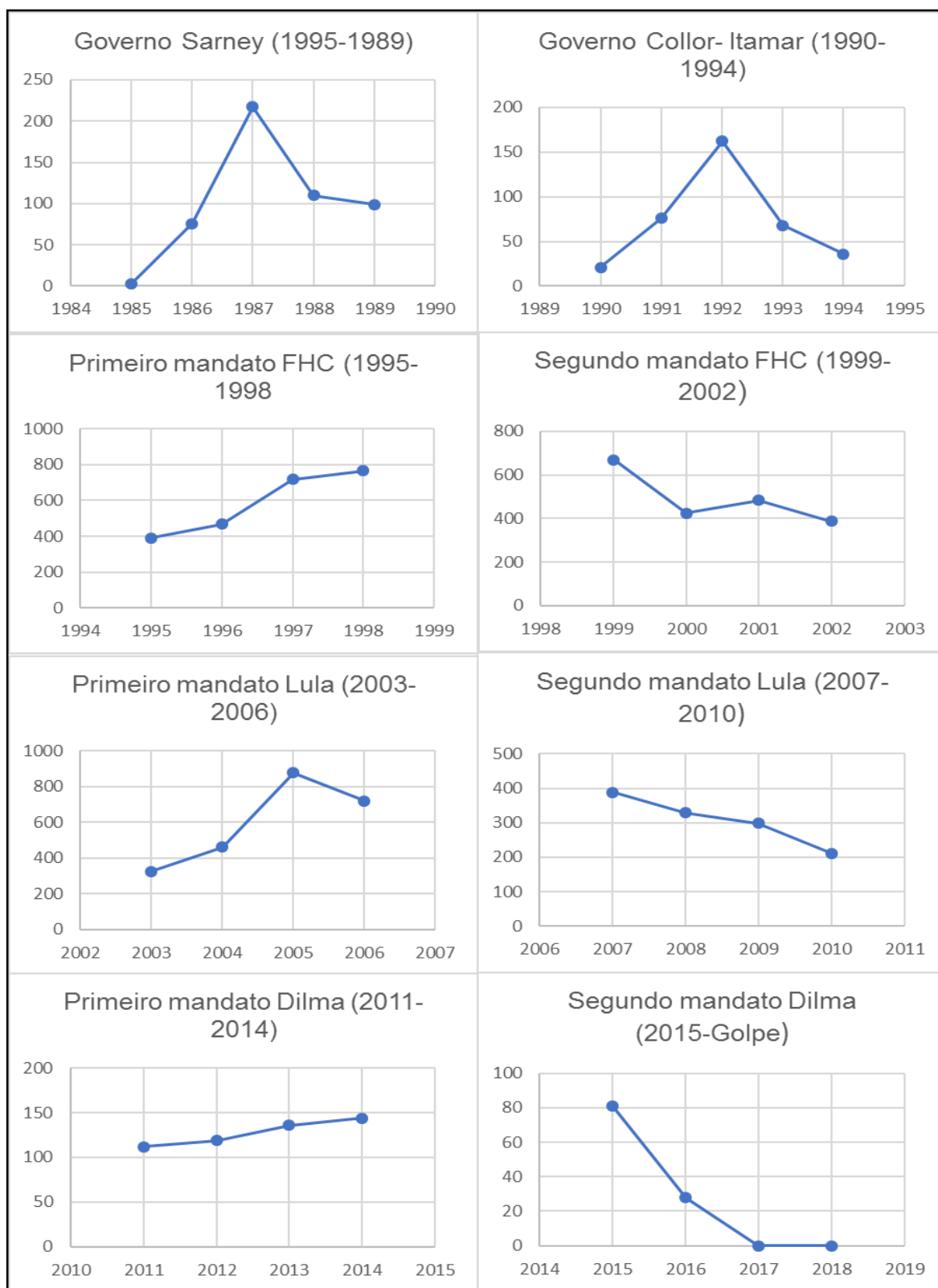
Figura 02: Número de Assentamentos Rurais criados no Brasil entre 1985-2015



Fonte: Boletim Dataluta, 2015

Organizado: MARTINS, (2017)

No entanto, é preciso analisar que alguns fatores contribuíram para isso, primeiro consideramos a cooptação de líderes dos movimentos sociais para a esfera do governo, o que de certa forma contribuiu para o enfraquecimento da luta, por outro lado houve uma preocupação maior com relação as áreas de implantação, com relação aos recursos existentes e às políticas para manter os camponeses na terra, não os deixando a própria sorte.

Figura 03: Evolução dos Assentamentos entre 1985 e o golpe de 2016**Fonte:** Boletim Dataluta- 2015/ Incra 2017**Organização:** Martins (2017)

Para efeitos de consideração, nos governos Lula (2003-2010), mesmo diante da cooptação dos movimentos, a política agrícola foi influenciada pelo agronegócio, representados na bancada ruralista e no comando do Ministério da Agricultura (MAPA). Essa constatação se apresentou maior durante o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, sendo comprovados pelos números de criação de assentamentos durante seu governo, apenas 511 projetos, pouco acima dos que foram criados no governo de José Sarney. Dessa forma a evolução de implantação de assentamentos rurais no período de 2010 a 2014 seguiu para baixo, mesmo se mantendo estável. No contexto do golpe parlamentar, em 2015, os números caíram para 81 assentamentos implantados e em 2016 apenas 28 projetos (Figura 02, Figura 03).

Dessa maneira, compreendemos que o que se apresenta pós-golpe é de um verdadeiro desmonte das políticas para os camponeses, cortes de programas, bem como a criminalização dos movimentos. Isso requer uma mobilização ainda maior, pois o golpe foi intencional, tanto é que os órgãos criados no governo Lula em atenção aos pequenos agricultores foram absorvidos e estão sob a “batuta” do agronegócio.

3.2 Campesinato e os Assentamentos Rurais

Antes de discorrer sobre o campesinato e sua reprodução de vida nos assentamentos rurais é necessário fazer uma breve diferenciação com o termo adotado e usado atualmente a partir da compreensão dos camponeses como agricultores familiares.

Assim sendo, entende-se que a Agricultura Familiar surge da necessidade de incorporar os camponeses à realidade da produção capitalista. Fernandes (2013) discorre a esse respeito quando ensina que o campesinato, nas suas formas de lutas, resiste ao capitalismo e que o termo agricultura familiar surge justamente como forma de apropriação camponesa pelo capital.

A apropriação camponesa inserida na ótica da agricultura familiar pode ser vista a partir do cunho político e social onde, considerando a ótica social houve a junção do campesinato com a agricultura familiar de forma que a diferença entre os termos se encontra no campo ideológico e político (SILVA, 2015). Nesse sentido, no campo ideológico, o camponês se apresenta pela luta e resistência de permanência e conquista da terra; no campo político, esse grupo social passa a ser compreendido a partir da visão do Estado, com ênfase nos atores que os hegemonomizam (SILVA, 2015).

Nesse contexto, surge a Lei nº 11.326 de Julho de 2006, fixando as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar para empreendimentos familiares rurais, com uma clara visão dos agricultores para o mercado. A Lei supracitada define a agricultura familiar da seguinte forma:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2017).

No entanto, cabe ressaltar que o Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964 definiu a propriedade familiar como:

[...] imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

Dessa forma, enquanto marco legal, podemos inferir que a absorção do campesinato pelo capitalismo se dá por meio do Estado, primordialmente a partir do golpe civil/militar de 1964, ressaltando que, nesse momento dois fenômenos se convergiam no campo brasileiro: a expulsão dos camponeses, compreendido com êxodo rural e o apogeu da revolução verde, ou seja, um caso de intencionalidade, pois o capital começa a se apropriar do campo como *terra de negócio*.

Contudo, essa pesquisa parte da ótica do campesinato e utilizará o termo agricultura camponesa, pois concordamos com Silva (2015, p. 27) quando discute seu uso e diz que o termo pode ser usado não “enveredando pelo viés ideológico, político, mas por essa visão mais social, por acreditar que a agricultura camponesa e as relações de transformação no espaço são despertadoras de esperança nos trabalhadores que a compõem”.

Assim sendo, partimos da premissa que as reflexões relacionadas ao campesinato fazem parte de um debate acadêmico acalorado no interior da Geografia e de outras Ciências Sociais. Na visão de Silva (2014), a abordagem desse conceito na academia perpassa por variadas proposições teóricas que confrontam entre si, ou seja, são vistas e discutidas de diferentes maneiras, consideradas as preposições ideológicas, políticas, sociais e culturais de cada pesquisador.

Nesse sentido, no interior do marxismo três correntes são predominantes: uma defende a desintegração do camponês em decorrência da industrialização do campo; outra defende a sua integração ao capitalismo via agricultura familiar e a terceira defende a recriação camponesa via resistência em face do pressuposto contraditório e desigual do capitalismo (SILVA, 2014).

Para efeito de discussão, neste trabalho partimos da compreensão da recriação camponesa, pois concordamos com Shanin (2008), Martins (1995), Almeida (2008), Fabrini (2008), Paulino (2008), Silva (2014), dentre outros, que os camponeses se reproduzem no campo fazendo resistindo a acumulação do capital por meio da resistência.

Shanin (2008) discorre que as comunidades camponesas possuem uma habilidade real de se ajustar a novas condições como também possuem grande flexibilidade para encontrar formas de se adaptar e ganhar a vida. Assim sendo, verifica-se nos assentamentos rurais, por exemplo, variadas formas de produção, como a pluriatividade, o trabalho solidário entre os camponeses, bem como a prestação de serviços fora da propriedade.

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008, p. 26).

Nessa premissa, Martins (1995) considera os camponeses como sujeitos históricos, que lutam para ter o acesso à terra e nela permanecer; que compreende a terra como *terra de trabalho*, em contraposição ao modo da lida com a terra pelo

agronegócio, que a trata como *terra de negócio*, como mercadoria. Corroborando com as afirmações de Martins (1995), Paulino (2008) discorre que a diferenciação do camponês em relação ao proletariado se dá por este ser “portador de produtos excedentes” derivados de alimentos oriundos do trabalho na terra com instrumentos próprios, ou seja, não há uma dependência do camponês para com o mercado.

Fabrini (2008) discorre que é possível identificar entre os camponeses, relações assentadas no território que “se erguem como resistência a produção de modo capitalista”. Explica que nos territórios de assentamentos observa-se a produção para o consumo familiar, o controle no processo de produção onde o camponês é o dono de seu tempo, de sua força de trabalho, além disso as relações sociais e os vínculos locais são mais profundos e baseadas na solidariedade. Desse modo, segundo o referido autor:

Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. Por isso, há que se atentar para estas práticas, pois poderão ser somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante, expropriatória e desumana (FABRINI, 2008, p. 240).

Almeida (2008) afirma que os camponeses são heterogêneos e que possuem caráter dúplice no processo social, pois são proprietários da terra e donos da força de trabalho. Dentro desta categoria incluem-se os assentados, os colonos do sul do país, o caipira do interior, seringueiros, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, meeiros, posseiros, ou seja, todos os sujeitos que vivem da terra e se apresentam em condição oposta ao agronegócio.

Assim sendo, entende-se que o campesinato está presente na sociedade mesmo fora do meio rural, vivem no campo, na cidade, acampados e resistem, pois muitos foram desapropriados de seu território e vivem o processo de luta pela terra por meio dos movimentos sociais, cujo objetivo maior é a implementação da Reforma Agrária, sendo a política de assentamentos rurais parte do resultado desse processo, mas não seu fim.

Nessa perspectiva, Silva (2014) entende o camponês como uma classe social que tem um modo de vida específico:

[...] que busca por meio de um conjunto de relações assentadas no território resistirem a dominação do modo de produção capitalista.

Nesta perspectiva, compreende-se que os camponeses constituem uma classe que se constrói na luta não só pelo acesso a terra, mas pela defesa de seus valores (sociais, econômicos e culturais), ideais, modo de vida e, principalmente, defesa e domínio de seu território. Território esse que se constitui como base de ação das forças camponesas organizadas (SILVA, 2014, p. 56-57).

Em face das constantes lutas travadas no campo por meio dos movimentos sociais e dos problemas urbanos ocasionados pelo êxodo rural, o Estado começa a promover políticas de assentamentos, como parte do processo de Reforma Agrária. Nessa ótica, a política de assentamentos é adotada pelo Governo como solução para os conflitos, vez que a tão sonhada Reforma Agrária é sempre adiada (SILVA, 2014, p. 22).

Portanto, pode-se afirmar que os surgimentos de assentamentos de Reforma Agrária no país são resultados da luta pela terra de trabalhadores, organizados ou não em movimentos sociais ou sindicais, sendo que a partir dessa conquista, “os assentamentos rurais, desdobram-se novas lutas para a permanência na terra e, conseqüentemente para a produção e reprodução da vida camponesa” (SILVA, 2014, p. 22).

Na concepção de Oliveira (2002, p. 14) “acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto”.

Viegas (2006, p. 41) discorre que o termo “assentamento” aparece pela primeira vez, no contexto da Reforma Agrária venezuelana. A autora discorre que:

Os assentamentos rurais são compreendidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, através de políticas governamentais, com o objetivo de reordenar o uso da terra em benefício dos trabalhadores rurais sem-terra, incluindo aqui, a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária.

Nesse contexto, os assentamentos consistem em um processo de reterritorialização, ou seja, a constituição de novos territórios por sujeitos que foram desterritorializados. São resultados de um processo contínuo de lutas e embates contra o poder do capital que transformou o campo em território de negócio tratando a terra como mera mercadoria.

Diante disso, Medeiros (2007) argumenta que o assentamento consiste em um processo de produção espacial através da apropriação e seu uso pelos assentados,

esses, estabelecem relações e o modificam por meio de mudanças no modo de produção e organização social, não é, portanto, apenas um processo ou programa estabelecido no espaço.

Assim sendo, os assentamentos consistem no território de vida, promotor da terra de vida e de trabalho que permite a reprodução social camponesa. Nos assentamentos as relações sociais de produção são produzidas e reproduzidas permitindo ao camponês a possibilidade de ser e existir como sujeito social e político (FABRINI, 2002).

O território dos assentamentos representa dessa forma, não somente o *lócus* de reprodução social camponesa, mas seu espaço de resistência. Nesses espaços os conflitos fazem parte do dia-a-dia do camponês, uma vez que diferentes concepções de mundo e luta são problematizadas; contudo, os interesses coletivos sempre se sobressaem aos individuais, pois a luta em suas múltiplas formas se traduz em uma só, a manutenção e permanência na terra conquistada.

No território da Reforma Agrária, os assentamentos rurais, o camponês, mesmo abandonado a própria sorte pelo Estado, encontra múltiplas formas de resistir às pressões capitalistas, principalmente pelos latifúndios que os rodeiam. É o que se verifica nos sete assentamentos da fronteira em Cáceres, pois nesses territórios o processo de luta pela manutenção e permanência na terra se materializa cotidianamente e são materializados pelo abandono por parte dos órgãos estatais, pela pressão para a venda de suas terras aos latifundiários, já que estão localizados em áreas onde o latifúndio agropecuário se manifesta concretamente pelos conflitos e violências vivenciados no dia a dia do campo mato-grossense.

Hoje, contudo, constata-se que é nas lutas cotidianas e continuas que se estrutura o novo território, “o território da esperança, dos assentamentos ou dos camponeses assentados, os quais buscam por meio da luta sua reprodução na própria terra, morada da vida” (SILVA, 2014, p. 75).

4. DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS EM MATO GROSSO: UM TERRITÓRIO EM CONSTANTE DISPUTA

4.1 Aspectos Geográficos e Censitários de Mato Grosso

Localizado na região Centro-Oeste do Brasil (figura 04), no centro da América do Sul, o estado de Mato Grosso ocupa aproximadamente 10% do território nacional, é o terceiro em tamanho territorial com uma área de 903.357,91 Km, ficando atrás apenas dos estados do Pará e Amazonas. O Estado é composto por 141 municípios agrupados em 22 microrregiões geográficas e cinco mesorregiões geográficas (IBGE, 2017).

Com uma densidade demográfica baixa, de 3,36%, a população de Mato Grosso em 2010 era de 3.035.122 habitantes, destes, 552.321 (18,2%) estavam na zona rural e 2.482.801 (82,8%) residiam na zona urbana, o rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente em 2016 era de 1.139 reais (IBGE, 2017).

A extensão territorial de Mato Grosso possibilita que o mesmo disponha de uma variedade de fauna e de flora, riquezas minerais e fertilidade do solo, sendo drenado por rios da bacia amazônica, platina e Araguaia-Tocantins. Todas essas riquezas naturais aliadas ao perfil topográfico e aos três ecossistemas predominantes, pantanal (6,8% do território), cerrado (39,6% do território) e floresta amazônica (53, 6% do território) torna o Estado propício para a prática da agricultura e da pecuária, sendo estas as principais bases de sua economia.

Nessa perspectiva, constata-se que a economia do Estado depende basicamente do uso da terra, pois está ancorada na agricultura destinada à exportação, com produção em larga escala da cultura temporária, sendo o maior produtor nacional de soja, algodão, girassol milho e com grande participação em outros produtos (tabela 02).

Tabela 02: Produção da Lavoura Temporária em Mato Grosso - 2015.

Produto	Produção (ton.)	Participação MT em Brasil %
Algodão Herbáceo (em caroço)	2.373.581	58,36
Arroz em (casca)	607.759	4,94
Cana-de-açúcar	20.077.293	2,68
Feijão (em grão)	318.881	10,32
Girassol (em grão)	115.936	74,79
Milho (em grão)	21.353.295	25,04
Soja (em grão)	27.850.954	28,58

Sorgo (em grão)	330.900	15,49
Outros	399.844	0,88

Fonte: SEPLAN (2016)

Com relação à soja, o Estado produz 28, 58% de toda a produção nacional por meio de um sistema altamente mecanizado, sendo que a expansão da fronteira agrícola estadual está ancorada nessa produção, destinada ao mercado consumidor externo, estando na ponta da cadeia do agronegócio juntamente com o algodão herbáceo (58,36% da produção nacional), o girassol (74,79% da produção nacional) e o milho (25,04% da produção nacional), outros destaques ficam por conta do sorgo, 15% da produção nacional, do feijão, 10,32% da produção nacional, da cana-de-açúcar, 2,68% da produção nacional e do arroz ,4,94% da produção nacional, as duas últimas com participação pequena nacionalmente.

Em relação à pecuária, verifica-se que Mato Grosso se destaca principalmente pelo rebanho bovino, que com 29.364.042 cabeças representa 13,7% do rebanho nacional, sendo o maior do Brasil, o rebanho suíno e de galináceos representam respectivamente 7,06% e 3,79% da produção nacional (Tabela 03).

Tabela 03: Rebanho bovino, suínos e galináceos de Mato Grosso em 2015

Rebanho	Quantidade	Participação MT em Brasil %
Bovino	29.364.042	13,65
Suínos	2.849.158	7,06
Galinácio	50.488.548	3,79

Fonte: SEPLAN (2016)

A criação de gado no Estado é histórica e remonta ao primeiro século de sua fundação, se consolidando nas áreas pantaneiras, principalmente na região de Cáceres e Vale do Guaporé, áreas beneficiadas por extensas pastagens naturais e secundárias; sendo que a maior parte da criação se dá de forma extensiva, com crescimento considerável de forma intensiva nas últimas décadas, em decorrência do fortalecimento do agronegócio que tem primado pela produção em larga escala em áreas menores.

De acordo com dados obtidos pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2006) com relação a produção da cultura permanente, o relatório do SEPLAN (2006) analisa que Mato

Grosso não tem muita produção. Tal afirmação se explica pelo fato de a cultura temporária, bem como a pecuária, serem destinadas à exportação e ocupar grande quantidade de terras, por outro lado a cultura permanente é produzida nas propriedades familiares em áreas muito menores que as do agronegócio.

Os dados do SEPLAN sobre as produções temporárias cultivadas pelos agricultores camponeses confirmam que estes primam pela variedade de produtos e são destinadas, em grande parte, ao mercado consumidor interno. Em Mato Grosso destacam-se as produções de banana, café, cacau, castanha de caju, coco-da-baía, guaraná, laranja e pimenta do reino, uva e outros, consumidos no mercado interno e feiras livres. O destaque da lavoura temporária fica por conta da borracha, cujo látex é destinado a industrialização no mercado nacional e internacional. (Tabela 04).

Tabela 04: Produção da lavoura permanente em Mato Grosso 2015

Produto	Produção (ton.)	Participação MT em Brasil %
Banana (cachos)	70.046	1,02
Borracha (látex)	23.620	7,4
Cacau (em amêndoa)	527	0,19
Café (em grão)	7.175	0,27
Castanha de caju	256	0,25
Coco-da-baía	13.246	0,68
Guaraná (semente)	188	5,23
Laranja	5.840	0,03
Pimenta do reino	14	0,03
Uva	981	0,07
Outros	18.530	0,18

Fonte: SEPLAN (2016)

Portanto, no contexto nacional, Mato Grosso representa um dos maiores indutores do agronegócio, cuja produção exige elevada concentração de terras e o uso do solo se torna mais intenso. Tanto a produção agrícola, com destaque para a produção de grãos, quanto a pecuária atuam numa cadeia produtiva direcionados ao capital internacional, tido como principal gerador de divisas econômicas do Estado, que corrobora para a propaganda deste setor como “celeiro do Brasil”.

Esse cenário nos permite dizer que, a produção permanente no Estado é relegada a segundo plano, com poucos investimentos nesse modo produtivo. Entretanto, ressalta-se a importância da agricultura familiar camponesa nesse meio de produção e mesmo em alguns produtos da lavoura temporária, excetuando-se as commodities, pois além da diversidade de produtos que produz, o uso de venenos é mínimo, contribuindo para um consumo de alimentos saudáveis, além de não agredir o meio ambiente.

4.2 Processo histórico de ocupação Mato Grosso

O território de Mato Grosso faz fronteira com os seguintes estados brasileiros: ao norte com Pará e Amazonas, ao sul com Mato Grosso do Sul, a leste com Goiás e Tocantins, a oeste com Rondônia. Além disso, partilha da fronteira internacional com a Bolívia, fato que tem ganhado importância nos últimos anos em face de projetos de integração do Brasil com os demais países sul-americanos bem como pela saída para o pacífico como uma via de escoamento da produção.

No entanto, a configuração atual do território mato-grossense está inserida dentro um contexto histórico específico que se identifica, a formação do Brasil, abrangendo diferentes momentos. Nesse sentido, a ocupação do espaço brasileiro enquanto formação de nação se efetivou com o início das Capitânicas Hereditárias, na qual tinha o objetivo de assegurar a Portugal, além da expansão territorial, a soberania sobre este, evitando desta maneira a invasão estrangeira (PIAIA, 2003).

No século XVIII constituiu-se as bandeiras, ou seja, homens que partindo da Capitania de São Vicente (São Paulo) adentravam ao interior do Brasil “a caça de índios” objetivando a sua utilização como mão-de-obra escrava, atividade que não prosperou. Nessa perspectiva, foi através dessa atividade econômica que os bandeirantes paulistas exploraram o território mato-grossense, fato consumado com a descoberta do ouro nas margens dos rios e córregos onde hoje é Cuiabá (SIQUEIRA et. al, 1990).

Ainda sobre as bandeiras, Siqueira (1990) diz que se caracterizavam como expedições de caráter mercantil que rompeu a linha demarcatória do tratado de Tordesilhas, “palmilhando” as terras de Mato Grosso. Nesse contexto, as terras que constituiriam o Estado só ganharam importância por parte da Coroa a partir da descoberta do ouro, fator preponderante para a ocupação desse espaço. Nesse sentido, o

povoamento efetivo começa a partir dos rios e córregos onde as veias auríferas eram encontradas formando a partir daí os primeiros arraiais que aceleraram seu crescimento na medida em que a notícia do achado se espalhava Brasil adentro.

Os primeiros núcleos urbanos em Mato Grosso se formaram às margens dos rios, impulsionados pela atividade mineradora bem como pela facilidade dos meios de transporte e comunicação que naquele período se davam por essas vias. Além disso, conforme aponta Silva (2015, p.18) “os recursos hídricos são de extrema importância para a sobrevivência humana”, dessa maneira, a ocupação das margens, além do fator econômico denotava maior facilidade de uso desse recurso em face do modo de vida rudimentar do período.

Com relação à formação territorial, Soares (2014) discute que a apropriação do território mato-grossense sequencia-se por características que se deram em função de vários ciclos econômicos. Atuaram dessa maneira, orientando e mediando, dada a sua natureza, as formas de produção e reprodução do território do Estado. Nesse sentido, no conjunto desses ciclos se destacam a exploração aurífera e a produção açucareira como motores formadores do espaço de Mato Grosso.

Conforme aponta Siqueira (2002), a ocupação do território mato-grossense deu-se a partir de Cuiabá, pois ali se formaram os primeiros núcleos populacionais. Nesse sentido, a descoberta do ouro propiciou uma onda migratória para essas terras, fazendo de Cuiabá uma das cidades mais populosa do Brasil colonial no período de 1722 a 1726.

Destarte, o fenômeno aurífero teve um período rápido de existência e não foi suficiente para estabelecer uma sociedade estável, de outro modo, durante esse período, o que se via era um cenário desolador, marcado pela fome, pobreza e miséria, conforme aponta Siqueira et. al. (1990).

Vale ressaltar que por meio do tratado de Tordesilhas, o território de Mato Grosso até então pertencia à Espanha, contudo, o avanço português a oeste mudou as configurações vigentes uma vez que, conforme iam avançando o território ia sendo apropriado, dando garantia de posse a Portugal, consumado pelo Tratado de Madri. Nesse sentido efetiva-se a ocupação desse espaço de forma desordenada (SIQUEIRA et al, 1990)

Ainda no início da apropriação de Mato Grosso, com o objetivo de fixar a população no território então conquistado, e pela preocupação com os dividendos auríferos, o

Governador de São Paulo Rodrigo César de Menezes se transferiu para Cuiabá. Uma de suas ações foi de “regularizar as terras mato-grossenses através da carta de sesmarias, concedendo terras por meio de solicitação, sendo por meio desse instituto que as terras ganharam seus primeiros proprietários” (SIQUEIRA, 2002, p. 39).

O fenômeno aurífero compreende, portanto, a primeira fase de ocupação do território mato-grossense, porém, com sinais de seu esgotamento, os núcleos populacionais a ela ligados começam a dar sinais de esvaziamento, dessa maneira, os mineradores, donos da força produtiva na época, viriam a se transformar em agricultores, por meio do acesso à terra com concessão de sesmaria pela Coroa, proporcionado dentre outros, pela riqueza obtida pela exploração do ouro.

O regime sesmarial consolida a ocupação das terras pelos portugueses e colaborou, de certa forma, à formação das bases do modelo agrícola por meio da monocultura. Tal modelo começa com a instalação de engenhos para a produção do açúcar, nesse sentido. Dessa maneira, a monocultura açucareira contribuiu para tornar viável a colonização (SIQUEIRA, et. al. 1990).

Em Mato Grosso, a grande propriedade ganha destaque com os engenhos de açúcar e a pecuária, contudo, é na produção açucareira que o uso da terra se intensifica e passa até mesmo a demarcar territórios em face das relações sociais desenvolvidas nesses espaços. Siqueira et. al. (1990) analisam que no que tange à produção açucareira, em Mato Grosso, dois marcos importantes se destacam: o dos engenhos, que servia para subsidiar a produção do ouro, uma vez que as engenhocas eram implantadas ao lado da atividade mineradora e produziam além do açúcar, a aguardente, fabricados de forma rudimentar, cuja força motriz era hidráulica ou a tração animal, produzidas apenas para consumo local.

Paralelamente a atividade nos engenhos de cana-de-açúcar ocorre a exploração da atividade pecuária e a economia de subsistência (SILVA, 2014). Contudo, vale destacar que tais atividades eram realizadas na mesma propriedade e se utilizava da mão de obra temporária em épocas de colheita, além do trabalho escravo que envolvia tanto negros quanto índios.

Outro marco importante é o das Usinas, cujo momento se dá a partir do século XIX, como reflexo da Revolução Industrial. A produção do açúcar a partir das usinas visava atender além da população do Estado o comércio internacional; mas, apesar da

modernização em face do uso de máquinas, as relações sociais e de trabalho permaneceram arcaicas, pois o trabalho era escravista e o proprietário fazia vezes de coronel (SIQUEIRA, et. al.1990).

Na segunda metade do século XIX Mato Grosso passa por uma segunda fase de ocupação onde as cidades portuárias mais antigas, especificamente Cuiabá, Cáceres e Corumbá passam por uma intensa atividade econômica-comercial. A primeira destacando-se com suas casas comerciais, bancos, além das usinas e fazendas de pecuária que a circuncidavam começa a experimentar o avanço da urbanização em face de ali se concentrarem os maiores investimentos. Já Cáceres ganha destaque com a extração e exportação da “*poaia*”² obtida nos campos pantaneiros e da seringa (látex) extraída da bacia amazônica (FERREIRA, 2014).

Conforme aponta Silva (2014) e Moreno (2005) nesse período um fator importante para a escoação da produção da capitania foi a abertura da navegação ao longo do rio Paraguai, em um tratado assinado em 1856 entre Brasil e Paraguai. Mais adiante, Mato Grosso vai conhecer um novo período de estagnação de sua economia, além de experimentar o aparecimento de epidemias causadas pela Guerra do Paraguai (1865-1870), como foi o caso da Varíola.

O fim do regime monárquico e a consequente proclamação da república representou a ascensão do coronelismo em nosso Estado, marcado pelo clientelismo. Siqueira et. al. (1990) discorrem sobre duas oligarquias dominadas por coronéis, a oligarquia do Norte, compostas pelos usineiros de açúcar e a oligarquia do Sul, cujo poder era exercido pelos grandes pecuaristas, comerciantes e os coronéis da erva-mate. Vale ressaltar que esse período foi de grandes turbulências, especialmente no campo político em face da disputa pelo poder; o massacre da baía do Garcez, o assassinato do governador Totó Paes e o conflito entre Morbeck e Carvalinho foram marcos desse momento em Mato Grosso (SIQUEIRA et. a, 1990).

Os coronéis possuíam grandes extensões de terras, portanto, latifundiários que nela exerciam seu poder alheio ao Estado. Nesse sentido, no que diz respeito a questão da terra, Fanaia (2010) diz que a terra era tida como um bem de troca, estando seu

² Conhecida cientificamente como *Cephaeles ipecacuanha*, ipeca ou poaia é uma raiz de um pequeno arbusto, rica em emetina, substância que compõem os ingredientes de diversos medicamentos fabricados para a cura da coqueluche, bronquites e até mesmo disenterias (SIQUEIRA, 2002).

controle nas mãos das elites políticas, “disponibilizando-as de modo a fortalecer determinados grupos oligárquicos”, ou seja, a terra como mera mercadoria, se beneficiando dela aqueles que estivessem em sintonia com a elite governante do Estado.

De acordo com Higa (2005), ao final do século XIX e início do século XX se desenvolve em Mato Grosso outro ciclo econômico, com base na exploração vegetal, destacando-se a erva-mate, a poia e borracha. Vale ressaltar que, esse ciclo promoveu uma nova fase de ocupação, dinamizando os núcleos urbanos já existentes e fazendo surgir outros. Nesse sentido, a erva-mate influenciou o sul do Estado, valorizando aquele espaço. Já a exploração da poia teve sua ocorrência no Vale do Guaporé e Alto Pantanal destacando-se o município de Cáceres. A produção da borracha por sua vez não fez surgir núcleos urbanos, porém dinamizou alguns centros, dentre eles Cáceres, Diamantino e Corumbá (SIQUEIRA, 2002).

Nesse contexto, Mato Grosso já apresentava altas taxas de concentração fundiária. Merece destaque a Cia Mate Laranjeira que atuava ao sul do Estado na exploração de Erva Mate. Essa empresa representou o poder do capital que influenciava nas decisões e negócios do Estado, uma vez que seus sócios eram representantes da cúpula política e oligárquica estadual. Por meio de arrendamentos de terras e ao suor dos trabalhadores paraguaios e indígenas, ela explorou os ervais cujo abastecimento envolvia a bacia platina, chegou dessa maneira a deter 1 milhão de hectares de terra, e constituiu um estado dentro de outro, dado ao poder alcançado no período (ASEVEDO, 2015; SIQUEIRA, 2005).

O coronelismo ainda hoje é uma marca forte das relações políticas e sociais em Mato Grosso. No entanto, diante da conjuntura do Governo Vargas, a partir da década de 1930, esse fenômeno se enfraqueceu em decorrência da política de nomeação de interventores para governar o Estado. Apesar disso, conflitos em decorrência de movimentos contrários a nova política foram registrados no campo, como o que ocorreu em Poconé no episódio conhecido como “Tanque novo”³.

Segundo Siqueira (2005) esse movimento teve como ponto de discórdia Laurinda Lacerda Cintra (Doninha), que aos moldes de movimentos messiânicos começou a reunir

³ Localidade onde residia a curandeira Laurinda Lacerda Cintra, conhecida como “doninha”. Segundo Siqueira (2002) nesse local houve o embate entre os prós e os contra Vargas, sendo estes últimos liderados por Doninha. Esse arraial foi atacado e sua população se armou em defesa do território.

naquela localidade rural grande número de pessoas que ao buscar curas e milagres ali acabaram se fixando por meio da compra de sítios, construindo casas e plantando roças. A perseguição aos moradores se deu por questões políticas locais em decorrência dos acontecimentos no Estado e a recente subida de Vargas ao poder.

Nessa perspectiva, a subida de Getúlio Vargas ao poder ensejou uma nova fase de ocupação do território mato-grossense por meio da Marcha para o Oeste. Essa política consistiu na interiorização da economia, por meio da ocupação das fronteiras e dos “vazios” demográficos, como também para incorporar as regiões Centro-oeste e Norte ao capital nacional, por meio do estímulo de migração, que visava fixar a população nessas áreas, por meio da concessão provisória de terras, recebendo seu título definitivo após três anos, comprovada o seu bem aproveitamento. Além disso, como parte desse programa surgiram as colônias agrícolas federais como a de Dourados (CAND) e a atuação de empresas privadas como a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECA). (SIQUEIRA, et. al. 1990; ASEVEDO, 2015).

Dessa maneira, dá se um grande passo para a inserção de Mato Grosso na cadeia produtiva capitalista sob a ótica da “revolução verde”⁴, impulsionando diretamente a questão agrária, ancorado em políticas e programas que nacionalmente visavam a redefinição de novos espaços econômicos. Nesse sentido, Moreno (2005) diz que tal redefinição foi guiado pela “política de integração nacional”, que priorizou a ocupação das “áreas periféricas” com baixa densidade demográfica, mais precisamente a Amazônia e o Centro-Oeste.

Um aspecto importante para viabilizar tais objetivos foi a criação da Lei 5.173 de 27 de outubro de 1966 que criou a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que integrou Mato Grosso na Amazônia Legal. Segundo Brasil (2017) o principal objetivo dessa entidade autárquica era de “planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia”, fato que se deu por meio de diversas ações estratégicas, complementadas pela política que dava acesso às terras públicas/devolutas executadas pelo INCRA a partir de duas políticas: a de regularização fundiária, entendida

⁴ A expressão revolução verde se refere à disseminação de novas práticas agrícolas, a partir de sementes híbridas, venenos, e mecanização visando a produção em massa de alimentos, com baixo custo de produção. Surge nos Estados Unidos, posteriormente Europa e se dissemina nos países subdesenvolvidos, como o Brasil (INCRA, 2017).

como “Reforma Agrária” e a da colonização pública e privada, cujo principal estratégia era facilitar o acesso à terras devolutas para exploração em bases empresariais (MORENO, 2005).

Nesse sentido, Mato Grosso, que historicamente se desenvolveu a partir dos grandes latifúndios, integra-se nacionalmente nessa mesma base apoiada por diferentes programas a fim de ocupar os “espaços vazios”. Vale ressaltar que, diferentes impactos foram sentidos por essas ações, sendo que a mais notável delas, a expropriação dos povos indígenas que tinham nesses territórios seu espaço de vida e sobrevivência desencadeados pelas políticas de ocupação que tiveram início com a “marcha para o oeste”⁵.

Diante disso, os programas de ocupação que redefiniram o acesso e uso da terra e impactaram tanto no que se refere a economia do Estado como também em questões socioambientais estão elencados no (quadro 03).

Quadro 03: Programas de Incentivo a Ocupação do Centro Oeste

Programa de Integração Nacional (PIN)
Criado pelo Decreto-Lei nº 1.106 de 16 de junho de 1960, visava integrar a Amazônia as regiões desenvolvidas do país. A primeira etapa desse programa foi a construção da transamazônica (Rodovia Cuiabá-Santarém) bem como a colonização e “reforma agrária” na faixa de até 10 km em ambos os lados da rodovia.
Programa de Redistribuição de Terras (Proterra)
Criado pelo Decreto-Lei nº 1.179 de 6 de julho de 1971, como complemento ao PIN, seu objetivo foi de promover o mais fácil o acesso do homem a terra, criar melhores condições de emprego de mão de obra e fomentar a agroindústria nas regiões de área de atuação da SUDENE e SUDAM. O acesso á terra se daria por meio de aquisição de terras ou sua desapropriação para venda a pequenos e médios produtores rurais da região.
Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste)
Criado pelo Decreto Lei nº 1.192 de 8 de novembro de 1971, teve como objetivo incrementar o desenvolvimento econômico do sul dos Estados de Mato Grosso, Goiás e do Distrito Federal, por meio da construção de uma rede rodoviária, estradas vicinais, silos, usinas de beneficiamento, frigoríficos, rede de saneamento, retificação de cursos de águas e recuperação de terras.

Fonte: BRASIL (1960; 1971 e 1971b).

Organizado por: Martins (2017)

⁵ Programa feito por Getúlio Vargas a partir da década de 1930, com o intuito de ocupar os chamados “espaços vazios”, da Região Centro-Oeste e Amazônia (SIQUEIRA, 2002).

Esses programas contribuíram para o incremento populacional na região Centro-Oeste e impactaram na criação de assentamentos através da distribuição de terras, vendidas a baixo custo. No entanto, foi precursora dos grandes latifúndios que hoje operam em Mato Grosso, visto que muitos agricultores que adquiriam a terra por meio desses programas nela não se fixavam, vendendo-as.

Segundo Moreno (2005) foram ainda criados programas setoriais sob responsabilidade de instituições públicas nas três esferas de governo. Assim, a Sudam e Sudeco implementaram os seguintes programas: Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Poloamazônia) com o objetivo de ocupar e explorar a Amazônia Legal; Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), com o objetivo de ocupar e explorar as vastas áreas desse bioma por meio da agricultura mecanizada.

A divisão do estado de Mato Grosso criando, Mato Grosso do Sul no final da década de setenta vai ser um marco importante para o Estado, pois o mesmo passa a atuar por meio de políticas públicas de colonização afim de ocupar extensas áreas da região norte, especialmente a Amazônia Legal, vendidas a preços baixos por colonizadoras particulares a colonos vindos principalmente do sul do País (MORENO, 2005). A partir daí Mato Grosso vai ser o polo catalizador do agronegócio ampliando a fronteira agrícola do cerrado a Amazônia e destes ao pantanal, como se tem verificado com a introdução do cultivo da soja na região sudoeste de Mato Grosso, em específico, em Cáceres.

4.3 Dinâmicas Socioterritoriais em Mato Grosso: agronegócio e agricultura familiar camponesa

Para falar da dinâmica socioterritorial em Mato Grosso, antes de tudo é preciso fazer considerações sobre a estrutura fundiária do Estado, ou seja, a forma como a terra está distribuída. Andrade (1980) considera que a estrutura fundiária corresponde à organização da apropriação da terra distribuída a seus habitantes e suas condições de exploração. Contribuindo com essa discussão, Silva (2014) considera que essas condições estão atreladas às condições históricas, políticas e de nível tecnológico de determinada sociedade.

Ao analisarmos as condições históricas, a questão da terra em Mato Grosso sempre foi domínio do latifúndio, pelas oligarquias rurais apoiadas principalmente no coronelismo, no início do período republicano. Sendo assim, os senhores da terra também eram os senhores da política, pois a análise desse contexto permite-nos dizer que a estrutura fundiária mato-grossense nada mais é que uma construção política-ideológica de grupos historicamente dominantes, ou seja, os pecuaristas, usineiros e ervamateiros, pois eram esses os representantes da política e senhores do poder no Estado.

Isso porque, em Mato Grosso há dois campos de forças que polarizam a questão agrária: primeiro, o agronegócio, hegemônico dita as regras das políticas públicas agrárias, os meios de acesso a terra, as políticas de financiamentos e até mesmo ao modelo de produção. A terra para esse grupo é vista a partir da ótica capitalista, ou seja, seu uso visa o lucro, o enriquecimento. Segundo, os agricultores camponeses familiares, resistentes, vêm impondo novas territorialidades por meio da luta pela terra, assim sendo, terras improdutivas do agronegócio vêm se transformando em terra de vida e de trabalho configurados a partir dos assentamentos, frutos da mobilização dos camponeses organizados em movimentos sociais.

Todavia, a estrutura fundiária de Mato Grosso mostra que a terra é altamente concentrada, corroborando para a afirmação de que o agronegócio é a força dominante, pois é a dona dessas terras. A análise do Censo Agropecuário relativa à estrutura fundiária (tabela 05) demonstra que a grande propriedade (acima de 1000 ha) ocupa 77,51% da área total de Mato Grosso. De fato, os números não trazem surpresas relativas a essa questão visto que a grande propriedade é uma construção histórica no Estado. Por sua vez, os dados do censo revelam um percentual de 8,76% da área da pequena propriedade, dos camponeses.

Tabela 05: Estrutura Fundiária de Mato Grosso

Classes de área (ha)	Nº. de Estabelecimentos	%	Área	%
Menos de 10	14.987	13,27	58.603	0,12
10 a menos de 50	37.874	33,52	1.037.878	2,17
50 a menos de 100	23.900	21,15	1.544.379	3,23
100 a menos de 200	12.099	10,71	1.549.185	3,24
200 a menos de 1000	14.478	12,81	6.560.794	13,73
De 1000 acima	8.624	7,63	37.054.676	77,51
Sem área	1.016	0,90	-----	
Total	112.978	100	47.805.514	100

Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (IBGE)

Em sua análise Silva (2014) argumenta que os números apresentados pela classe de propriedade pequena é consequência do maior número de projetos de assentamentos implantados no Estado. Nesse sentido, dados do INCRA (2017) apontam para um total de 550 assentamentos implantados, perfazendo uma área total de 6.050.757,90 hectares com 82.747 famílias beneficiadas.

Essa dinâmica socioterritorial vivenciada em Mato Grosso permite aferir que a lógica da produção do agronegócio é a produção em larga escala com vistas a atender o mercado internacional, ao passo que os agricultores camponeses produzem para o consumo familiar, sendo comercializado apenas o excedente. Em suma, os agricultores familiares se ancoram no tripé terra, família e trabalho (WOORTMAN, 1990).

Essa afirmativa se comprova pelo fato do Estado ser o maior produtor de soja, algodão e milho do País, ambos os produtos são o carro chefe da cadeia produtiva do agronegócio, que engloba ainda a cana-de-açúcar e a pecuária, sendo o Mato Grosso um dos maiores criadores de gado Brasil. Essas condições impõem ao estado o título de “celeiro do Brasil” sendo reconhecido como estado produtor de alimentos, o que cria uma certa contradição, visto que a maior parte da produção de soja e do milho, destinada à exportação para a produção de ração, ou seja, visa atender a demanda da pecuária intensiva.

Com efeito, se analisarmos que Mato Grosso é o estado que possui o maior número de assentamentos do Brasil, pode-se afirmar ser ele o maior produtor de alimentos, visto que a agricultura familiar camponesa de fato coloca alimento na mesa da população, por meio da produção variadas da cultura temporária e permanente. Essa diversificação da produção se apoia na ótica camponesa de lida com a terra que diferentemente do agronegócio privilegia aspectos tradicionais como a produção agroecológica, orgânica e uso de “sementes crioulas”⁶.

Nessa perspectiva, ao fazermos uma comparação em termos de produção nacional verifica-se que é a Agricultura Familiar Camponesa a responsável pela segurança alimentar do País, além de ser o setor que mais gera empregos e divisas no campo, pois as análises dos dados do Censo Agropecuário de 2006 comprovam que 74,4% de

⁶ Sementes crioulas são variedades de bancos de sementes passadas de geração em geração, preservados por camponeses com características bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades (**FONTE:** INCRA, 2017).

peessoas ocupadas no campo são da agricultura camponesa. Além disso, ela é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo (INCRA, 2017).

Um dado importante é que a pequena propriedade é a que mais emprega no campo em Mato Grosso, responde por 62,71% do pessoal ocupado (Tabela 06). Verifica-se que essa ocupação é de base familiar, ou seja, a terra garante autonomia para as famílias e alivia a pressão social da cidade que já sofre com o desemprego e subemprego, corroborando para a importância desses assentamentos enquanto propulsora de melhores condições de vida.

Tabela 06: Pessoal Ocupado nos Estabelecimentos Agropecuários em Mato Grosso-2006

Classes de área (ha)	Pessoal ocupado	%
- 10 há	37.805	10,55
- 50 há	95.583	26,68
- 100 há	60.919	17,00
- 200 há	30.381	8,48
- 1000 há	47.758	13,33
+ 1000 há	83.271	23,24
Sem área	2.604	0,73
Total	358.321	

Fonte: IBGE (2006) - Censo Agropecuário.

No entanto, o que se observa é que mesmo com a implantação de um número razoável de assentamentos, há muitas terras nas mãos do agronegócio que estão improdutivas; outro fato que merece atenção é que a lógica do agronegócio segue o modelo da especulação da terra com base no latifúndio produtivo. Essa afirmação é corroborada por Silva (2014) quando diz que a produção é feita com base na disponibilidade de terras e aumento da produtividade por hectare.

Todavia, há que considerar que os agricultores camponeses têm promovido uma revolução no campo por meio dos assentamentos e criado estratégias de resistências que envolvem, entre outras coisas, a diversificação da produção. Assim sendo, os números do Censo Agropecuário de 2006 nos fornecem alguns números interessantes com relação a alguns produtos da agricultura familiar camponesa em Mato Grosso (Tabela 07).

Com relação à produção do arroz em Mato Grosso, esse produto segue a lógica da produção do agronegócio, plantado em grandes áreas por meio tecnificado, sendo assim a grande propriedade é responsável por 69,15% de sua produção, enquanto a pequena produz apenas 15,13%. Por outro lado, o milho, um importante produto da cadeia do agronegócio representa apenas 7,15% da área colhida (SILVA, 2014).

Vale ressaltar que ambos os produtos possuem alta rentabilidade diante da demanda de consumo, o que justifica plantio em grande escala, o arroz pela grande quantidade consumida e o milho por ser um dos principais produtos na base de produção de ração. Contudo, enquanto pauta da soberania alimentar por parte dos camponeses verifica-se a produção desses produtos para o consumo interno seja para a própria alimentação como para a alimentação de animais (porcos, aves e outros).

Quando verificamos a produção de hortaliças e leguminosas (tabela 07), esses são produzidos majoritariamente pela pequena propriedade, prova disso é a mandioca e a abóbora, já que a pequena propriedade responde por 55,71% e 68,08% respectivamente da produção.

Tabela 07: Área colhida do Arroz, Milho, Mandioca e Abóbora em MT

Classes de área (ha)	Arroz	Milho	Mandioca	Abóbora
- 10 ha	3.816	9.027	2.896	140
- 50 ha	5.598	32.508	4.543	461
- 100 ha	7.405	17.127	2.477	275
- 200 ha	4.807	21.675	1.385	101
- 1000 ha	23.836	195.565	1.632	313
+ 1000 ha	98.824	847.761	239	129
Sem área	51	132	182	-
Total	142.921	1.123.795	13.354	1.435

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário de 2006.

Outros números que merecem destaque é a produção da pecuária e seus derivados (Tabela 8), isso porque, essa atividade consiste numa das mais antigas de Mato Grosso, sendo muito praticada em latifúndios desde os primórdios da ocupação do Estado. Todavia, verifica-se que a pequena propriedade responde, no Estado, por 19,70% da criação bovina e de 79,84% da produção do leite, revelando uma considerável importância desse setor. Por esses dados verifica-se que diferentemente da grande propriedade que produz para o abate, a pequena produz com foco em sua soberania alimentar, bem como para a capitalização de recursos monetários necessários a sua subsistência, no exemplo do leite, a sua venda para a indústria e a fabricação caseira de doces, queijos, iogurtes, etc.

Ainda na atividade pecuária, a pequena propriedade se destaca na criação de animais de pequeno porte (Tabela 08). É responsável, por exemplo, por 49,18% da criação de suínos, 82,21% da criação de aves e 61,76% da produção de aves. Vale destacar que tais atividades são bastantes características da pequena propriedade, sendo importante fonte de alimentação e de captação de recursos através do excedente pelos camponeses, visto que são comercializados tanto na propriedade quanto em feiras locais e regionais.

Tabela 08: Produção da pecuária e derivados em MT-2006

Classes de área (ha)	Bovino Cabeças	Leite Mil litros	%	Suínos cabeças	Aves cabeças	Ovos Mil dúzias	%
- 10 ha	97.437	18.903	3,65	73.817	36.644.711	3.107	16,41
- 50 ha	1.221.043	185.828	35,92	379.759	10.502.614	6.034	31,88
- 100 ha	1.286.687	115.588	22,34	120.379	4.952.404	1.621	8,56
- 200 ha	1.297.734	77.167	14,92	61.549	2.242.826	1.171	6,19
- 1000 ha	4.199.943	90.401	17,48	168.601	9.578.073	1.600	8,45
+ 1000 ha	11.700.392	28.955	5,60	481.408	1.745.406	5.346	28,24
Sem área	4.323	462	-----	6.709	336.223	49	0,26
Total	19.807.559	517.304	-----	1.292.222	66.102.305	18.928	100

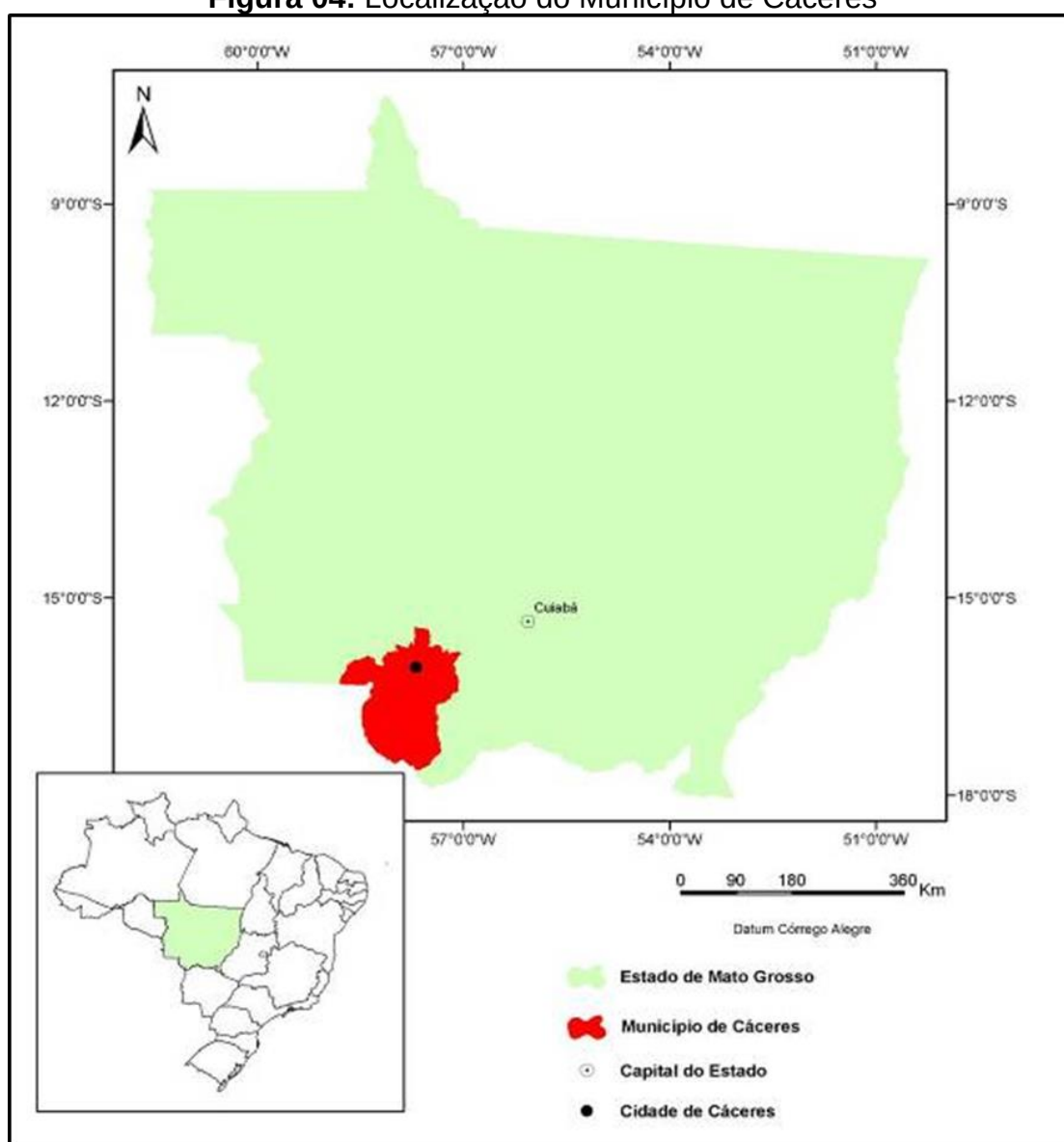
Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 2006.

4.4 Cáceres-MT no contexto de Mato Grosso

4.4.1 Aspectos Geográficos e Históricos

O município de Cáceres está situado no estado de Mato Grosso (figura 05), fazendo parte da mesorregião Centro-Sul mato-grossense e microrregião do Alto Pantanal, sua área territorial compreende 24.398, 40 km². A sede do município se distancia cerca de 215 Km da capital Cuiabá, a cidade está localizada sob as coordenadas 16° 04' 14" de latitude Sul, e 57° 40' 44" longitude Oeste. (figura 04).

Figura 04: Localização do Município de Cáceres



Fonte: SEPERGEO (Atlas Municipal de Cáceres)

A população estimada de Cáceres em 2017 é de 91.271 habitantes, mostrando uma evolução estável em relação ao censo de 2010, sendo que a maioria absoluta reside na área urbana (87,07%), e a população rural representa 12,93% da população, representados por agricultores familiares que habitam nos territórios dos assentamentos, sitiantes e chacareiros, trabalhadores de fazendas e fazendeiros.

A densidade demográfica do município é baixa (3,61%). Apesar de possuir um Índice de Desenvolvimento Humano considerado alto (0,785), o Índice de Gini, que mede o grau de concentração de renda que aponta a diferença dos mais ricos e dos mais pobres, sendo 0,46% o que demonstra certa estabilidade em relação a desigualdade. Ainda com relação a população, o índice de pessoas ocupadas no município segundo o IBGE é de 16,1%, o que demonstra que há um grande número da população ativa desocupada ou no subemprego (Tabela 09).

TABELA 09: Dados da População de Cáceres

População Estimada (2017)	91.271
População Censo (2010)	87.942
População urbana %	87,07%
População rural %	12,93%
Densidade demográfica (2010)	3,61 km ²
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	0,785
Índice de Gini	0,46%
Pessoal ocupado	16,1%

Fonte: IBGE (2017)

Sobre os aspectos físicos do município Neves *et al* (2010) destacam que o clima predominante de acordo com a classificação de koppen⁷ pertence ao tropical de altitude com inverno seco de maio a agosto e verão chuvoso de novembro a abril. Segundo os autores acima citados o pantanal recobre 50% da sua área territorial e configura-se como principal sistema ambiental, dessa maneira, influencia diretamente nos modos de vida e na cultura local.

Ainda sobre os aspectos físicos, o cerrado e a floresta recobrem respectivamente 30 e 20% de sua área, sendo que o primeiro se mostra mais evidente a nordeste onde há presença da província serrana, conhecida popularmente por “morraria” formando um

⁷ Classificação climática proposta em 1900 pelo climatologista russo Wladimir Koppen. É a classificação global dos tipos climáticos mais utilizados pela Geografia.

mosaico que confere beleza única e constitui elemento essencial de pertença a vários povos morroquianos que ali se desenvolveram ao longo do processo histórico de ocupação do município, se contrastando porém com inúmeras propriedades ali instaladas com grandes áreas de pastagem e mais recentemente com a monocultura da soja avançando em direção ao Cerrado e Pantanal (CÁCERES, 2017).

Apesar de representar 20,43% da composição de seu PIB (FERREIRA, 2014), a agropecuária movimenta a economia da cidade, destacando-se as produções advindas da agricultura familiar camponesa que produz a maior parte do alimento interno do estado, além disso atua como importante fator de combate à pobreza no município, pois cria condições de autonomia financeira as famílias produtoras e oferece possibilidades de incremento de renda familiar (SILVA, 2014).

A economia do município é fortemente influenciada pelo setor de serviços (66,36%), sua rede de comércio, hotéis, pousadas influencia toda a região. Além disso, como cidade pólo que é, se destaca por se localizar uma variedade de órgãos públicos, hospitais e universidades que impactam positivamente na economia local. Por outro lado, a atividade industrial no município é baixa, representando apenas 13,21% da composição de seu PIB, se destacando algumas indústrias de beneficiamento de couro, proteína animal, pequenos frigoríficos de beneficiamento da carne, do leite, da madeira, além da exploração animal (Tabela 10).

Tabela 10: Composição do Produto Interno Bruto de Cáceres

SETOR	PARTICIPAÇÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Agropecuária	20, 43 %	Pecuária, Agricultura Camponesa familiar, Plantio de Teca, Piscicultura, soja.
Indústria	13,21%	Beneficiamento do couro, proteínas, carnes, madeira, extração de minério (calcário), laticínio.
Serviços	66,36%	Turismo, Comércio, hotéis, funcionalismo público, Supermercados, Universidades.

Fonte: Ferreira (2014)

Organizado e Adaptado por: Martins (2017)

Ainda sobre a economia de Cáceres, a mesma possui vocação para o turismo por estar inserida em dois biomas, o pantanal e cerrado, que conferem beleza única. Nesse sentido, a atividade pesqueira é praticada não só pela população e comunidade ribeirinha como também por pessoas vindas de diversos lugares. Atualmente, tem crescido a procura por turismo de aventura e a inserção da cidade pelo Ministério do Turismo com

uma das 100 cidades indutoras do turismo no Brasil, isso tem trazido relativos ganhos e movimentado o setor (CÁCERES, 2017).

Com relação a sua história a fundação do município de Cáceres se situa no século XVIII em plena expansão territorial portuguesa a oeste. Nesse período Mato Grosso já estava consolidada como capitania, tendo como governador Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que viria a dar o nome a futura cidade. Nesse sentido, o povoado de Vila Maria localizado a margem esquerda do rio Paraguai, correspondente a área central da cidade, mais precisamente onde hoje se encontra a praça Barão do Rio Branco, se eleva a condição de distrito em 1879 como o nome de São Luiz do Paraguai em homenagem a seu santo protetor São Luiz de França, o rei católico francês Luiz IX (1226-1270).

A formação do território de Cáceres se consolidou por meio da política portuguesa de ocupação que visava dentre outros fortalecer “as fronteiras intocáveis na imensa parte do território brasileiro vizinha da América espanhola que passou a dominar” (ZATTAR, 2015, p. 19).

Nessa perspectiva, Cáceres é fundada em 6 de outubro de 1778 estando a capitania de Mato Grosso sob o comando do capitão general Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. A escolha da localização da vila foi estratégica, a margem esquerda do Rio Paraguai, no meio do caminho entre a capital Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá.

O objetivo da fundação de Vila Maria perpassa pela consolidação da posse dos domínios territoriais conquistados pelos portugueses, inseridos numa ótica de apossamento das terras do sertão, na qual maior controle possível se pudesse fazer delas, em face da exploração dos recursos naturais feitos pela Coroa e na qual a capitania de Mato Grosso estava inserida. Consoante a isso, Vila Maria é fundada as vésperas da assinatura do tratado de Santo Ildefonso a ser celebrado por Portugal Espanha, e visava demarcar as posições portuguesas firmadas na fronteira setentrional da América do Sul (SIQUEIRA, 2002, p. 57).

No tocante as fases de desenvolvimento do distrito, Neves (2006) analisa que foram marcadas segundo aspectos “econômicos, geográficos e estratégicos”. Nesse sentido, sua localização privilegiada no meio do caminho entre Cuiabá e a capital da capitania Vila Bela da Santíssima Trindade, na fronteira com o território espanhol, onde

hoje é a Bolívia, aliada ao seu extenso núcleo rural, marcado por grandes latifúndios produtivos, que se destacavam no período pela criação de gado; a extração da poaia (*Ceaphaelis itapecacuanha*), bem como as atividades industriais (açúcar, cachaça e charqueada) contribuíram para que em 30 de maio de 1874 o distrito fosse elevado a categoria de município com o nome de São Luiz de Cáceres e em 1938 passa a ser denominada de Cáceres (ZATTAR, 2015).

Desde sua fundação, Cáceres experimentou ciclos de desenvolvimento político e econômico que foram intermediados por períodos de decadência e estagnação, sendo eles o agropastoril, extrativista e mais recentemente a pecuária, ambas marcadas pela forte presença do latifúndio (FERREIRA, 2014).

Segundo Silva (2014) o apogeu econômico de Cáceres se deu com a pecuária, porém algumas propriedades se especializaram na produção do açúcar. Desse modo, se destacaram as fazendas Jacobina, Descalvados, Barranco Vermelho, Ressaca e Facão. Portanto, ao fazer uma análise sobre o papel desses latifúndios, parte-se da ideia que eles contribuíram para a consolidação da característica vigente do município, com alta concentração de terras. Foram modelo na escala local de um modo de reprodução social que imperou no Brasil por meio da política portuguesa de ocupação em diferentes momentos, ambas não resistiram às transformações históricas e entraram em decadência, porém contribuíram de forma sistemática para a manutenção do “status quo” da questão fundiária em Mato Grosso, mais especificamente em Cáceres.

A partir da década de 1960, as políticas oficiais de colonização fizeram de Cáceres um polo colonizador, nesse sentido, o município passou por profundas transformações tanto na estrutura urbana quanto rural. No que se refere ao seu desenvolvimento, a população urbana passa a ser maioria e o êxodo rural promove o avanço desordenado dos bairros por meio de ocupações e loteamento. No que se refere a infraestrutura, destacam-se: Construção da ponte Marechal Rondon, a construção e asfaltamento das rodovias BR 070 e 174, asfalto urbano e obras alargamento de córregos. No campo das políticas públicas, o incentivo à pecuária na região fez-se constituir um dos maiores rebanhos bovinos do País (SILVA, 2014).

Ainda sobre esse período, os projetos de colonização empreendidos por meio do Departamento de Terras e Colonização (DTC) proporcionam o povoamento e posteriormente o desmembramento de municípios no sentido sudoeste. Vale ressaltar

que, Cáceres perde território continuamente ao longo do século XX que se intensifica em sua segunda metade. Tais fatos afetaram a economia local, uma vez que o município perde receitas, há um decréscimo populacional, e perda significativa de extensas áreas de atividades agropastoris cultiváveis em sua porção noroeste e norte (FERREIRA, 2014; SILVA, 2014).

4.4.2 Dinâmica Socioterritorial em Cáceres- MT

Historicamente, o latifúndio sempre foi traço marcante da estrutura fundiária do município de Cáceres. Nesse contexto, heranças do passado colonial quando se formaram as primeiras grandes fazendas (Jacobina, Descalvados Ressaca, Barranco Vermelho, Facão) estão materializadas nos casarões históricos que delas sobraram.

Em termos econômicos todos esses empreendimentos se sucumbiram ao tempo e passaram por transformações socioterritoriais, porém a estrutura agrária do município permanece a mesma, pois novos latifúndios surgiram fazendo com que atualmente ela ocupe 72,9% do total de áreas cadastrados pelo INCRA com tamanho médio de 4.973 hectares, já as pequenas propriedades ocupam 2,3%, com tamanho médio de 35,3 hectares (SILVA 2014; INCRA, 2011).

Silva (2014) ao analisar os dados referentes ao número e área dos estabelecimentos com base no Censo Agropecuário de 2006, demonstra que havia em Cáceres 148 grandes propriedades (acima de 100 ha) ocupando uma área total de 996.043 ha. Destoante a esses números, a pequena propriedade, com área de 10 a menos de 200 ha, somava naquele ano 2.133 estabelecimentos, contudo sua área somava apenas 79.719 ha, ou seja, esses números demonstram que a concentração de terras no município é intensa (Tabela 11).

Tabela 11: Estrutura Fundiária de Cáceres

Grupo de Classes (ha)	Número de estabelecimento	Área
- 10 ha	285	1.372
- 50 ha	1.403	37.112
- 100 ha	294	20.328
- 200 ha	151	20.907
- 1000 ha	241	116.077
+ 100 ha	148	996.043
Sem declaração	2	
Total	2.524	1.191.839

Fonte: SILVA (2014).

Esses estabelecimentos dedicam suas áreas a criação de gado de forma extensiva, aproveitando-se das vastas pastagens naturais propiciadas pela planície pantaneira, bem como através de seu plantio direto principalmente nas áreas do cerrado, utilizando-se de diversos meios de correção do solo e defensivos agrícolas. Mais recentemente tem crescido a criação do gado por meio do confinamento, a base de ração, uma vez que este tem dados resultados mais rápidos, não necessitando de grandes áreas.

Vale ressaltar que a produção da pecuária faz parte da cadeia do agronegócio que no município se adaptou das formas arcaicas de produção para atender o mercado consumidor internacional. Nesse sentido, se apresenta como um dos maiores criadores de gados do País, comprovados pelo Censo Agropecuário de 2006 (Tabela 12). Esses números mostram ainda que o município se destaca na criação de outros animais com destaque para equinos, ovinos e suínos; contudo, a demanda pelo maior uso da terra, faz com que a criação bovina seja mais impactante ao meio ambiente.

Tabela 12: Efetivo de rebanhos da pecuária em Cáceres-MT

Tipo de Animais	Efetivo do rebanho	Número de estabelecimentos
Asininos	68	34
Galináceos	99 (X mil cabeças)	1.896
Bovinos	593.956	2.094
Bubalinos	557	12
Caprinos	427	17
Equinos	8.550	1.690
Muare	1.017	285
Outras aves	3.080	205
Ovinos	12.952	243
Suínos	10.685	902

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Vale ressaltar que a criação bovina não está limitada apenas a grande propriedade, podendo ser verificada também em unidades onde se pratica a agricultura familiar camponesa, especialmente naquelas localizadas na fronteira com a Bolívia, e que fazem limites com as grandes fazendas. Tal fato se dá em face da reorganização do espaço no campo, especialmente a partir da década de 1980 e 1990 quando acudados pelo agronegócio com o uso intenso de defensivos, muitos agricultores passam a ver a prática

da agricultura como necessária. Contudo, ela difere dos grandes latifundiários, principalmente porque para os camponeses a prática de criação é do gado leiteiro, já os pecuaristas trabalham com o gado de corte. Além disso, a criação de animais pelos camponeses se dá a partir de outras significações, as quais envolvem elementos da economia familiar camponesa para manutenção da terra e da vida.

Além do gado, a prática da pecuária em Cáceres se destaca pela criação de suínos, ovinos e aves. A criação desses animais não está necessariamente vinculada a grande propriedade, mas principalmente às médias e pequenas. Sendo uma das práticas mais importantes vinculadas a produção camponesa, as criações servem, em sua maioria, para consumo interno familiar e apenas o excedente é comercializado, compondo a economia camponesa (SILVA, 2014).

A partir da década de 1990 com a política de Reforma Agrária vigente diversos assentamentos foram criados no município de Cáceres, muitos deles na fronteira com a Bolívia, ocupando áreas de antigos latifúndios que se tornaram improdutivos em decorrência do intenso uso da terra e de seus recursos. Assim sendo, tem-se atualmente em Cáceres 21 projetos de assentamentos com aproximadamente 2.000 famílias, em uma área total de 97.676, 32 hectares (Tabela 13). (INCRA, 2017).

Tabela 13: Projetos de Assentamentos Rurais em Cáceres-MT

Projeto de Assentamento	Nº de famílias	Área	Criação
PA SÃO LUIZ	26	4033,7352	14/12/1995
PA LARANJEIRA I	126	10944	24/02/1997
PA LARANJEIRA II	33	1210	03/03/1997
PA PAIOL	229	16067,41	24/02/1997
PA NOVA ESPERANÇA	49	1695,286	15/12/1997
PA JATOBÁ	27	906,884	24/10/1997
PA RANCHO DA SAUDADE	45	2407,4621	19/12/1997
PA BARRANQUEIRA	71	2326,0482	20/01/1999
PA IPÊ ROXO	26	1247	31/12/1998
PA CORIXO	70	3413,1808	05/04/2001
PA SAPICUÁ	39	1249,7748	30/08/1999
PA LIMOEIRO	159	8649,39	02/02/2000
PE FACÃO	80	1639,9576	21/11/2001
PA BOM SUCESSO	13	433,2607	18/12/2002
PA FLEXAS	7	309	18/12/2002
PA SADIA VALE VERDE	419	13666,9052	24/04/2003
PA KATIRA	46	1886,3684	27/09/2003

PA FLOR DA MATA	22	1187,0743	02/08/2004
PA FACÃO/BOM JARDIM	169	4782,4698	27/03/2006
PA ARRAIAL SANTANA	0	15720	24/11/2005
PA RECOMPENSA II	20	1225,4376	19/03/2012

Fonte: INCRA, 2017

Organizado por: MARTINS, 2017

Esses assentamentos são frutos de intensas lutas e embates travados por diversos movimentos sociais, a começar por aquelas inseridas no âmbito da Igreja Católica por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB'S), posteriormente com o Movimento de trabalhadores e trabalhadoras sem-terra (MST) por meio de acampamentos e bloqueios de rodovias como forma de luta e resistência contra os ditames do capital.

Apesar de tradicionalmente o latifúndio predominar no município, as estratégias de luta e resistência camponesa em Cáceres são históricas. Esse processo, na atualidade, ganha corpo e força com diferentes grupos que foram desapropriados e hoje, conseguem se reterritorializar nos territórios de várias comunidades campesinas e quilombolas que há no município, algumas ainda sem reconhecimento. Contudo, segundo relatos de alguns camponeses, o marco referencial da luta pela terra em Cáceres começa com as Comunidades Eclesiais de Base (CEB'S) e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Segundo Batista (2014), esse movimento esteve ancorado na insatisfação diante das relações de trabalho, com base na exploração da produção familiar, bem como da expulsão de muitos colonos do campo, permitindo dessa maneira, uma aglutinação de forças dispostas a lutar pela terra.

Por outro lado, uma melhor organização do processo de luta pela terra se dá com a chegada do MST na região da Grande Cáceres em meados da década de 1990 (SILVA, 2014). Nesse contexto de luta, permite-se uma maior mobilização surgindo os primeiros acampamentos, ocupação da sede do INCRA no município, trancamento de rodovias e outras formas de resistência camponesa que permitiram e permitem sua territorialização, surgindo assim, diversos assentamentos no município, dentre os quais, os assentamentos localizados na fronteira do município com a Bolívia.

5. TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA EM CÁCERES-MT: POTENCIALIDADES E DILEMAS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA.

5.1 Caracterização dos Assentamentos da Fronteira

Na área de fronteira entre Brasil e Bolívia foram implantados ao todo sete assentamentos localizados as margens da BR 070, a partir de desapropriações de fazendas realizadas pelo INCRA. Esses assentamentos se caracterizam por serem resultado da luta dos camponeses.

A mudança mais visível com relação à implantação desses assentamentos diz respeito a sociespacialidade. Sobre isso Silva (2014) analisa que sua implantação promoveu um rearranjo socioespacial e territorial, uma vez que promoveu uma dinamização do espaço do latifúndio que era pouco ocupado, implicando em novas dinâmicas de organização política, econômica, social e cultural, especialmente no que diz respeito a ressocialização das famílias no campo.

Conforme observado nos dados coletados *in loco*, a origem das famílias assentadas no território fronteiriço é diversa, ou seja, eles vieram de várias regiões do País, (Nordeste, Amazônia e Centro-sul). O contingente de famílias da região de Mato Grosso e, em específico, de Cáceres também é grande, observa-se muitas famílias que originalmente vieram atraídos pelos projetos de colonização que foram implementadas a partir da década de 1950 na região, e cacerenses nativos.

Além dos assentados, diversos grupos sociais compõem a população fronteiriça, a saber: militares que atuam na segurança pública e guarda da fronteira, latifundiários possuidores de grande quantidade de terras contrastando com a pequena propriedade, famílias remanescentes de povos indígenas, bolivianos e sitiantes diversos.

Dessa maneira, a população desses assentamentos se caracteriza pela diversidade cultural, decorrentes do processo que culminaram com a ocupação e colonização a partir do século XVIII pelos espanhóis e portugueses que se mesclaram com os diferentes povos indígenas, e grupos ameríndios (JANUÁRIO, 2014).

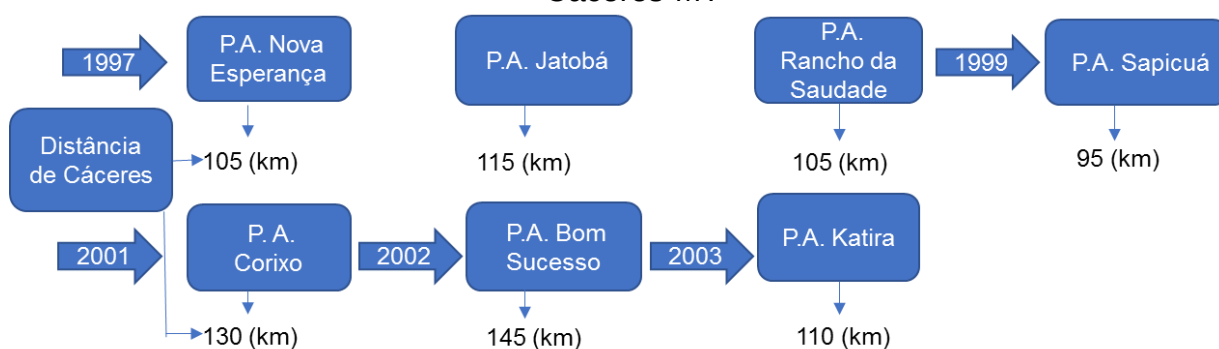
Em sua tese que versa sobre os assentamentos rurais em Cáceres, Silva (2014) discorre que as origens desses assentados estão relacionadas ao avanço das relações capitalistas de produção, bem como da modernização do campo, ambos fatores vivenciados em todo o País, observando que um terço desses camponeses provém de

regiões com forte tradição agrária camponesa, historicamente dominadas pelo “coronelismo”⁸.

Essa área apresenta vegetações diversas, eram cobertas originalmente pela vegetação de cerrado, com destaque para o campo cerrado e cerradão; grande parte dessa vegetação vem sendo substituída por uma vegetação secundária, especialmente pastagens, com algumas áreas destinadas à agricultura. É marcada ainda pela planície pantaneira, que se faz visível num mosaico de paisagens variadas com grande riqueza de fauna e de flora, riachos e lagoas, abastecida pelo rio Jauru, afluente do Paraguai, porém distante dos assentamentos em questão.

No decorrer do processo de exploração em que se formou o território brasileiro, essa área de fronteira foi ocupada por vários latifúndios que historicamente aproveitaram massivamente dos recursos naturais disponíveis e aliada aos perfis geomorfológicos o tornaram escassos. Dessa forma, aproveitando-se da política de desocupação para Reforma Agrária pelo viés indenizatório de áreas improdutivas, muitas fazendas foram transformadas em assentamentos a partir da década de 1990, especialmente a partir de 1997 com a instalação de três projetos: Nova Esperança, Jatobá e Rancho da Saudade, o último a ser instalado foi o P.A Katira em 2003 (figura 05).

Figura 05: Linha do tempo de criação dos Assentamentos e distância em relação a Cáceres-MT



Fonte: INCRA, (2017)

Organizado por: Harrison A. Martins.

⁸ Coronelismo pode ser definido como o poder exercido homens ricos e proprietários de terras, pessoas influentes politicamente que, durante o Império, haviam sido agraciadas com patentes de Guarda Nacional correspondentes àquelas do exército, sendo que a maioria deles eram chamados de coronel, porém, coronéis civis (SIQUEIRA, 2002).

O acesso a esses assentamentos se dá pela BR 070, rodovia em boas condições de trafegabilidade e sinalização, que faz a ligação do Brasil com a Bolívia, as suas margens as placas indicam a entrada dos assentamentos (figura 06).

Figura 07: Placas identificando a entrada dos assentamentos.

A: Assentamento Sapiquá. **B:** Assentamento Rancho da Saudade. **C:** Assentamento Nova Esperança. **D:** frente- Assentamento Bom Sucesso; Fundos- Assentamento Jatobá. **E:** Assentamento Corixinha. **F:** Assentamento Katira



Fotos: Martins (2017)

As estradas vicinais dos assentamentos, conhecidos como linhão, se apresentam de forma plana, com alguns pontos de declives acentuados, necessitando constantemente de manutenção, em decorrência dos significativos contrastes do relevo. Os assentamentos dispõem ainda de fornecimento de rede elétrica suficiente do programa “Luz para Todos” do Governo Federal, escolas, sendo a principal a Escola Estadual 12 de Outubro, inaugurada em 2014 e a Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida e suas extensões, ambas atendem estudantes de todos os assentamentos que a ela se dirigem por meio do transporte escolar.

Esses assentamentos, cuja área total somam 11.992,00 hectares, apresentam tamanhos de lotes variados, de 20 a 50 hectares. Contudo, a especulação de terras ali

existente demonstra que algumas famílias possuem mais de um lote, em nomes diferentes, ou se entende como uma irregularidade em sua aquisição, fato comprovado pelo depoimento de um assentado: “tenho esse lote aqui que temos, e meu filho que mora aqui comprou um logo ali na frente, e aí o vizinho ali queria vender o dele pra ir embora e nós compramos também” (ASSENTADO 01, 2017).

Tais práticas são irregulares e ilegais⁹, mais figura constantemente nos assentamentos da fronteira e tem sido uma realidade constante no campo brasileiro, porém, combatida duramente em áreas onde há maior presença dos movimentos sociais, com assentados engajados politicamente. Isso porque acreditam que a venda ilegal de terras nos assentamentos rurais, transformando-os em grandes fazendas de gado e/ou em espaços de especulação, descaracterizando o objetivo maior da Reforma Agrária, a desconcentração de terras no País. E mais, a lógica de acumulação de terras inseridas no contexto capitalista de produção fragmenta e enfraquece a luta por uma Reforma Agrária de fato.

Além disso, a Superintendência do Incra em Mato Grosso afirma que há um processo de apuração sobre a transferência irregular de lotes em todo o Estado; segundo informações do órgão, o repasse do lote só pode ser feito através do Incra, seguindo os critérios de seleção, fora disso, é caso de reintegração de posse (INCRA-MT, 2017).

Ao todo os assentamentos somam duzentos 289 distribuídas em 303 lotes pelos sete assentamentos (tabela 14). Ao longo da pesquisa em campo verificamos que nem todos os lotes estão ocupados, alguns foram abandonados ou, como dissemos anteriormente, integrados a outras propriedades. Segundo relatos de alguns assentados em conversas informais, muitos lotes foram adquiridos para fins especulativos, uma vez que os proprietários destes residem na cidade, esperam agregar valor para posteriormente vendê-los.

⁹ A Constituição Federal, em seu artigo 121 do Código Civil, a qual estabelece o Contrato de Concessão e Uso da Terra diz que: “III. Enquanto vigente qualquer das condições resolutivas, é vedado à Unidade Familiar negociar ou, por qualquer forma, transferir a terceiros a posse ou os direitos do imóvel, decorrentes dessa presente concessão de uso”. (FONTE: Constituição Federal, 1988)

TABELA 14: Projetos de Assentamentos em forma de aquisição, área, número de lotes e famílias

PA	Forma de Aquisição	Área (ha)	Número de Lotes	Famílias
Jatobá	Desapropriação	906,88	30	27
Nova Esperança	Desapropriação	1.695,28	51	49
Rancho da Saudade	Desapropriação	2.407,46	47	45
Sapicuá	Desapropriação	1.249,77	40	39
Corixo	Desapropriação	3.413,18	73	70
Bom Sucesso	Arrecadação	433,26	14	13
Katira	Desapropriação	1.886,36	48	46

Fonte: INCRA 2017

No tocante a infraestrutura das propriedades, observamos que em sua maioria possuem casas de material, variando de três a quatro cômodos mostrando-se bem estruturadas (Figura 07). Segundo relatos dos camponeses, essas casas foram construídas, em sua grande maioria, por projetos de programas federais e até mesmo pela renda obtida com a produção dos assentamentos.

Figura 07: Residências nos Assentamentos

Fotos: Martins (2017)

A maioria dos assentados possuem algum tipo de veículos em sua propriedade. Assim sendo, foi verificada a presença de motos, carros de passeio e alguns em sua minoria, possuem tratores para a realização de trabalhos e venda de serviço para outros assentados. A importância dos meios de transporte para aquela região se traduz na autonomia dos camponeses em se deslocarem de um assentamento para o outro ou até mesmo para a cidade de Cáceres, assim como transportar sua produção.

Com relação aos materiais de trabalho, o que predomina são os equipamentos “rústicos” tais como: carroça; foice, arador manual e de tração animal (Figura 08). Isso se dá pela baixa capitalização da grande maioria dos camponeses assentados. A rusticidade é, portanto, uma característica própria do trabalhador camponês, que usa sua força de trabalho e de sua família como meio de produção. Verifica-se, portanto, que o acesso às inovações tecnológicas ainda são parciais nos territórios de assentamentos em Cáceres e na maior parte do País.

Figura 08: Equipamentos de Trabalho dos Camponeses Assentados



Fotos: Martins (2017)

Contudo, as implantações dos assentamentos na fronteira trouxeram novas territorialidades e formaram um mosaico que se distingue tanto física quanto socialmente. No que tange à produção, a atividade da pecuária é uniforme nas grandes e médias propriedades, com grande alcance de produção nos territórios de assentamentos. Nestas

a agricultura diversificada ainda é muito praticada, porém, pela dificuldade de produção, falta de água e força de trabalho, bem como da comercialização dos produtos da agricultura familiar, muitos a tem deixado em segundo plano, recorrendo a criação de animais, com destaque para o gado de leite.

Diante disso, verifica-se nos territórios dos assentamentos que as pastagens ocupam grande parte das terras das propriedades, não que a escolha do produtor seja por esse tipo de produção, mas há vários fatores, dentre eles elencamos a homogeneização da força de trabalho e de produção por parte do agronegócio, que inclusive oferece cursos de inseminação e práticas da pecuária, a falta de assistência técnica, de créditos, bem como a escassez de água demandada pela agricultura e a própria força de trabalho, cada vez mais escasso.

Contudo, constata-se nos territórios dos assentamentos rurais em Cáceres que uma diversidade de atividades desenvolvidas pelos camponeses compõem a economia familiar, sendo que a praticada produção de alimentos é extremamente importante para a reprodução do grupo familiar.

5.2 A Luta pela Terra e permanência na Terra

Para os camponeses que vivem na fronteira a luta pela/na terra é uma constante, situação que se verifica não somente no ato da conquista da terra em si, mas também no dia a dia para sua permanência na terra conquistada. Isso significa dizer que, tensões e conflitos são vivenciados cotidianamente pelos camponeses desde o período do acampamento, onde empenharam uma luta para conquista da terra, até a atualidade, onde vivenciam a luta pela manutenção e permanência na terra. Conforme relatos dos camponeses (2017):

Então eu fiquei acampada por 5 anos aí depois desistimos do acampamento e fomos trabalhar em outras coisas [...], mas aí deu certo de virmos pra cá, mas aqui não tinha água, nos pegava água de uma represa [...] depois o INCRA arrumava água para o pessoal, o povo daqui formava uma fila para pegar água do caminhão pipa. [...] sempre foi na luta né, naquela época os que tinham carroça ia buscar na corixinha, os que não tinham buscava de bicicleta, cada um como Deus dava. Deus que me perdoe de falar, mas aqui era um inferno, tudo muito sofrido né (risos). (Assentada no Assentamento Jatobá, 2017).

Então né, nós estamos há quatorze anos no assentamento aqui, em 2004 viemos pra cá, não tinha nada, nada, as casas, os lotes não estavam cortados, não tinha água, não tinha energia. Aí ficamos acampados né, as famílias iam se ajudando e assim a gente ia, aí o INCRA veio e cortou os lotes, aí fomos nos organizando né, arrumando aos poucos. Nós viemos de Cáceres, antes disso trabalhamos na fazenda, nós já tinha ligação com a terra, eu na cidade trabalhava de doméstica e ele (esposo) de pedreiro. Meu Deus (risos) foi luta, muita luta, ainda é né, mas hoje está bem melhor, nossa. (Assentada no Assentamento Corixinha, 2017).

Olha eu sempre fui da terra, mas como diz as coisas, fui morar pra cidade ainda guri, mas sempre alimentando né esse negócio de voltar pra terra, sempre gostei. Estamos com doze anos aqui no Bom Sucesso, viemos de Cáceres, morava lá, já morei em Salto do Céu pra trabalhar nas fazendas né, então eu já era do campo mesmo. Aí deu vontade de nós voltar pra terra, mas que fosse nossa né, então acampe aqui, dei o nome, fomos trabalhando, aí cortamos o lote, foi e é uma luta, mas hoje estamos aqui (Assentado no Assentamento Bom Sucesso, 2017).

Percebe-se nestes relatos que os camponeses assentados vivenciaram um processo de migração, que inclui vivências e trabalho no espaço da cidade, como também o trabalho em outras propriedades e alimentavam o sonho de ter seu pedaço de chão e ser o dono de sua força de trabalho. Esses depoimentos servem para basear uma realidade comum em nossos dias, a de que muitos camponeses estão ou foram suburbanizados, mas que por meio da luta conseguem um retorno à terra. Portanto, a conquista da terra representa um sonho de voltar às origens e até mesmo de mudar de vida, sendo donos de sua força de trabalho e de sua produção.

As famílias que conquistaram a terra na fronteira matogrossense eram provenientes de Mato Grosso e dos mais diversos recantos do País, tais como Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo. A média de permanência na terra varia de quatro a quinze anos desde a sua conquista.

Nossa luta começou há 17 anos, sou de Minas Gerais na verdade, aí vim trabalhar no pantanal, de lá viemos pro acampamento e aí conquistamos o assentamento, já tem uns quatorze anos que estou aqui (Assentado no Assentamento Katira, 2017).

Eu vim do Mato Grosso do Sul trabalhar nas fazendas de gado aqui né, eu trouxe toda a família porque tinha promessa de emprego e de um pedacinho de terra para dar de comer pros meus filhos, mas aí quando

chegamos não era muita coisa não, era muito trabalho e quase nada de dinheiro [...] a gente trabalhava de sol a sol, todos os dias pro patrão e nem tinha como cuidar do pedacinho de roça que ele deixava nós planta. Fui muito explorado, muito mesmo, porque patrão não valoriza a gente não; mas aí ouvi falar que o povo tava organizando as ocupação né e eu fui lá, fui lá e entrei na luta, e hoje tenho esse sitiozinho aqui né, hoje é difícil, mais é muito mais fácil, to no que é meu né (Assentado no Assentamento Rancho da Saudade, 2017).

Após a liberação das áreas pelo INCRA e, conseqüentemente, o parcelamento dos lotes, foi realizado o sorteio das famílias para a ocupação definitiva e, a partir daí, alguns camponeses iniciaram com muita dificuldade pequenas produções agrícolas para a subsistência, como roças de mandioca e milho, demonstrando vínculo com a terra e com suas tradições.

Nossa quando cortaram os lotes aqui foi uma festa, o povo tava feliz por demais, mas a gente não contava que essas áreas aqui tinha tanto problema né, o recurso tinha sido tudo devastado pelos fazendeiros, tava tudo desmatado, não tinha água nem pra beber [...] aí foi tudo muito duro né, muito sofrimento [...] foi uma batalha difícil essa nossa aqui. Os companheiro aí começaram a organizar os lotes né, começaram a planta as rocinhas de mandioca e milho pra comer né, um ia ajudando o outro né. plantamos junto e aí a gente foi se erguendo, se fortalecendo. [...] a gente quase não teve ajuda do povo de fora não, a gente deveria ter ajuda, mas não tivemos não, era só o Sindicato e uns meninos do movimento que aparecia aqui (Assentado no Assentamento Jatobá, 2017).

No momento em que conseguimos a terra já fomos organizando os lotes né, a gente tinha muita dificuldade, passamos por muito sofrimento, mas os companheiros foram se ajudando, foram se organizando [...] quando a gente plantou a primeira rocinha aí parecia que tudo ia dar certo né, que tudo ia ficar bem [...] não foi bem assim né, porque depois que os lotes foram cortados e viemos para cá, ficamos frustados porque ficamos sozinhos, ou a gente se virava ou tinha que cair fora né [...] a gente se virou né e tamos aqui já há 12 anos (Assentada no Assentamento Nova Esperança, 2017).

As palavras de Neuza, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres, corroboram com tais afirmações, pois segundo ele:

Os assentamentos da fronteira, os sete assentamentos da fronteira são frutos de muita luta, de muita organização, de muito sofrimento, porque alguns deles acamparam por muito tempo né, mas os companheiros que estão lá, a grande maioria deles, participaram da luta, junto com o pessoal da CPT, do Sindicato, do Movimento. [...] a luta foi extremamente importante para a efetivação das áreas pelo Incra né, só que depois os companheiros que ficaram com os lotes, os assentados né, eles meio que tiveram que se virar, porque o Incra só ajudou no início né [...]. Mas assim né o povo tava contente e eles se organizaram lá, com a ajuda de outros companheiros, do Sindicato, do povo que ajudava né e aí começaram a fazer um roçadinho para sobreviver né [...] foi difícil no começo, mas hoje eles são vitoriosos né (Ex-Presidente do STTRs de Cáceres).

Mesmo diante das dificuldades e frustrações vivenciadas cotidianamente no processo de luta e, na atualidade, no território dos assentamentos, a materialização dessa conquista, de terem seu próprio pedacinho de terra para viver e trabalhar, trouxe alegrias para muitas famílias e representou a conquista de um sonho.

Foi uma obra de Deus, assim, só alegria agora. Muitas vezes pensamos em desistir, mas com muita luta né, muito esforço a gente tem conseguido permanecer. [...] aqui não tinha água menino, se você chegasse aqui naquele tempo ia beber água suja, era difícil, roupa ficava toda suja se lavar, a gente pegava bicicleta e ia catar água por aí. Então a conquista aqui foi com muita luta e força de vontade mesmo; só assim né, porque de outro jeito a gente não tinha essa terrinha né. (Assentada no Assentamento Corixinha, 2017).

Menino, desde sempre nós tinha a vontade de ter a terra, de ter a nossa, aí saiu a inscrição e nós acampamos, ficamos acampados bastante tempo e aí saiu esse nosso pedaço de chão. [...] Ainda não temos tudo né, mas é muita felicidade de estar aqui, de poder plantar e colher o que vai na nossa mesa né e também pra de outros né (Assentado no Assentamento Katira, 2017).

Quando você está esperando a terra, no começo, é um sonho né, e aí vira um pesadelo porque ela demora a sair né e quando sai tem muita coisa que nós não aguenta fazer né (risos), mas o bom é que os filhos ajuda né. Nós tivemos três filhos, só ele ali de homem, e os outros são meninas, graças a Deus estão todos bem [...] eles não ficam aqui, por que a vida aqui é muito dura né [...] o sol é muito quente, o serviço é todo dia, é pesado demais menina; é o dia inteiro trabalhando, roçando, carpindo, cuidando dos animais. Mas é um sonho ter a terra, é um sonho de todo mundo ter sua terra, suas coisas, mas acho que nos deveria ter uma ajuda melhor aqui, ter mais condições de viver né (Assentada no Assentamento Jatobá, 2017).

A partir desta perspectiva de lutas e conquistas em prol da terra e para nela se manter evidenciamos as diferentes formas de resistência adotadas pelos camponeses que demonstram as potencialidades dos assentamentos da fronteira por meio da produção de produtos que contribuem para a segurança alimentar das famílias camponesas e das famílias do município de Cáceres e região.

Contribuem para a segurança alimentar de suas famílias visto que nesse território, traduzido como espaço de vida e de trabalho eles se reproduzem resistem, garantem a permanência na terra e territorializam espaços que outrora eram homogeneizados. As condições de permanência não seriam possíveis sem a luta permanente desses camponeses que mesmo após a conquista da terra não desanimaram frente aos dilemas apresentados, do contrário permanecem resistentes, ressignificando esses lugares.

5.3 As potencialidades dos Assentamentos da Fronteira

Nos territórios da fronteira se formaram várias comunidades rurais que se contrastam com grandes fazendas e assentamentos onde segundo Puhl (2014) encontra-se inúmeras formas de organização e produção em que muitas delas não estão voltada ao modelo capitalista de produção ou do lucro em si, mas na subsistência das famílias que as compõe. E, mais, diante das entrevistas coletadas observa-se que muitos camponeses produzem uma diversidade de produtos para a subsistência e o excedente é vendido nos comércios e feiras da cidade, sendo um sistema misto de produção.

Nesse sentido, vale destacar que em meio aos dilemas encontrados na luta do dia a dia e nos atos de resistência verificamos uma produção diversificada voltada principalmente para o consumo familiar, sendo o seu excedente destinado a comercialização. Nessa ótica verificamos o camponês que produz em regime familiar tantos produtos agrícolas, quanto a prática da pecuária e criação de pequenos animais.

Com relação aos produtos agrícolas, verifica-se que as propriedades produzem uma variedade de produtos da lavoura temporária com destaque para as leguminosas, frutos e tubérculos (milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar, mandioca, batata-doce, amendoim, café, bananas, mamão, etc.), horticultura com produção variadas, pomares de citros (pokan, tangerina, mexerica, limão etc.).

Muita coisa, temos a roça lá embaixo, aí plantamos banana, milho, amendoim, batata, mandioca, tem as fruta né, laranja, pokan, um pouquinho de cada, a cana pra chupar, tirar caldo né, aí temos a criação também, o gado, nos temos umas 80 vaca aqui, porco pra despesa, galinha, pato, aí produz o ovo, o queijo que eu faço. (Assentada no Assentamento Katira, 2017).

Aqui planto de tudo um pouco e de acordo com o tempo, milho, feijão, até arroz plantei, amendoim, mandioca, abobora, tem o pomar de laranja, frutas né, amora, pitanga, aí tem também a galinha, porco, e os boizinho que eu tenho, o leite das vaca, aqui a terra produz, tenho muita coisa plantada. O que é ruim aqui é os bichos, nossa tem demais tem que ficar cuidando. (Assentado Assentamento Bom Sucesso, 2017).

Aqui a gente tem de tudo um pouco, tem o pomar, a roça, as criação [...] é preciso né, porque pra gente se manter aqui tem que ter de tudo um pouco, tem que saber fazer de tudo um pouco e aqui cada um faz o que tem que fazer né, ninguém fica esperando cair do céu não [...], tem as roças mandioca, milho, arroz, tem o pomar com muita fruta aí né, a laranja, pocan, limão, banana, tem acerola sobrando aqui e tem também as galinhas, pintinhos, o porco e o gado né; a gente tem que sobreviver né, então a gente usa tudo aqui para manter a família e aí precisa fazer um pouquinho a mais para vender e comprar as coisas que não tem aqui né, os cadernos pros meninos, a bota pra roça, os remédios quando precisa [...] o bom é que Deus tem ajudado bastante e com muita luta a gente tem conseguido vencer [...] (Assentada no Assentamento Nova Esperança, 2017).

Dentre os produtos agrícolas mais cultivados nos lotes o que mais se destaca é a mandioca (a figura 09 destaca algumas das produções agrícolas), isso se dá devido a facilidade de cultivo dessa cultura e sua adaptação as condições climáticas e do solo. Da mesma forma a banana, tem seu cultivo em destaque visto ser uma fruta que se adaptou bem as condições do local.

A grande maioria dos camponeses que fazem a prática agrícola vê como empecilho a falta de água e ação de bichos, assim muitos deixam de plantar e se dedicam exclusivamente a criação de gado e pequenos animais. Os relatos revelam ainda a facilidade do manuseio da pecuária em detrimento das práticas agrícolas, uma vez que a maioria dos camponeses possuem idade acima dos 50 anos e a força de trabalho mais jovens sai do campo para estudar.

Olha aqui é uma bicharada que dá dó, a gente não pode matar, eles acabam com tudo, come tudo o que a gente planta, até as galinha, então é difícil. Eu fiz um curso na EMPAER e precisava de um financiamento, mas é difícil, uma burocracia, aqui tem muito potencial pra crescer [...], o lugar é

bom, mas tudo é muito difícil, que nem vender alguma coisa, mas cadê as condições, cadê a ajuda que nós precisa. Até tem bastante curso, mas é difícil de colocar em prática né (Assentada no Assentamento Corixinha, 2017).

Antes, no começo nós plantava roça, agora não mais, temos o pomar aí no fundo do quintal, temos também uma hortinha, plantamos umas mandiocas pra despesa mesmo né, mas o que fazemos aqui hoje é o gado, criamos o gado pro leite, vendemos pro laticínio, o preço não tá muito bom não né, mas da pra viver né, temos um resfriador aqui [...]. A roça é difícil aqui, primeiro pela falta de água né, porque a gente não pode gastar muita agua assim né, porque muitas pessoas usam e pode faltar, segundo as bicharada né [...] matam e comem tudo, se deixar levam até a gente (Assentada no Assentamento katira, 2017).

Olha aqui tudo que a gente faz é pra se manter né, é pra nossa própria sobrevivência né, porque se a gente não tiver um pedacinho de roça e as criação a gente passa fome né [...], mas aqui tem muito bicho que vem do mato e acaba com tudo, com as plantação, com as frutas, com os animais, então é muito difícil plantar roça aqui né. Tem também a questão da água, porque aqui não tem água, a gente já entrou nesta terra aqui sem agua, então a gente improvisa, um ou outro tem cisterna, mas a grande maioria vive com aquela caixa de agua ali oh. Outro problema é as condições aqui né, a gente não tem ajuda de ninguém, se precisa do financiamento não consegue porque tem muita burocracia né, tem a questão do técnico que aqui não existe, se precisa temos que pagar [...] com todas essas dificuldades e as condições que temos ainda vivemos bem né (Assentado no Assentamento Jatobá, 2017).

Figura 09: Prática agrícola nos assentamentos



Fotos: Martins (2017)

Apesar da ação dos bichos e da falta de água, o que se verifica é que os camponeses diversificam a produção em suas propriedades e garantem dessa forma a autonomia de suas famílias. Sobre isso, Silva (2014) destaca que essa produção diversificada traduz de fato, a autonomia em relação ao processo de produção, bem como a organização do território camponês em Cáceres.

Essa constatação é evidente e confronta com as áreas de pastagens nesses assentamentos. É fato notório que a pastagem ocupa a maior parte de suas áreas e que muitos assentados são influenciados pelos latifúndios que os circundam, veem nessa prática um modo mais fácil de se capitalizar. Contudo, é típico da produção camponesa, a criação de animais de pequenos portes e criação bovina para subsistência visto que além da carne, essa atividade oferece o leite, sendo esta uma importante fonte de renda, o queijo e outros produtos que usam sua base, como biscoitos, pães, iogurtes etc.

Assim sendo, a pecuária se destaca pela criação do gado e seus derivados (leite) comercializados por laticínios da região e criação de porcos, galináceos e outros. Nas palavras de muitos agricultores essa produção está voltada para a própria subsistência, contudo, não deixando de lado seu valor mercantil, sendo comercializados no município de Cáceres e região bem como na Bolívia, principalmente nos departamentos de San Mathias e San Ignacio de Velasco por meio do comércio, feiras livres e feiras associativas.

Apesar da agricultura familiar ser caracterizada como um sistema de produção agrícola diverso que atende necessidades familiares por meio da subsistência e da renda, muitos assentados veem na prática da pecuária (criação de gado leiteiro) um retorno financeiro maior, além da facilidade de trabalho em relação à agricultura. Além disso alguns assentados trabalham fora de seu estabelecimento, como forma de complemento da renda. Essa característica é notória sendo confirmada por meio dos depoimentos de assentados do P.A. Rancho da Saudade, Sapicuá e Jatobá:

Aqui na minha propriedade nos trabalhamos somente com a criação do gado, vaca leiteira, o retorno é muito melhor. O serviço em relação a roça é mais fácil, porque na roça além do gasto com os defensivos tem os bichos (porco do mato) que acaba com tudo, então o valor dos produtos também não compensa pelo trabalho que dá, o que plantamos aqui é mínimo. O gado dá trabalho também, a gente tem que madruga todo dia para tirar o leite que também é vendido barato, o laticínio não paga o preço que vale (

o litro custa em média 0,60 centavos), e cuidar dos boi, dá um retorno bom (Assentado do Assentamento Rancho da Saudade, 2017).

O sustento de minha família vem da nossa terra, criamos o gado, entregamos leite para o laticínio, tenho umas plantações lá e crio também pequenos animais, porco, galinha, peru, mas só isso não dá, porque aqui não é fácil, as vezes aperta, a labuta diária é dura por isso eu trabalho também em uma fazenda lá perto, sou peão lá, mas em casa todo mundo trabalha, a mulher cuida ne da casa, dos animais, das plantação que temos lá e tem meu filho que cuida do gado e eu também, chego da fazenda e vou mexer com o meu (Assentado do Assentamento Jatobá, 2017).

Em todos os assentamentos há a criação de animais de pequeno (Figura 10) porte em quantidade que serve ao consumo familiar e também para a venda. No caso de suínos, por exemplo, a média por propriedade é de três a sete cabeças. O efetivo de galináceos é grande nas propriedades e sua criação está sujeita a venda de seus excedentes, junto com os ovos é um importante complemento de renda.

Figura 10: Criação de gado e pequenos animais nos assentamentos



Fotos: Martins (2017)

A criação de animais é uma prática milenar dos camponeses e sua criação além de propiciar a segurança alimentar é uma fonte de reserva importante. Nessa perspectiva, Silva (2014) observa que ela tem a função de garantir a reprodução familiar. Para a

autora, é, portanto, uma espécie de poupança, ou seja, protege os camponeses com gastos em supermercados, já que produzem o necessário para a sobrevivência nos territórios de esperança.

Essas potencialidades produtivas dos assentamentos seriam maiores se todos tivessem acesso a canais de comercialização adequados dos excedentes produzidos. Todavia, cabe salientar que a intenção principal dos camponeses desses assentamentos não é o de comercialização, mas sim de autoconsumo. Isso se verifica aos serem indagados sobre como fazem para comercializar, sendo que a primeira coisa que respondem é que produzem para eles mesmos, assim temos alguns depoimentos importantes:

Então esse menino, o que nós produzimos aqui, é pra nós mesmo aqui em casa, não vou dizer que não vendo, até vendo uma melancia ne, a batata, a mandioca, o milho quando na época mas o principal é nós ne, quando sobra mando para minha filha que tá na cidade estudando também, mas ela come pouco por lá, então a produção é mais nossa mesmo (Assentado no Assentamento Rancho da saudade, 2017).

O que planto aqui é pra é pra comer, de tudo um pouco, pra nos comer bem, as vezes vendo né, o que eu vendo é pouco, as vezes quando saio pra cidade aí levo alguma coisa por lá vendo, pessoal vem aqui eu vendo, dou também, o leite do gado quero entregar pro laticínio, mas tô fazendo queijo dele com a intenção de vender ne. Mas o que produzo é pra comer, o pobre tem que trabalhar pra comer no dia de hoje, se não, não vive, tem que viver (risos) (Assentado no Assentamento Bom Sucesso, 2017).

Dessa maneira, o excedente do que é produzido é comercializado muitas vezes na própria propriedade, alguns comercializam na cidade, em Cáceres e até mesmo na Bolívia, seja em pequenos supermercados, ou nas feiras livres e associativas. Sobre a comercialização com a Bolívia, muitos relatam às dificuldades impostas pelo Brasil, já que torna difícil o comércio devido a fiscalização. Por outro lado, alguns camponeses relataram a dificuldade de transportar os produtos, uma vez que não possuem os meios necessários.

O que se verifica, portanto, é que há uma necessidade maior dos camponeses se unirem ao entorno de uma associação para promoverem a sua produção. Nos territórios de assentamentos temos alguns exemplos que precisam ser fortalecidos, a exemplo da associação Mulheres da Fronteira e a Feira de Economia Solidária e Agroecológica

(FEISOL), onde alguns camponeses desses assentamentos participam. Essas associações atuam no fortalecimento dos produtos da agricultura camponesa.

Todavia, em face das lutas cotidianas vivenciadas pelos camponeses, os maiores entraves à potencialização da diversificação, bem como a comercialização de seus produtos se encontram nos dilemas e desafios enfrentados em seus territórios, sendo assim, o maior deles o problema da falta de água, bem como a ausência do Poder Público na solução desses problemas.

5.4 DILEMAS E DESAFIOS NOS TERRITÓRIOS DE ESPERANÇA

5.4.1 A Falta de Água nos Assentamentos

A disponibilidade de recursos hídricos é fator primordial para o desenvolvimento tanto no que diz respeito ao Brasil, como também ao estado de Mato Grosso, ao município de Cáceres e suas áreas, primordialmente aos assentamentos onde se pratica a agricultura camponesa familiar. No que diz respeito ao município de Cáceres, especificamente este está inserido na bacia do rio Paraguai e seus afluentes, dentre eles, o rio Jauru, o mais próximo dos assentamentos na faixa de fronteira.

Partindo dessa premissa, poder-se-ia afirmar que o município possui uma disponibilidade hídrica abundante e que a escassez desta é uma realidade distante. Contudo, especificamente na área de fronteira, esse recurso tão indispensável se faz escasso, sendo uma problemática que interfere diretamente na permanência do agricultor na terra.

Dessa maneira, a escassez de água é um problema comum a todos os assentamentos localizados na fronteira. Tal problemática reflete diretamente no futuro desses assentamentos, se esse problema não for equacionado, visto que a água enquanto recurso é necessidade primordial para o consumo bem como para a produção.

Diversos trabalhos têm sido feitos abordando a escassez hídrica nesses assentamentos. Silva et. al. (2017) discorrem que tal problemática limita a criação de animais e o plantio, ou seja, interfere diretamente na produção, fonte de renda dos camponesas. Para os agricultores este é o principal motivo que tem feito com que muitos assentados deixem suas terras.

Olha professor, sem água não dá para ficar, já vi muitos companheiros irem embora daqui, e vou te falar a verdade, se não melhora vou sair

também porque não dá, é um sofrimento que só, as vezes falta até pra gente quem dirá para os animais. Plantar fica difícil, temo um açude, mas tem que tentar muito para dar pra criação e pras planta, as autoridade deveria olhar por nós. (Assentado no Assentamento Jatobá, 2017).

Ferreira e Rosseto (2005) questionam o fato de esses assentamentos estarem inseridos no bioma pantaneiro, sendo este a maior planície alagável do mundo e os produtores reclamarem da falta água, argumentam que a reclamação maior é falta de chuva, bastante escassas nessas áreas. Contudo, a escassez desse importante recurso se dá primordialmente pelas características geológicas desse local, já bastante explorado pelo latifúndio.

Sem água a gente não vive, tudo tem que ser economizado, no tempo da seca então nem se fala, as crianças chegam a ir pra escola sem tomar banho porque é difícil a situação, o poço que temos aqui seca, tem gente que diz que é falta de chuva, mas no tempo certo a chuva vem, tem vez chove demais outra de menos, mas pra mim é a veia d'água mesmo que sumiu daqui. Nos quer produzir mas que produzimos mas isso acaba prejudicando nós. (Assentada no Assentamento Sapicuá, 2017).

Moura e Vieira (2017) discorre que a baixa fertilidade do solo na faixa de fronteira e as dificuldades de acesso a água estão relacionados à baixa rede de drenagem, bem como ao lençol freático profundo, o que fez com que muitos colonos migrantes que adquiriram essas terras pelos programas de colonização e latifundiários vendessem essas terras para o INCRA para fins de reforma agrária.

Assim quando tomados os depoimentos dos assentados com relação as principais problemáticas enfrentadas por eles são unânimes em dizer que é a falta de água, pois limita o potencial produtivo dos assentamentos:

Para nós aqui o maior problema é a água, nós temos ela mas não em abundância, ela vem lá de cima onde furamos um poço, então pra mim é a água que é maior problema, porque duas coisa são importante a terra e a água, um depende do outro, as duas são vida. (Assentado no Assentamento Bom Sucesso, 2017).

Água né, o maior problema nosso aqui, muito difícil viver assim racionando, se ela chegasse para todas as famílias seria uma boa, nós temos duas caixas, aí o encanamento feito as vezes não chega nas famílias mais longe, tem gente que fica sem ela, aí o gado fica também, as plantas, é complicado. (Assentada no Assentamento Corixinha, 2017).

Verifica-se que a questão da falta de água não é exclusividade desses assentamentos localizados na fronteira, mas uma situação comum em vários projetos de assentamento no município de Cáceres, como pode ser verificado nos assentamentos Facão, Paiol, Sadia e Laranjeira I. Este último foi objeto de estudo de Castrillon et.al (2017), nesse estudo, constatou-se que os riscos de escassez hídrica estão relacionados à degradação, motivada principalmente pelo desmatamento que as áreas sofreram ao longo do tempo, ou seja, são questões vivenciadas anteriormente à implantação dos assentamentos.

Nos assentamentos da fronteira algumas ações e projetos foram feitos por parte dos assentados para reverter a situação. Um deles foi a perfuração de poços artesianos que requereu altos investimentos em razão da profundidade e mais tarde mostrou-se insuficiente mesmo naqueles onde se atingiu a veia aquífera, conforme relato de um camponês assentado no Corixinha (2017): “Investi cerca de oito mil na perfuração de poço, mesmo assim não dá a quantidade de água que a gente precisa, além de ser salobra, muitas vezes vem barrenta, aí para o consumo fica difícil, mas a gente se vira”.

Diante dos percalços que a problemática ocasiona, verifica-se que o processo de criação e re-criação camponesa é o principal fator de permanência dessas famílias no campo. Nesse sentido, em algumas áreas e propriedades as veias aquíferas são mais abundantes, o que levou muitos assentados a implantarem um projeto de implantação de cisternas onde a água é coletada e distribuída para os lotes. É um projeto de ajuda mútua entre os assentados, muitos carentes das ações do Estado, onde os recursos e investimentos decorrentes são compartilhados de forma coletiva abastecendo além das famílias nos lotes as escolas.

Nessa perspectiva, Silva et. al (2017) afirmam que essas ações se dão em decorrência da criação de uma rede de solidariedade e reciprocidade criada entre as famílias camponesas, onde os recursos, dentre os quais os poços artesianos, são compartilhados para driblar as precariedades por eles vivenciadas cotidianamente no território dos assentamentos da fronteira.

Exemplos dessas ações solidárias podem ser observadas em praticamente todos os assentamentos, seja nas relações de produção ou de trabalho, na convivência familiar e comunitária. No que diz respeito a falta de água, o assentamento Rancho da Saudade,

um dos que sofrem com a problemática encontrou na ação de solidariedade e ajuda mútua entre os assentados um meio de amenizar o problema. Nesse sentido, o poço artesiano de duas propriedades deste assentamento, onde o recurso aquífero é mais abundante, fornece para os demais assentados, inclusive para a escola, conforme a figura 12.

Figura 11: Distribuição de água no Assentamento Rancho da Saudade



Fotos: Martins (2017). **A:** Poço artesiano e caixa d'água para armazenamento e distribuição. **B:** Armazenamento da água em cisternas uso residencial e animal. **C:** Armazenamento de água em cisterna para uso escolar. **D:** Armazenamento em tanque para uso na agricultura e pecuária

Vale ressaltar que, a água é distribuída ainda para propriedades de outros assentamentos e utilizado para diversos fins, desde uso e consumo residencial, fisiológico, bem como para as atividades demandadas pela pecuária e agricultura dos assentados.

Outros assentados se uniram e furaram poços artesianos a fim de atender determinado número de famílias. Nas propriedades cada assentado possui reservatórios

de água e até mesmo cisternas que colaboram para o estoque da água, sendo seu uso muito racionalizado.

Tendo em vista essa nova realidade, a oferta desse recurso permitiu aos agricultores a diversificarem sua produção agrícola e incrementarem a renda com a criação de pequenos animais, do gado, bem como o cultivo de hortaliças, atividades que demandam grande volume de água, uma vez que o sistema de irrigação é uma necessidade dos agricultores.

Todavia, o uso limitado desse recurso nos assentamentos prejudica a produção uma vez que necessário é a sua economia e uso sustentável. Isso implica diretamente na qualidade de vida das famílias residentes que lidam diariamente com o problema. No depoimento de uma assentada do Projeto Rancho da Saudade, a mesma ressalta a necessidade de solucionar de vez o problema:

Então jovem, depois que descobriram essa água ali pra cima na propriedade lá, melhorou muito pra nós porque fizeram o encanamento e hoje distribui água pra todos os sítios aqui, quem pode fazer fez a cisterna e além da água da chuva que nós guardamos, guardamos a água que vem de lá que é distribuído pra nós e usamos só o necessário, nada de desperdício assim a gente vê que é necessário não desperdiçar, oche Maria já passamos dia pior, hoje fazemos até festa por causa da água (Assentada no Assentamento Rancho da Saudade, 2017).

A festa da qual a assentada se refere é a comemoração que os assentados do assentamento Rancho da Saudade fazem para celebrar o afloramento de água que permitiu abastecer as propriedades familiares desse assentamento. Nessa confraternização anual que geralmente ocorre em um domingo durante o dia, todos os assentamentos participam, característico de uma festa familiar sendo uma confraternização comunitária na qual são doados bois para a realização do churrasco, é realizado uma cavalgada que abrange além de animais, veículo automotores e a socialização dos assentados (Figura 12).

Além do problema relacionado à água, os assentados reclamam da falta de atenção do Poder Público. Alguns relataram que o INCRA os colocaram lá e os abandonaram à própria sorte. Esses problemas se materializam em decorrência das dificuldades que muitos assentados têm em acessar os programas oferecidos, devido a burocracia.

FIGURA 12: Festa da Água no Assentamento Rancho da Saudade

Fotos: Martins (2017)

No que se refere aos programas de financiamento, quando perguntados sobre quais programas tiveram o acesso, a maioria dos assentados responderam que obtiveram recursos do Pronaf, no entanto relatam a dificuldade em torno de obter esse recurso bem como de pagar a dívida posteriormente. (...) “Pra mim aqui a maior dificuldade é financiamento né, mexer com banco, agora ta mais dificultoso ainda, tive acesso ao Pronaf, mas daí tem coisa que fica difícil” (Assentado do Katira 2017).

A importância de programas como o Pronaf reside no fato de propiciar aos agricultores o acesso ao crédito e assim, possibilitar o desenvolvimento de sua propriedade relativos à infraestrutura e os meios de produção. Ou seja, se bem aplicado pode trazer uma melhor qualidade de vida aos assentados e o dilema fica por conta do inadimplemento, que segundo os próprios assentados é alto, pois muitos obtêm o crédito, mas encontram dificuldades para pagar depois.

Assim por meio das conversas informais e até mesmo das entrevistas ficou notória a preocupação dos assentados com relação ao financiamento, muitos inclusive, chegaram a afirmar que o golpe parlamentar de 2016, que derrubou o governo popular pode inclusive trazer mais implicações negativas, pois estão sentindo na pele o corte de programas importantes que os beneficiavam.

Não, não, é muita burocracia, pegar financiamento dá muito trabalho né. Mas não tenho o que reclamar do Governo não que passou não. Desse atual sim, porque não tem ajudado em muita coisa né, o Pronaf mesmo aqui a pouca gente pegou, porque tem muita dificuldade para pegar e pagar né,. (Assentado no Assentamento Jatobá, 2017).

Aqui eu já fui beneficiado do Pronaf, eles inclusive davam assistência pra nós, mas só no começo, aí tem a FASE que ajuda muito de vez em quando, o SENAI já deu curso aqui, mas não quis fazer o restante dos cursos (Assentado no Assentamento Jatobá, 2017).

Pronaf só né, mas o Temer tá cortando tudo né (Assentado no Assentamento Corixinha, 2017).

Essa realidade de abandono por parte dos órgãos governamentais está presente ainda na falta de assistência técnica para com os assentados. Seus relatos apontam que no começo do processo de implantação dos assentamentos eram até atendidos, mas a assistência nunca terminava, ficando escassos nos dias atuais. Além disso, tais assistências quase sempre não atendiam suas necessidades, muitas vezes vinham em formas de cursos que não se materializava devido a falta de dinheiro.

Olha antigamente tinha, tinha alguns projetos, aí parou, que nem esse da Empaer foi um projeto, que acabou já, agora eles não fazem acompanhamento ne, aí a gente também caminha sozinho, acho até melhor, a gente se resolve, eu mesmo nunca precisei (Assentado no Assentamento Katira, 2017).

Outras reclamações dizem respeito ao oferecimento de serviços básicos, para muitos assentados estão até bem servidos com relação a BR 070 que sempre está em boas condições de trafegabilidade, o que não se pode dizer o mesmo das vicinais, que dão acesso às propriedades. Além disso, para eles falta mais atenção do município com relação a programas de apoio e assistência, uma vez que Ong's como a FASE estão mais presentes que a Prefeitura.

Com relação a ação do Estado, a reclamação ficou por conta dos órgãos de fiscalização dentre eles o Instituto de Defesa Agropecuária (INDEA) e o Grupamento Especial de Fronteira (GEFRON), para alguns assentados esses órgãos mais atrapalham do que ajudam em seu processo de reprodução, situação confirmada em vários depoimentos:

Tem um problema que é o GEFRON, que trata nós como bandido, de bandido mesmo eles não vão atrás, isso aí é uma coisa séria pra nós. Quando precisa deles mesmo de verdade, não ajudam. Outro que não ajuda nada é o INDEA, só vem pra atrapalhar, tudo eles querem ver, se for vender um bezerro eles querem olhar, então penso assim que muita coisa não é pra ajudar. (Assentado no Assentamento Katira, 2017).

A gente vive bem, não mexo com a vida de ninguém, aqui as vezes tem que ser cego, mudo, surdo, pra não ver as coisas (risos) uma coisa que acho ruim é a humilhação do Gefron, eles acham que todo mundo é bandido, uma moagem danada, aí ficam param a gente quer saber aonde vamos. (Assentada no Assentamento Jatobá, 2017).

Todavia, partimos do pressuposto que tais ações são necessárias, uma vez que visam garantir a segurança dos próprios assentados, bem como no caso INDEA proteger a produção agrícola e pecuária do País, uma vez que na Bolívia não existe esse controle, e infelizmente a produção, mesmo a camponesa está sujeita às regras impostas pelo mercado financeiro mundial no que se refere a segurança da fronteira.

Entretanto, em meio a esses dilemas, muitos não resistem e deixam os assentamentos em busca de condições melhores na cidade ou se proletarizando nos latifúndios arredores. Assim, um outro dilema que os assentados vivem nos seus territórios é a acumulação de terras por parte de algumas pessoas que se aproveitam das políticas da Reforma Agrária para se capitalizar.

É uma luta que não para, ela continua, o INCRA deveria dar mais apoio, não deveriam apenas jogar a gente aqui [...] tinham que fazer vistoria sempre, porque tem muita terra parada, pessoal pega elas e vão pra cidade, ficam por lá. Além disso, tem um ainda o pessoal que compra terra aqui ne, acho isso errado, terra de assentado é pra assentado, agora pessoal compra e vai juntando, compra barato né. Aí complica nós, nossa luta, dificulta mais a vida aqui né (Assentada no Assentamento Corixinha, 2017).

Esse negócio tem aqui sim, mas não acho isso certo não, conheço muita gente aqui que faz isso, tão cheio de terra aí. Aqui nós tamo em assentamento, isso não poderia acontecer, isso é terra de Reforma Agrária, mas tem gente que tem dois, três, vi falar que até quatro, aí coloca em nome de filho, de parentada né, tá tudo errado (Assentado no Assentado Rancho da Saudade, 2017).

Acontece muito isso aqui, e eu vou te falar uma verdade, isso daí mancha o nome de todo mundo, porque aí o pessoal já não vê o assentado direito né, aí falam que só queremos terra pra vender, pra acumular, é difícil essa situação né, a gente luta contra, mas é difícil (Assentado no Assentamento Sapicuá, 2017).

Tais práticas são muito comuns nos assentamentos da fronteira, porém se evidenciou de forma mais marcante no Assentamento Rancho da Saudade, onde, por meio da pesquisa de campo e de relatos dos próprios camponeses, algumas pessoas se aproveitam da condição precária de alguns assentados e acabam adquirindo sua propriedade, deixando-a em nome de filhos a até mesmo de empregados.

Contudo em meio a esses dilemas a conquista da terra e a necessidade de nela permanecer estão ancorados no sonho do camponês de ter uma vida digna, onde a terra é vista como terra de trabalho, espaço de vida. Assim os sonhos se sobressaem às dificuldades e mesmo com dificuldades os camponeses sobrevivem e recriam seu modo de viver constantemente.

5.4.2 Dos dilemas e desafios a preponderância dos sonhos nos territórios da esperança

O caminhar camponês é movido pelo sonho de ter a terra e nela se reproduzir como tal. Nesse sentido, ao analisarmos as potencialidades nos assentamentos da fronteira, bem como os dilemas vivenciados pelos assentados, compreendemos a resistência, as lutas cotidianas são reforçadas pelos laços de solidariedade onde o sonho de todos torna-se um, o da terra para todos.

Nesse sentido, ao serem indagados sobre a importância da terra para si, a opinião dos camponeses se convergem, para eles terra é vida, terra é trabalho, terra é tudo. Assim, sendo os laços que unem a família camponesa passa necessariamente pela terra, e pelo desejo de nela produzir.

A terra é meu ganha pão, é riqueza né, muita coisa, tudo de bom, é que nem a água, a chuva, o sol, é tudo (Assentada no Assentamento Jatobá, 2017).

É tudo, é a vida, olha as plantas, olha só, então é tudo. Mas tem que ter condições de melhorar ela, se não a gente fica triste né quando vê que não tem jeito (Assentada no Assentamento Jatobá, 2017).

Pra nós a terra é tudo, ela é boa, tem que saber mexer nela, tudo o que consumo vem dela, e aqui a gente se ajuda muito também, quem ajuda um ao outro, ajuda o vizinho né. (Assentado no Assentamento Katira, 2017).

É tudo, tudo mesmo, dependemos dela e o que nos temos devemos dar graças a Deus, muita gente quer e não tem. (Assentada no Assentamento Corixinha, 2017).

A terra tem que trabalhar né, não adianta ter ela e não trabalhar, que aí o sustento não vem (Assentado no Assentamento Katira, 2017).

Esse amor pela terra é que diferencia os camponeses do latifundiário, pois para este a terra é vista como mera mercadoria. Assim sendo o amor pela terra alimenta o sonho de nela permanecer, de forma que nos assentamentos da fronteira, os camponeses não veem o futuro sem ela. Acreditam que os processos de luta, de resistência propiciarão dias melhores. Isso se evidencia ao serem indagados sobre as perspectivas em relação ao futuro no assentamento.

Ó filha, eu tinha esperança no Governo, no INCRA, Sindicato, EMPAER, esse pessoal que mexe com a gente, de dar um futuro bom pra gente, melhor, mas não temos ajuda deles não, como que vamos viver, sozinhos não damos conta, se nós tivesse apoio ne, um maquinário pros assentados, uma ajuda, nós vamos vivendo assim do jeito que o vento mandar (Assentada no Assentamento Jatobá, 2017).

Melhorar mais pra nós né, pra mim, para meus filho, mas pra frente ficar mais sossegado, melhorar aqui (Assentado no Assentamento Katira, 2017).

Pra mim aqui tá bom, enquanto tiver aqui vou tá, se algum dia fosse parar vender essa terra aqui eu ia para a cidade, né, que aqui tá formado, daí vender aqui pra ir pra outro lugar pra começar de novo não (Assentada no Assentamento Katira, 2017).

Aqui vou até o fim, até hora que Deus querer, eu tenho minha fé aqui no São Miguel Arcanjo, faço uma festa pra ele, ele ajuda eu ficar aqui e aqui é bom, não me vejo mais fora daqui, a gente não pode dizer que tudo é bom por que tudo tem uma luta né, tem as dificuldades, mas a gente supera com a força de Deus e de São Miguel. (Assentado no Assentamento Bom Sucesso, 2017).

O que se revela, portanto, é que os camponeses continuarão com a marcha no processo de reprodução da vida, através da luta. Ao acreditarem que os dilemas e desafios vivenciados podem ter solução, acreditam em seus sonhos, que se materializou na terra conquistada, mas sabem que a luta não para, que o maior desafio é manter viva a força que todo camponês traz dentro de si para permanecer na terra, de se recriar constantemente, em variadas circunstâncias, mas nunca de desaparecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho, conforme anunciado em sua Introdução, foi de discutir a territorialização camponesa e suas estratégias de resistência a partir da análise dos limites e potencialidades vivenciados cotidianamente pelos camponeses nos assentamentos rurais localizados no município de Cáceres, especificamente na fronteira do Brasil-Bolívia. Compreendeu-se a partir disso que os camponeses estão em constante movimento de luta e resistência a fim de firmar sua manutenção e permanência na terra conquistada.

Desse modo as concepções teóricas metodológicas adotadas na pesquisa corroboraram para afirmar que os camponeses são sujeitos que se recriam constantemente, no sentido de se firmar como tal, sendo que sua lógica de reprodução de vida perpassa necessariamente pela terra, pelo trabalho, e pela família; portanto, seus territórios são espaços de reprodução de vida e do trabalho camponês, mesmo frente aos assédios e a monopolização do território pelo capital.

Nesse sentido, o desenvolvimento da pesquisa apresentou um território cuja complexidade apresenta famílias camponesas de diferentes lugares de Mato Grosso, de outros estados do País e até mesmo da Bolívia, o que forma um mosaico multicultural no território dos assentamentos, cujas relações se mantêm através das redes de sociabilidade e solidariedade. Mesmo em situações divergentes e conflitantes, o que é comum no território dos assentamentos, o sonho de cada um se torna um só, que é a concretização da Reforma Agrária e a preservação da identidade e do modo de vida camponês.

Assim sendo, na busca de discutir e compreender a territorialização camponesa no município de Cáceres, apoiado na análise do processo de luta que resultaram na criação dos assentamentos e suas formas de produção, ficou evidente as potencialidades que esses assentamentos possuem, uma vez que a maioria dos alimentos postos na mesa das famílias provém desses territórios; os quais são compreendidos como espaço de vida, trabalho e *locús* de reprodução camponesa.

Nesse sentido, esse trabalho indica que apesar das dificuldades encontradas pelos camponeses, como a falta de água, assistência técnica e de condições estruturais, nesse processo de territorialização os mesmos têm contribuído para dinamizar as relações

sociais e produtivas/econômicas no campo em Cáceres ao mesmo tempo em que criam novas territorialidades.

Contudo, apesar da terra conquistada, a vida nos territórios de assentamentos é um ato de resistência, e nesse processo os camponeses vão criando formas de permanência que vai além da produção, se recriando através da ressocialização das famílias, encontrando formas e meios de se reproduzirem enquanto tais, pois a conquista da terra amplia os horizontes de luta.

A pesquisa também indicou que os sete assentamentos pesquisados possuem semelhanças com outros assentamentos implantados na cidade em relação aos dilemas e desafios vivenciados cotidianamente pelos camponeses. Isso porque, a grande maioria deles, foi implantado em áreas de latifúndio, onde os recursos naturais, principalmente a água já estavam esgotados, ou onde as condições geomorfológicas não contribuem para tê-la em abundância, sendo este um problema que tem contribuído inclusive para que muitas famílias deixem esses territórios, rumo à cidade.

Uma outra constatação é que os camponeses assentados se sentem abandonados e desassistidos pelo Poder Público. Isso se materializa no corte de programas essenciais para o desenvolvimento dos assentamentos, nas dificuldades impostas para aquisição de crédito, na falta de investimentos em serviços de melhoria nas estradas vicinais, além da atuação do Estado por meio da fiscalização de sua produção, no caso do GEFRON e do INDEA, que muitas vezes em função de não darem conta de atenderem todas as regras impostas os impedem de comercializá-las.

A análise desses dilemas e desafios nos levam a refletir sobre a dificuldade que é morar nos assentamentos de Reforma Agrária. Dessa forma compreendemos o porquê de muitos não resistirem e acabam vendendo suas terras a preços baixos, para pessoas que se aproveitam dessa política para se capitalizar, aliás esse é um problema constatado, que muitos camponeses se dizem envergonhados e que não concordam com tal situação, ou seja, a venda dos lotes

Esses entraves dificultam, mas não impedem os camponeses de reproduzirem seus modos de vida e trabalho. Dessa forma foi identificado que diante de todos os percalços os camponeses produzem em seus territórios. Essa produção tanto a agrícola, quanto a criação de animais, são principalmente destinados ao consumo familiar, sendo

comercializados o seu excedente, não com o sentido de se capitalizarem, mas de terem as condições básicas para se manter e permanecer na terra conquistada.

Em suma, os camponeses assentados no território da fronteira Brasil-Bolívia, em Cáceres-MT, têm adotado diferentes estratégias de sobrevivência, manutenção e permanência na terra, isso porque a vida nos assentamentos é uma luta constante para assegurar condições melhores de vida e trabalho; bem como para driblar os dilemas e desafios impostos pelo capital no campo mato-grossense.

Conclui-se, portanto, que embora a agricultura familiar camponesa seja afetada e condicionada pelo mercado e pela dinâmica capitalista, o que se pode observar é que os camponeses assentados em Cáceres-MT têm revelado alta capacidade de se adaptar, territorializar e estabelecer novas estratégias de resistência que possibilitam à reprodução social, econômica e cultural das famílias no território dos assentamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire A. de. Função social da propriedade e desenvolvimento sustentável. In: **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. **(Re)Criação do Campesinato, Identidade e Distinção**. São Paulo: UNESP, 2006.

ANDRADE, Manuel C. de. Territorialidade, Desterritorialidade, Novas territorialidades: Limites do Poder Nacional e do Poder Local e o poder nacional. In: SANTOS M; SOUZA, M.A e SILVEIRA, M.L (orgs). **Território: Globalização e Fragmentação**. 5ª. Ed., São Paulo: Hucitec- ANPUR, 2002.

ANDRADE, Manoel C. de. **Latifúndios e Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

ASEVEDO, Tayrone, R. A. **Territorialização e estruturação produtiva dos agronegócios nas microrregiões geográficas de Tangará da Serra/MT e Três Lagoas/MS: Desdobramentos e desafios para as classes subalternas**. Dissertação (MESTRADO). Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2014.

BATISTA, Sinthia, C. Construindo uma Cartografia Camponesa. In: **Revista Para Onde!?**. nº. 8, v. 02. Porto Alegre/RS: UFRGS, 2014. p. 63-73.

BECKER, Bertha K. **Manual do candidato: Geografia**. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2009.

BERNARDES, Nilo. Características gerais de agricultura brasileira no século XX. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro. v.23, n.2, p. 363-420, 1961.

BLUME, Roni. **O uso da dinâmica territorial: territorialização, desterritorialização e reterritorialização – TDR, para se pensar o rural e a ruralidade**. In: XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005. Disponível em< <http://www.sober.org.br/palestra/2/864.pdf>> Acesso em: 16 set. 2016.

BRAGA, Rhauf M. **O Espaço Geográfico: um esforço de definição**. In: GEOUSP - Espaço e Tempo. São Paulo, nº 22, p. 65 - 72, 2007.

BRASIL. **Lei nº 4.504 de 30 de Novembro de 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm Acesso em: 31 de julho de 2017.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos**

Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em 31 de Julho de 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.192 de 8 de novembro de 1971.** Cria o Programa de Desenvolvimento do Centro - Oeste (PRODOESTE) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1192.htm. Acesso em: 29 de Agosto de 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.179 de 6 de Julho de 1971.** Institui o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-indústria do Norte e do Nordeste (PROTERRA). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1179.htm Acesso em: 29 de Agosto de 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.106 de 16 de Junho de 1960.** Cria o Programa de Integração Nacional, dá outras providências. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm Acesso em: 29 de Agosto de 2017.

CÁCERES. **Aspectos geográficos de Cáceres.** Disponível em: <http://www.caceres.mt.gov.br/Caceres-AG/>. Acesso em: 28 de Setembro de 2017.

CAMARGO, L.; MUSSOI, E. M.; CAZELLA, A. A. **Banco da Terra e Crédito Fundiário: entre o passado e o futuro**, In: XLIII Congresso Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto: SOBER, 2005.

CASTRILLON, Solange I.; PUHL, João. I.; MORAES, Fernando F.; LOPES, A. A. E. T.; **Recuperação das nascentes e fragmentos de mata ciliar do córrego no Assentamento Laranjeira I e mobilização para conservação dos recursos hídricos no Pantanal mato-grossense.** Cuiabá: Carline e Caniato, 2017.

CAVALCANTI, A. P. B. e VIADANA, A. G. **Fundamentos Históricos da Geografia: contribuições do pensamento filosófico na Grécia antiga.** In: GODOY, P. R. T.(Org.). História do pensamento geográfico e epistemologia. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. P.11-34.

CESAR, T.; SILVESTRE, E.; **As fronteiras na era da globalização e os novos rumos da Geografia Política.** Sociedade e Território, Natal, v. 24, nº 2, p. 209 - 222, jul./dez. 2012.

COELHO, Fabiano. **Reforma Agrária no Governo FHC: perfil, tensões, número de famílias assentadas e áreas obtidas.** Diálogos v. 20 n. 2 (2016), 179-192.

CORREIA, R. L. **Territorialidade e Corporação: um exemplo.** In: SANTOS, Milton et. al. (org.) Território: Globalização e Fragmentação. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 251-256.

COY, Martin; KLINGLLER, M; Kholhepp. **De frontier até pós-frontier: regiões pioneiras no Brasil dentro do processo de transformação espaço-temporal e sócio-ecológico.** Revista franco brasileira de Geografia. Número 30. 2017.

FABRINI, João E; PAULINO, Eliane T. **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FABRINI, João E. **Os Assentamentos de Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Centro-Oeste /PR enquanto Território de Resistência Camponesa**. 2002. 205 p. (Tese Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

FANAIA, M. de L. **Olhar dos Vereadores sobre a cidade de Vila Maria do Paraguai nos anos de 1859-1880**. In: **História e Memória Cáceres** (ORG) CHAVES, O. R.; ARRUDA, E. F.. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2011.

FERNANDES, Bernardo, M. **O MST e as Reformas Agrárias no Brasil**. (Debates) Año IX Nº 24 - Outubro de 2008.

FERNANDES, Bernardo. M; WELCH, Clifford. A; GONÇALVES, Eliana, C. **Políticas fundiárias no Brasil Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Framing the Debate Series, no. 2. ILC, Roma, 2012.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Presidente Prudente, 2013. Originalmente apresentado como Tese de livre-docência, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologias, 2013. 398 f. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/textos-volume1-bmf2013.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

FERRARI, M. **As noções de fronteira em Geografia**. Revista UNIOESTE V.9, N.10 2014.

FERREIRA, Evaldo. **Cáceres capital federal no contexto de Mato Grosso**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FERREIRA, Hugo, L. M; ROSSETO, Ornélia, C. **A questão agrária em Mato Grosso: O caso da fronteira Brasil-Bolívia, Cáceres-MT**. In Anais: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.

FILHO, Eraldo da S. R. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Revista NERA – ano 8, n. 6 – janeiro/junho de 2005.

FLEURY, Renato, R. **Reforma Agrária e Estrutura Fundiária no Brasil: uma análise a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Economia da Faculdade de Letras. UNESP: Araraquara, 2015.

GRAZIANO, José da Silva. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HAESBAERT, R. **Identidades territoriais**. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 169-190.

HAESBAERT, R; LIMONAD, E. **O Território em tempos de globalização**. In: Revista Eletrônica de Ciências Sociais e Aplicadas. v. 1, nº 2. P. 39-52, ago/2007.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Meio digital. Porto Alegre. Disponível em: www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf. Acesso em: setembro, 2011.

HAESBAERT. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HEIDRICH, A. L. **Fundamentos da formação do território moderno**. In: Boletim Gaúcho de Geografia Porto Alegre, v. 23, nº 1, p. 9-18, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA – IBGE. **Dados sobre os Municípios Brasileiros**, 2002. In: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 31 de Julho de 2017.

_____. **Censo Agropecuário Brasileiro de 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf> Acesso em: Junho de 2017.

_____. **Cidades e estados do Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/panorama>. Acesso em 25 de Abril de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Dados dos Assentamentos em Mato Grosso**, 2017.

JANUÁRIO, E. R. da S. **Caminhos da fronteira: educação e diversidade em escolas da fronteira Brasil-Bolívia (Cáceres-MT)**. Cáceres: Unemat, 2004.

MACHADO, L.; HAESBAERT, R.; RIBEIRO, P. L.; STEIMAN, R.; PEITER, P.; NOVAES, A. **O desenvolvimento da faixa de fronteira: uma proposta conceitual-metodológica**. Disponível em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2011/07/2005-Desenvolvimento-faixa-de-fronteira-Retis.pdf>. acessado em 12 de jun. 2017.

MACHADO, Lia Osório. **Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona fronteira sul-americana**. In: SILVEIRA, M. L. (Org.). **Continente em chamas: globalização e territórios na América Latina**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2005.

MARTINS, José de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MARTINS, José de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2009.

MASSEY, Doreen B. **Pelo Espaço: uma nova política de espacialidade**. (tradução de Hilda Pareto Maciel, Robert Raesbaert) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEDEIROS, L.; LINDNER, M. **Assentamentos Rurais, Território, Produção: Novas alternativas no Rio Grande do Sul**. NEAG/UFRGS. Porto Alegre: 2014.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **A produção familiar e suas diferentes formas de representação**. In: MARAFON, Glaucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo (orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007, p. 168-178.

MENDES, Natalino F. **História de Cáceres- História da Administração Municipal**. CÁCERES, 1973.

NERA – NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra- Relatório 2015**. Presidente Prudente: NERA/Unesp. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: Julho de 2017.

NERA – NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA. **DATALUTA – Atlas da questão Agrária**. Presidente Prudente: NERA/Unesp. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: Julho de 2017.

NEVES, S. M. A. S. **Modelagem de um banco de dados geográficos do Pantanal de Cáceres/MT: estudo aplicado ao turismo**. 284 f. Tese (Doutorado) Programa de Pós graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A Geografia das lutas no campo**. 11 ed. São Paulo. Contexto, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **A longa marcha do campesinato brasileiro**. Revista Estudos Avançados, n. 15 (43), 2001. 185-206.

PAULINO, Eliane, T. **Territórios em disputas e agricultura**. In: *Campesinato e Territórios em Disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PIAIA, Inêsl. **Geografia de Mato Grosso**. 3. ed. ver. amp. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

PUHL, João Ivo. **Práticas de Economia Solidária entre Chiquitanos e populações rurais na fronteira Brasil-Bolívia**. IN: *Incubação e Economia Solidária: empreendimentos e resistência camponesa*. (Orgs) Zart, Laudemir L., VAILANT, C. Série Sociedade Solidária Vol.4-2014. Editora: UNEMAT.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia de poder**. São Paulo: Ática, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Trad. Maria C. França. São Paulo: Ática, 1993.

RANIERI, S.B. L. **Retrospecto da Reforma Agrária no Brasil e no mundo**. In: SPAROVEK, Gerd. **A qualidade dos assentamentos de Reforma Agrária**. Páginas e Letras: São Paulo, 2003.

SANTOS, M. **O retorno do território**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L., **Território: Globalização e fragmentação**. 5ª. Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, EDUSP, 1978.

SANTOS, Milton et. al. (Org.) **O novo mapa do mundo: fim de século e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: EDUSP, 2009.

SAQUET, M. A. **A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território**. In: HEIDRICH, A. L. et al. (Org.). **A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Ed ULBRA; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008. P. 47-60.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A; SILVA, S. S. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território**. Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, p. 24-42, 2º sem/2008.

SEPLAN, **Agropecuária de Mato Grosso**. CES SEGESI Release nº 04 Outubro 2016. Disponível em: <http://www.seplan.mt.gov.br/> acesso em: 31 de Julho de 2017.

SHANIN, Teodor. **Lições Camponesas**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; e FABRINI, João Edmilson. (Orgs.) **Campesinato. Território em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, Anderson A. da; FERNANDES, Bernardo M; VALENCIANO, Renata C. **RIST Relatório de impactos Socioterritoriais: Desenvolvimento Territorial e políticas públicas no pontal do Paranapanema**. Presidente Prudente, NERA: 2006.

SILVA, Genivânia M. **As transformações no campo brasileiro: Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial rural**. Boletim DATALUTA – Artigo do mês 1: março de 2015.

SILVA, Itamar da S. **A produção em área da agricultura familiar e sua vinculação com o agronegócio: estudo de caso do PA Carimã em Rondonópolis/MT**. 190 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rondonópolis, 2015.

SILVA, Tânia P. **Territórios de Esperança: O processo de recriação camponesa em Cáceres-MT**. 2014, 214 p. Tese (doutorado) Programa de Pós-graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVA, Halline Mariana S; SILVA, Suely dos Santos. **Fronteira: uma categoria histórica**. Itinerarius Reflectionis. Vol. II. N° 5. Julho/dezembro-2008

SILVA, Tânia P; DAN, Vivian L. C; VIEGAS, Luciana P.; **Identidades, multiculturalismo e bases comunitárias para vivências solidárias nos territórios de fronteira Brasil-Bolívia**. Ciência Geográfica - Bauru - XXI - Vol. XXI - (1): Janeiro/Dezembro – 2017.

SIQUEIRA, Elizabeth et al. **O Processo Histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT, Guaicurus, 1990.

SIQUEIRA, Elizabeth M. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SOARES, José Carlos de Oliveira Soares. **Cidades sonâmbulas e cidades que não dorme: a participação das pequenas cidades na dinâmica da Região de Planejamento de Cáceres**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

VIEGAS, L. P. **Possibilidades e Limites de inserção do Assentamento Amajari na atividade turística do município de Rio Formoso**. 2006, 127 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Recife.

ZATTAR, N. **Do Sítio à margem do Paraguai à cidade de Cáceres: 237 anos**. Cáceres: Editora UNEMAT, 2015.